

Fundação Getúlio Vargas

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC

Mestrado Profissional em Projetos Sociais e Bens Culturais

ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO:

Uma reflexão sobre práticas socioeducativas no terceiro setor

Mestranda: Tatiana Caldeira de Oliveira Barros

Orientadora: Profa. Dra. Martina Spohr

Rio de Janeiro
Março de 2021

Tatiana Caldeira de Oliveira Barros

ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO:

Uma reflexão sobre práticas socioeducativas no terceiro setor

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Martina Spohr

Tatiana Caldeira de Oliveira Barros

ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO:

Uma reflexão sobre práticas socioeducativas no terceiro setor

Martina Spohr

Prof^(a). Dr(a). - FGV

Orientador

Jimmy Medeiros

Prof^(a). Dr(a). - FGV

Rejane Hoeveler

Prof^(a). Dr(a). - UFRJ

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo docente da FGV pela dedicação em suas disciplinas; a minha orientadora professora Martina Spohr, pelo acompanhamento e orientação com muita serenidade neste momento difícil de pandemia pelo qual passamos; ao professor Jimmy Medeiros pela disponibilidade em auxiliar, como aluna ouvinte em sua disciplina; aos membros da banca, professores Rejane Hoeveler e Jimmy Medeiros pela aceitação do convite e orientações na qualificação; aos meus colegas de curso, pelo apoio, troca de experiências e incentivos ao longo desta trajetória e finalmente a minha família, por todo o apoio, compreensão e incentivo ao longo desta caminhada.

RESUMO

Esta pesquisa trata das estratégias sócio pedagógicas empregadas pelas instituições do terceiro setor, na superação das dificuldades no exercício de suas atividades junto às populações menos favorecidas. Analisamos um grupo de 20 organizações, além da própria em que atuamos (Instituto Paulo e Estêvão), todas participantes de duas redes sociais voltadas para a divulgação de trabalho voluntário. As pesquisas foram realizadas através de questionário enviado de modo *on line*, bem como com roteiros de entrevistas preenchidos por voluntários e famílias atendidas. Constatamos que estas organizações conseguem realizar um trabalho de impacto social nas comunidades onde se inserem, apesar de contarem em geral com poucos recursos e voluntários. A formação do educador social mostrou-se ponto relevante, pois é este agente que fará a ligação entre o público atendido e as instituições, estabelecendo os laços de confiança e afetividade que colaboram decisivamente para o processo de aprendizagem e a formação dos valores para a cidadania. Observamos que estas instituições podem ter um amplo alcance em termos de transformação social, na medida em que contribuem para a conscientização, a cidadania e a luta por direitos e representatividade. O produto desenvolvido foi um site voltado para o cadastro de instituições e voluntários, e que poderá servir de base de consulta para pesquisadores da área.

Palavras-chave: organizações sociais; atividades socioeducativas; educador social; educação não formal; pedagogia social; cidadania.

ABSTRACT

This research deals with the socio-pedagogical strategies used by the institutions of the third sector, in overcoming the difficulties in the exercise of their activities with the less favored populations. We analyzed a group of 20 organizations, in addition to the one in which we operate (Instituto Paulo and Estêvão), all participating in two social networks focused on the dissemination of voluntary work. The surveys were carried out through a questionnaire sent online, as well as with interview scripts filled out by volunteers and assisted families. We found that these organizations are able to carry out social impact work in the communities where they operate, despite generally having few resources and volunteers. The training of the social educator proved to be a relevant point, since it is this agent who will make the connection between the public served and the institutions, establishing the bonds of trust and affection that collaborate decisively for the learning process and the formation of values for citizenship. . We note that these institutions can have a wide reach in terms of social transformation, insofar as they contribute to awareness, citizenship and the struggle for rights and representativeness. The product developed was a website aimed at registering institutions and volunteers, which could serve as a basis for consultation for researchers in the area.

Keywords: social organizations; socio-educational activities; social educator; non-formal education; social pedagogy; citizenship

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	20
2.1 – Breve histórico.....	20
2.2 – Das críticas às ONGs.....	22
2.3 – Novos horizontes.....	25
2.4 – Conceitos de Bourdieu.....	29
2.5 – Apresentação das pesquisas.....	36
2.6 – Procedimentos metodológicos.....	50
3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	55
4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	56
5. APLICAÇÃO DO PRODUTO	61
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
7. BIBLIOGRAFIA	66
8. APÊNDICES	68
8.1 – Folha de assinaturas	127
8.2 – Ficha catalográfica	128

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 – faixa etária de crianças e jovens	78
Gráfico 2 – série escolar	78
Gráfico 3 – recebimento de material escolar	79
Gráfico 4 – forma de disponibilização do material	79
Gráfico 5 – localização das instituições	83
Gráfico 6 – público atendido nas instituições	84
Gráfico 7 – mão-de-obra utilizada nas instituições	84
Gráfico 8 – atividades socioeducativas desenvolvidas	85
Gráfico 9 – quantitativo de voluntários nas instituições	85
Gráfico 10 – quantidade de atendimentos	86
Gráfico 11 – periodicidade das atividades	86
Gráfico 12 – carga horária diária de atividades	86
Gráfico 13 – quantitativo de participantes por atividade	87
Gráfico 14 – objetivos das práticas socioeducativas	89
Gráfico 15 – dificuldades encontradas nas práticas	90
Gráfico 16 – estratégias de superação	90
Gráfico 17 – parcerias com outras instituições	91
Gráfico 18 – demanda das famílias por apoio escolar	92
Gráfico 19 – quantitativo de atendimentos prestados	93
Gráfico 20 – auxílios prestados pelas instituições	93

1. INTRODUÇÃO

No ano de 1993, enquanto cursava o segundo ano do ensino médio no Colégio Pedro II, houve um acontecimento que determinou grande parte das escolhas que vim a realizar em minha vida adulta: uma das coordenadoras entrou em nossa sala de aula e informou que o Colégio participaria da ‘Campanha contra a Fome’, idealizada por Betinho, e que os alunos que desejassem poderiam colaborar levando doações de alimentos que seriam recolhidos em determinada data. Aquele acontecimento foi marcante para mim, pois foi a primeira vez em que parei para pensar que poderia, eu mesma, desempenhar alguma ação que tivesse algum impacto coletivo, para as pessoas mais necessitadas. Aquela semente ficou plantada e alguns anos mais tarde busquei os caminhos para me dedicar ao trabalho voluntário em prol de melhorias sociais.

O tema da presente pesquisa refere-se às práticas socioeducativas desenvolvidas em instituições do terceiro setor¹ no estado do Rio de Janeiro. Tendo minha prática profissional na área do magistério e minha atuação voluntária também desenvolvida neste campo, e apesar de todas as discussões que tal tema suscite, por suas implicações políticas e sociais, desenvolveremos uma reflexão nesta área buscando compreender as possibilidades de melhoria, para um maior alcance e profundidade de tais práticas.

Nosso objeto serão os projetos socioeducativos de instituições que atuem predominantemente através do voluntariado (ou deste combinado à mão-de-obra remunerada), oferecendo gratuitamente atividades socioeducativas complementares à educação formal, para crianças e jovens socialmente carentes. Estaremos aqui nos referindo às instituições (ONGs e similares) de pequeno porte, de atuação voltada predominantemente para as comunidades onde estão situadas. Adiante justificaremos este recorte.

Ao longo de quase 15 anos atuando em uma instituição de trabalho voluntário – o Instituto Paulo e Estêvão – temos desenvolvido gradualmente projetos socioeducativos junto a famílias do Centro, Estácio, Morro da Mineira e adjacências. As atividades começaram aos poucos, com um pequeno grupo de crianças, e o trabalho foi tomando corpo, chegando hoje ao atendimento de 35 famílias, com cerca de 60 a 70 crianças e jovens.

¹ - Estamos empregando aqui o termo “terceiro setor” no sentido usual, que abrange ONGs e associações diversas da sociedade civil, conforme nos é apresentado por MEREGE (2009): “O terceiro setor é constituído por organizações criadas por iniciativas privadas que geram bens e serviços de caráter público”. Uma acepção diferente do termo veremos adiante em FONTES (2010), mas não é a que empregamos aqui.

Temos observado que, embora possamos contar com uma estrutura relativamente boa em nossa instituição – mesmo com as dificuldades, temos conseguido manter as atividades em uma sede própria, conseguindo doações e recursos para investir em atividades para as famílias que atendemos, além de um número razoável de voluntários comprometidos com o trabalho – ainda assim, observamos que não atingimos os objetivos a que nos propomos na escala em que gostaríamos. Podemos dizer que atingimos poucas metas², proporcionalmente ao tempo e aos recursos investidos.

Observamos, na convivência nas redes de relacionamento com outras instituições de porte e de atividades semelhantes as nossas, que tal situação se repete. A partir destas observações pensamos em trazer então uma reflexão sobre os porquês deste distanciamento entre a expectativa e a realidade, nos projetos socioeducativos.

É sempre válido lembrar que, em se tratando de relações humanas, nem sempre os indicadores ou o cumprimento de metas serão um reflexo preciso dos fatos, que podem apresentar um caráter subjetivo até mais importante, do ponto de vista do desenvolvimento dos sujeitos. Quando falamos, por exemplo, em ‘sucesso’ dentro do contexto educativo, uma mudança de atitude de uma criança ou jovem, em relação a sua rotina de estudos, pode ser considerada grande conquista, muito embora possa não haver de imediato um reflexo disso em termos de notas em suas avaliações, o que seria um critério mais objetivo para nossa análise, constituindo um indicador. Gostaríamos de ponderar que, nesse aspecto, nossa pesquisa foi extremamente prejudicada por este cenário da pandemia, pois justamente a percepção destas sutilezas, este olhar mais reflexivo sobre estas nuances das práticas é que seriam nosso objeto de estudo, o que foi inviabilizado pelo distanciamento dos contatos *on line*.

Nossa proposta inicial seria investigar em outras instituições se esta percepção de resultados aquém dos desejados também ocorre. Se ocorre, que aspectos estão envolvidos neste processo, considerando tanto o trabalho da instituição, sua metodologia de trabalho e seus voluntários, quanto a realidade, os valores e a percepção das famílias que são atendidas nestes projetos. Faziam parte do projeto inicial as visitas a várias instituições, para vivenciar um pouco e coletar relatos destas situações.

² - Podemos considerar como metas, por exemplo: a aprovação em colégios de referência; a realização do ensino médio com complementação efetiva de conteúdos, de modo a atingir uma boa pontuação que habilite o acesso a uma universidade pública; a continuidade dos estudos em nível superior ou em boas escolas técnicas; etc.

Há inegavelmente uma busca de estratégias para superação desta dificuldade, e este seria um outro ponto de nossa investigação – que recursos se busca utilizar para potencializar as ações socioeducativas? Partindo de nossa vivência, sabemos que estas estratégias passam por um certo grau de envolvimento com as famílias, com a crença comum em uma ideal de transformação social e até mesmo por concepções religiosas que orientem no sentido de uma prática caritativa. Sabemos que muitas vezes estas práticas trazem um imenso diferencial em relação às práticas da educação formal, por uma série de fatores. Mas se há todo este aspecto positivo de um lado, junto a uma certa condição material que permita a realização das atividades, por que razão não chegamos aos resultados almejados?

Consideraremos aí também questões de outra natureza, relacionadas às famílias atendidas e, podemos dizer, a nossa cultura de um modo geral: refletindo sobre o papel da educação na vida destas famílias, vamos observar uma distância muito grande entre o que se fala e o que se vive; vamos refletir sobre estas visões de mundo, valores construídos a partir de determinadas vivências que marcam as decisões a serem tomadas, impactando positiva ou negativamente na participação das atividades dos projetos sociais. Desenvolveremos melhor estes tópicos mais adiante, a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu.

Seria ainda parte de nosso problema de estudo, caso tivesse sido possível realizar a contento as entrevistas e o acompanhamento presencial de algumas atividades, a análise de algumas outras questões, como as relacionadas ao impacto social e índices de bom desempenho. Optamos por manter nos anexos os questionários e roteiros originalmente concebidos para esta proposta inicial, seguidos das adaptações que fizemos para os envios *on line*. Sendo a prática educativa por essência um processo de longo prazo, especialmente em se tratando de crianças e jovens, considerando o curto tempo de desenvolvimento da pesquisa, tais questões seriam respondidas sob a ótica dos gestores e voluntários atuantes nos projetos socioeducativos. Havíamos elencado algumas questões norteadoras da pesquisa, tais como: em que medida as práticas socioeducativas do terceiro setor têm impactado significativamente na trajetória dos alunos atendidos? Qual seria o índice de aproveitamento destes alunos, tanto no contexto escolar quanto após a conclusão do estudo formal? Quais os maiores obstáculos encontrados por estas práticas?

Contudo, dado o contexto da pandemia, fizemos as adaptações e desenvolvemos toda a pesquisa à distância, através do envio dos questionários. Além das dificuldades inerentes à

metodologia (baixo número de respostas em um segundo momento, por exemplo), dado que este foi nosso primeiro contato com este tipo de prática, percebemos que alguns aspectos dos questionários e do modo de contato com as instituições poderiam ter ocorrido de modo diverso, talvez proporcionando melhores resultados. Abordaremos adiante estas questões ao tratarmos das questões metodológicas.

Partindo da premissa consagrada de que as atividades socioeducativas podem ter um resultado melhor quando executadas em paralelo a um trabalho de envolvimento e esclarecimento maior das famílias, aliadas a acompanhamentos outros (assistência social, psicologia, fonoaudiologia, etc., conforme a necessidade), nossa hipótese de pesquisa terá como eixo principal a verificação de quais são as estratégias utilizadas por organizações do terceiro setor para que tal melhora aconteça. Buscaremos identificar estas estratégias, que conseguem obter resultados positivos (embora talvez não na quantidade esperada) apesar da multiplicidade de fatores externos à questão pedagógica, que tanto influem no desempenho estudantil. Tais estratégias passam por um grau alto de envolvimento pessoal de voluntários com os alunos atendidos e suas famílias, norteados por determinados valores que os orientam (valores éticos, morais, religiosos). A compreensão de seu papel social, religioso ou humanitário junto à comunidade assistida, ou o sentimento de retribuição, para aqueles que são oriundos da própria comunidade em que atuam, podem ser alguns dos diferenciais que concorrem – ainda que indiretamente – para o maior sucesso destas práticas socioeducativas.

Podemos perceber estas concepções nos relatos de alguns dos educadores sociais entrevistados (anexo 6):

“Sou muito grata por todo o conhecimento que pude adquirir ao longo da vida, então, seria injusto de minha parte não tentar disseminar esse conhecimento entre àqueles que não tiveram a mesma oportunidade. E quando me aposentei, meu primeiro objetivo foi procurar uma maneira de retribuir tudo de bom que recebi da vida.”

“Mostrar ao educando como ele pode se tornar um indivíduo mais consciente e produtivo para ele mesmo e seu entorno é, com certeza, gratificante.”

“Há uma coisa a que eu chamo "sementes de plantas". Eu explico: Hoje em dia faço isto por esta criança e acredito que um dia esta menina poderá fazer a mesma coisa por outra pessoa. Assim, mais pessoas serão impactadas pelo poder da educação. Precisamos de plantar as sementes. A nossa sociedade precisa disso.”

Buscaremos também identificar no campo dos discursos (de gestores, voluntários e das famílias atendidas³) que conceitos estão presentes, que valores correspondem às visões sobre a educação e seu papel na formação destas crianças e jovens. Por que o discurso que valoriza a educação, que diz acreditar em seu potencial, não corresponde a ações na prática cotidiana que viabilizem a execução das propostas socioeducativas apresentadas? Por que o grande potencial, sobretudo humanitário, destas instituições acaba sendo subutilizado? Seriam questões apenas de ordem material – a ‘luta pela vida’ daria conta de explicar esta contradição entre discurso e prática? A falta de uma vivência anterior seria fator determinante para a não realização das propostas educativas que se apresentam? São várias questões sobre as quais procuraremos refletir, a partir dos dados coletados em nossa própria instituição e em outras semelhantes.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que compreendemos que a melhoria na qualidade da formação escolar acarreta melhores oportunidades de trabalho e consequentemente em uma melhoria da qualidade de vida. Dificuldades na aprendizagem decorrem tanto de questões cognitivas quanto de fatores relacionados aos hábitos familiares, ao contexto social, econômico e cultural. Muito embora o alcance da educação regular tenha se expandido nas últimas décadas, dando acesso à educação a camadas sociais anteriormente excluídas deste processo, o fato é que atualmente a qualidade da educação oferecida vem decaindo, ao menos se considerarmos a educação no estado do Rio de Janeiro, na rede pública de ensino, na maioria dos colégios da rede municipal e estadual.

Muito embora não possamos de modo algum abrir mão da luta por uma educação pública de qualidade, dever do Estado e direito de todos, não podemos também ignorar o papel auxiliar que o terceiro setor vem desempenhando neste campo, ajudando a um bom número de estudantes a conseguirem concluir de forma mais proveitosa seus estudos, fornecendo estímulos e condições muitas vezes não encontrados em seus lares. O papel do terceiro setor nesta área, conforme aprofundaremos adiante, não é o de competição ou substituição, mas de atuação complementar, enquanto não atingimos os patamares ideais no campo da educação pública.

A Constituição de 1988, nos artigos 205 a 208, prevê o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade como um direito de todos, a ser garantido pelo Estado. Muito embora, como já mencionado, o alcance da rede escolar pública tenha ampliado significativamente o

3 - no caso das famílias estaremos nos referindo somente àquelas atendidas pelo Instituto Paulo e Estêvão, pois não tivemos como ter acesso às famílias assistidas por outras instituições.

acesso à educação, a qualidade do ensino oferecido tem piorado bastante nas últimas décadas, salvo algumas exceções.

Em seu artigo, ARELARO (2005) faz uma descrição deste quadro de aumento da quantidade de estudantes da rede pública concomitante à queda na qualidade do ensino. Observa a autora que o número de estudantes que ingressam nas primeiras séries do ensino fundamental reduz ao final do 5º ano e mais ainda ao término do ensino fundamental. Ou seja, uma grande parcela dos que iniciam os estudos, não o concluem. A partir da década de 90, inicia-se uma série de ações visando a diminuir esta evasão, o que de fato ocorre, porém às custas da queda da qualidade de ensino. Medidas pedagógicas como as classes de aceleração; a instituição dos ciclos escolares vinculados à ideia da aprovação automática (posteriormente chamada de “progressão continuada”); a gratificação de professores vinculada ao número de aprovações (ou de “não reprovações”); avaliações nacionais de desempenho cujo conteúdo está aquém do que deveria ser para a série, gerando resultados distorcidos, dentre outras medidas, constituem até os dias atuais fatores que mascaram os dados oficiais de ensino. Pois se é maior o número de estudantes nas redes públicas de ensino, é também um fato que muitos deles saem do sistema educacional sem a formação mínima necessária para uma melhor qualificação profissional ou acadêmica. Por fim, nos últimos anos temos assistido à implementação de mais uma destas medidas que, embasadas no discurso da “democratização”, reduzirão ainda mais a qualidade da formação escolar: a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que reduz o currículo a um mínimo e prioriza apenas o conteúdo com aplicabilidade técnica/profissional. Melhoram os índices relativos à evasão escolar, pioram a formação acadêmica dos estudantes, sobretudo no campo das humanidades e artes.

Tendo em vista todo este panorama, faz-se necessário pensar em alternativas, para além das lutas necessárias. Neste ponto encontramos uma divergência entre os autores pesquisados: para alguns autores, como LIMA (2009); CAETANO (2018); SILVA (2001); e PERONI (2009), as iniciativas socioeducativas desenvolvidas pelo terceiro setor teriam uma conotação negativa, no sentido em que ocupariam o espaço do Estado na oferta de um serviço que é obrigação estatal – o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade a todos os cidadãos. Para estes autores, o terceiro setor desempenharia uma função que seria própria do Estado, isentando-o com isso de cumprir o seu papel. Apontam também para o fato de que tais práticas contribuiriam para uma ‘despolitização’ das questões envolvidas no campo do ensino. Segundo

LIMA (2009), por exemplo, tais práticas do terceiro setor contribuiriam para uma formação que corroboraria a intenção burguesa da manutenção da condição de vida do proletariado, que seria preparado para as condições de trabalho às quais estaria já previamente destinado (o autor expõe tais argumentos a partir de uma análise baseada nas teorias de Gramsci sobre o sistema de ensino). CAETANO aponta o fato de que o terceiro setor seria o correspondente à privatização, no sentido de exclusão do papel do Estado: no projeto Neoliberal, a privatização seria a solução para a crise; na Terceira Via, o Terceiro Setor, recebendo os recursos do Estado e sob a aparência de ‘parceria’, concorreria para o mesmo fim. PERONI reforça a visão de que o fortalecimento do terceiro setor ocorre como uma derivação de uma visão do Estado como antagonico ou ‘culpado’ pela crise, estando a solução no mercado e no terceiro setor, visto então como facilitador da implementação de políticas de privatização e esvaziamento do espaço de ação do Estado. Vamos aprofundar esta discussão adiante, a partir da obra de FONTES (2010), ao tratarmos do contexto histórico de surgimento das ONGs.

Em sentido contrário, temos os autores que entendem as atividades do terceiro setor como complementares à prática do Estado, no sentido em que tais instituições conseguem uma proximidade maior junto às parcelas mais marginalizadas da sociedade. Elencamos neste grupo autores como OLIVEIRA/HADDAD (2001), que percebem nas atividades do terceiro setor uma oportunidade de dinamização e ampliação do alcance das atividades estatais.

A ampliação do sentido do termo ‘interesse público’ levou à concepção de que a esfera de ação que vise a este interesse não é exclusiva do Estado, mas que também pode abranger a sociedade civil. Neste sentido podemos destacar OLIVEIRA/HADDAD (2001) em dois pontos importantes:

Atribui-se papel chave às OSCs, tanto comunitárias como intermediárias (as ONGs); busca-se envolvê-las em projetos oficiais, reconhecendo nelas competência peculiar. Teses como o empoderamento de populações economicamente marginais na condição de protagonistas do próprio desenvolvimento, o imperativo da transparência e da publicidade no uso de fundos públicos, a consulta na formulação de políticas, o recurso a ouvidorias e a audiências públicas, o controle social, são antigas convicções das ONGs, particularmente caras às latino-americanas, que alcançam, hoje, unanimidade surpreendente.

(...)

Em sintonia com as novidades do pensamento político agora corrente, o Conselho da Comunidade Solidária (site: www.comunidadesolidaria.org.br) propugna em recente documento,

um novo referencial para a ação social do Estado e da sociedade. No Brasil, com o propósito de alimentar discussões de mais uma rodada de interlocução política. O documento alinha e desenvolve sete enunciados, entre os quais:

- . Não há contradição entre dever do Estado e responsabilidade do cidadão;
- . Não há contradição entre políticas públicas e dinâmicas comunitárias, entre oferta de serviços e fortalecimento do capital social local;
- . Não há, ou não deveria haver, contradição entre política econômica e política social;
- . Compartilhar com a sociedade as tarefas de formulação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento social não é apenas uma possibilidade mas uma necessidade na sociedade contemporânea.

Como podemos perceber, esta última corrente de pensamento expressa uma visão mais liberal do Estado e de suas relações com a sociedade civil.

JACOBI (2001), em artigo em que analisa experiências de gestão participativa em quatro municípios de São Paulo no campo da educação, embora não trate especificamente sobre ONGs, analisa a questão da participação civil na gestão pública. O autor vê como fundamental esta participação no processo de descentralização e maior democratização do poder público. O autor não cita os tipos de organizações ou associações, mas destaca a importância da participação civil:

A iniciativa de abrir canais de participação cria espaço para um importante questionamento da relação entre Estado e sociedade. Em primeiro lugar, estimula a comunidade, por intermédio de suas formas organizativas e representativas, a enfrentar as propostas de participação implementadas pela Administração, de acordo com a perspectiva de democratização e inovação da gestão pública. (...) Isso reforça a importância dessas comunidades como instâncias com bases setoriais e territoriais, de concretização de um exercício de controle mais permanente e consistente da coisa pública pelos usuários, e representa uma referência de inovação e de construção de novas identidades dos atores envolvidos.

Dentre estas “formas organizativas e representativas”, a nosso ver, estariam as organizações não governamentais e associações similares. Atuando mais próximo às comunidades, sobretudo àquelas mais periféricas, estas instituições podem ser um canal para essa participação cidadã mais ativa.

O autor aponta, contudo, uma crítica a estas organizações, que seria o fato de serem “ou relativamente frágeis ou extremamente especializadas”, o que de fato se aplica a diversas organizações de menor porte, mas que podem vir a se fortalecer a superar o campo das

demandas imediatas, causa inicial desta especialização. Como veremos adiante nas pesquisas realizadas, o trabalho em torno da formação da cidadania é prática comum na maioria das organizações que se voltam às práticas socioeducativas, bem como o sabemos ser nas de outras vertentes (como artes e esportes, por exemplo). Ainda segundo o autor:

O complexo processo de construção da cidadania no Brasil, num contexto de agudização das desigualdades, é perpassado por um conjunto de questões que necessariamente implicam a superação das bases constitutivas das formas de dominação e de uma cultura política baseada na tutela, no clientelismo e no patrimonialismo político. O desafio de construção de uma cidadania ativa se configura como elemento determinante para a consolidação de sujeitos-cidadãos. Estes, portadores de direitos e deveres, devem defender com convicção a abertura de novos espaços de participação, que é um componente essencial de ruptura contra as estruturas que os mantêm excluídos uma vez que os mantém dependentes de fórmulas tradicionais da vida política brasileira.

Gostaríamos de ressaltar, em relação ao primeiro conjunto de autores citados, uma questão importante: todos estes autores ao se referirem a estas organizações do terceiro setor, estão tratando de grandes instituições, do porte de uma Fundação Bradesco ou de um Instituto Ayrton Senna, por exemplo. O recorte de nossa pesquisa, contudo, refere-se às instituições de pequeno porte, em geral surgidas e mantidas nas comunidades onde atuam, contando com poucos voluntários e recursos. Embora estejam todas designadas sob o mesmo termo de “ONGs” ou sob o conceito do “terceiro setor”, há uma diferença grande entre elas no que tange ao seu modo de atuação, com reflexos no campo da conscientização política e nas práticas sociais que realizam.

Considerando estas instituições de menor porte, as críticas da primeira corrente interpretativa a nosso ver não se aplicam, pois não há como considerar suas práticas como concorrentes às do Estado – a diferença em termos quantitativos é brutal, e a prática atual não pode ser tomada como indicativo de futura equivalência. A maior parte dessas instituições apresentam limitações em termos de recursos, de pessoal para o trabalho, de capacidade de atendimentos, de sustentabilidade, dentre outros fatores. Diferentemente do Estado, estas organizações não governamentais em geral apresentam algum tipo de orientação religiosa ou trazem a marca característica de seus criadores (posicionamentos ideológicos, questões muito próprias de cada comunidade, etc.), o que limitaria consideravelmente o caráter mais universal e imparcial dos serviços prestados. É fato que muitas delas buscam a participação junto ao Estado e/ou à iniciativa privada para a obtenção de recursos, mas as que de fato o conseguem

são as de maior porte, por melhor se adequarem e demonstrarem sua capacidade de gestão, mais profissionalizada (nas de pequeno porte o amadorismo ainda é característica marcante).

Outro aspecto da crítica que podemos debater é se pensar a questão da ‘despolitização’ como inerente às práticas do terceiro setor. De fato, talvez a maior parte das organizações evite as relações partidárias⁴, mas muitas delas atuam no sentido da construção da cidadania, o que envolve necessariamente a compreensão de direitos, quanto ao papel do Estado, etc., embora em geral não se destaque a vinculação político-partidária. É intenso o papel destas instituições na conscientização social e na defesa de direitos junto a populações negras, LGBTs, indígenas, junto a pessoas portadoras de deficiências e outros grupos que sofrem marginalização e preconceito. Muitos dos participantes destas instituições atuam diretamente pressionando os órgãos públicos, participando dos debates públicos, votações em assembleias, movimentos de protesto, dentre outras frentes. Algumas destas pessoas chegam mesmo a ingressar na vida política, partindo desta atuação social comunitária. Pensar, portanto, as práticas do terceiro setor como despolitizadas parece-nos um equívoco.

Cabe aqui também uma reflexão sobre os porquês do quadro educacional de nosso estado (e do nosso país) se apresentar como tal. Sabemos que não é um processo ‘neutro’ ou uma evolução natural das coisas – há uma série de interesses políticos e econômicos envolvidos nas escolhas e nas omissões, no modo como as políticas públicas vêm relegando a educação no país – sobretudo a educação básica – a um segundo plano. Como nos diz Darcy Ribeiro, “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”⁵. Contudo, não vamos aprofundar este tema, por não ser o foco de nossa pesquisa.

Há ainda outras questões a se considerar: a urgência na atuação para a transformação social (crianças e jovens precisam de uma formação digna agora, no tempo presente); a proximidade de relação que se estabelece junto à comunidade e ao núcleo familiar dos alunos, normalmente não tão frequente na rede regular de ensino, até por conta do grande quantitativo de alunos atendidos; o suporte de natureza material (cestas básicas, auxílio na compra de medicamentos, etc.) e imaterial (apoio psicológico, terapias variadas, etc.) que se oferta às famílias, etc.

⁴ - Veremos este aspecto adiante na análise de Fontes (2010).

⁵ - Darcy Ribeiro. Coleção Educadores. MEC

Para finalizar, expostos os fatos do panorama onde nossa questão se insere, observamos, no levantamento bibliográfico, que há poucos autores tratando especificamente da questão das estratégias do terceiro setor para a superação das dificuldades relativas à melhoria da formação escolar, de modo mais amplo. Encontramos relatos de experiências específicas, como no artigo de CARRIO (2000), que analisa sete instituições gaúchas associadas ao GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas): apesar da finalidade não lucrativa, as instituições apresentam perfil bastante diferente das que pretendemos analisar, pois não se trata de mão-de-obra voluntária, embora traga algumas reflexões interessantes, como a substituição “da lógica da caridade pela do investimento social no Brasil”, o que tem desdobramentos interessantes também para organizações de pequeno porte (apesar das críticas que sejam feitas em torno da questão da responsabilidade social versus a questão da administração de conflitos).

CAETANO (2012) analisa o papel do Estado e do terceiro setor (e seus pontos de contato) a partir de uma experiência concreta de um projeto piloto de alfabetização no Rio Grande do Sul. Já OLIVEIRA E SOBRAL (2017) aproximam-se do que pretendemos pesquisar, pensando as relações de Estado e terceiro setor a partir do estudo de caso do Movimento Pró-Criança (Recife), onde observa-se “uma trajetória que vai do assistencialismo ao cumprimento de uma função mais identificada com a geração de autonomia para seus beneficiários, segundo a perspectiva de se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento humano”. SANTOS E FREIRE (2006) aproximam-se do nosso objeto – que é o pensar as estratégias utilizadas pelo terceiro setor no campo educacional – porém seu objeto de estudo é o Projeto Esporte Talento, fruto de parceria entre a Universidade de São Paulo e o Instituto Ayrton Senna. Por último, GUIMARÃES (2013) traz uma reflexão sobre a atuação do terceiro setor na educação de adultos em Portugal, refletindo sobre as influências dos financiamentos e parcerias no modo de atuação das organizações sociais.

Portanto, embora muitos autores discutam as relações entre terceiro setor e Estado no âmbito da educação, pouquíssimos estudam mais a fundo o modo de operação deste setor neste campo; até o momento do fechamento de nosso levantamento bibliográfico, não haviam sido encontrados registros quanto à prática do terceiro setor no Rio de Janeiro, e tampouco a reflexão em torno de instituições menores, que privilegiem o trabalho voluntário e que atuem de modo mais próximo de uma comunidade específica.

Assim, temos como nosso objetivo geral buscar identificar como e por que acontece este lapso entre as estratégias pedagógicas utilizadas pelos projetos socioeducativos do terceiro setor e o quantitativo de resultados positivos alcançados, bem como buscar entender o que faz com que boa parte deste público atendido não consiga efetivar na prática as ações necessárias a um melhor desempenho destas crianças e jovens.

Os objetivos específicos desta pesquisa inicialmente seriam:

- a) identificar as metodologias que orientem as atividades socioeducativas das instituições;
- b) identificar os meios pelos quais as famílias são trazidas para uma atuação mais direta junto às crianças e jovens em seus ambientes domésticos e na própria instituição;
- c) identificar os meios de registros das práticas na instituição que possam permitir o acompanhamento do desenvolvimento de cada aluno;
- d) identificar os registros referentes à progressão deste aluno, findo o ciclo escolar – caso haja este retorno para a instituição;
- e) identificar o processo de orientação ou de capacitação do voluntário e do gestor, em relação a sua prática pedagógica;
- f) identificar o impacto de tais práticas na comunidade, caso haja registros da própria instituição ou do setor público, e avaliar estes indicadores.

Em função da pandemia, a concretização de alguns destes objetivos foi prejudicada, pela impossibilidade de realização de entrevistas de profundidade, de acompanhamento das práticas de algumas das instituições e pela falta de acesso aos documentos de registro destas práticas.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1 - Um breve histórico sobre o terceiro setor.

As organizações não governamentais existem desde o período colonial, embora não com este nome. Inicialmente ligadas às práticas assistencialistas da Igreja Católica, vão se desenvolvendo em nossa sociedade ocupando aqueles espaços onde o poder público não chega, especialmente nas áreas de educação, assistência social e saúde. Com o tempo estas organizações vão se ampliando, abrangendo novos mantenedores, novos formatos (associações, fundações, etc.) e ampliando seu campo de atuação.

Nos anos 1960 e 1970, durante o período da ditadura militar, as organizações sociais lutavam contra a supressão dos direitos humanos, civis e políticos; como se pode imaginar, foram alvo de muitas perseguições e repressão.

Nos anos 1980, já no período da redemocratização de nosso país, observamos um expressivo aumento na quantidade de organizações. De acordo com Merege⁶:

Com a viabilização da democracia em 1985, o Brasil passou do controle estatal para uma maior participação da sociedade, o que foi fortalecido com a Constituição de 1988. O poder econômico enfraquecido e a sociedade civil, tradicionalmente caracterizada pela expectativa de receber todos os benefícios do Estado, começaram a se organizar mais intensivamente do que no passado, formando organizações não lucrativas. (...) A partir da década de 1980, o terceiro setor cresceu exponencialmente (...). Para a sociedade civil, a década representou um enorme ganho no que diz respeito à garantia dos direitos políticos, civis, econômicos e sociais.

Muito deste crescimento foi devido ao entusiasmo da sociedade com a elaboração da Constituição de 88, a Constituição cidadã. No movimento pró-Constituinte já havia surgido o slogan “Constituinte sem povo não cria nada de novo”, dentro de uma visão de uma prática política mais horizontal⁷. Deste movimento pró-Constituinte participou também o sociólogo Betinho, figura importante no estímulo às ações da sociedade civil, por despertar o interesse de grande parcela da população pelo voluntariado, a partir da campanha contra a fome iniciada pelo sociólogo.

A participação dos movimentos sociais na elaboração da carta magna foi intensa, bem como de outros atores sociais. Pela primeira vez havia a participação expressiva do povo através

6 - MEREGE, Luiz Carlos. “As organizações do terceiro setor: para que servem, o que fazem”, p.164.

7 - ROCHA, Antônio Sérgio. Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização. P.67.

de “emenda popular”, da ordem de 4 milhões de cidadãos, de acordo com Antônio Sérgio Rocha (p.79).

Ainda de acordo com este autor, cerca de 9 milhões de pessoas, de movimentos sociais e de segmentos outros diversos da sociedade civil, devem ter passado pelas galerias do Congresso na fase da Assembleia Nacional Constituinte, resultando daí que “mais de 60 mil propostas de segmentos diversos da sociedade civil seriam apresentadas às subcomissões da ANC. O país desejado ali se delineava” (ROCHA, p.74).

Toda esta movimentação de fato resultou na Constituição mais progressista que nosso país já teve, com a garantia de direitos civis, sociais e políticos a todos os cidadãos, dentre outros aspectos.

Contudo, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil ainda teriam um papel importante: o de pressionarem os governos pela realização dos direitos garantidos por lei, o da efetivação das políticas sociais previstas.

Foi graças à atuação de muitas destas organizações, aliadas aos anseios da sociedade, que muitas das garantias previstas na Constituição foram de fato realizadas na prática cotidiana – ou pelo menos regulamentadas para tal. A autora Lilia Cristina Gomes⁸ cita a importância dos movimentos sociais nas denúncias das ‘desigualdades e invisibilidades estruturais’, colaborando para a contemplação destas pautas na Constituição e posteriormente no estabelecimento de marcos regulatórios importantes, tais como as leis que tratam da inclusão da história e da cultura negras e indígenas na Lei de Diretrizes e Bases e a que trata do reconhecimento e titulação das terras remanescentes de comunidades quilombolas, por exemplo.

O desenvolvimento do terceiro setor continuou intenso nas décadas seguintes, chegando a 338 mil ONGs em 2005 (MEREGE, P.171). Embora possam ter uma variedade de formatos (institutos, associações, conselhos, clubes, etc.), as ONGs apresentam algumas características em comum: em geral são de pequeno porte (até 10 colaboradores) ou médio (11 a 100 pessoas); atuam essencialmente através de mão de mão-de-obra voluntária; são mantidas por recursos próprios (eventos geradores de renda e colaboradores); são apartidárias e sem fins lucrativos (o lucro é reinvestido no social, e não partilhado entre os associados) e, principalmente, são movidas por um ideal de transformação social.

⁸ - GOMES, Lilia Cristina Bernardo. “A histórica violência de longa duração das elites brasileiras”. p.376

Foi no final da década de 80 que as organizações da sociedade civil passaram a ter uma nomenclatura apropriada, que as diferenciavam das atividades dos setores público e privado. Segundo MEREGE (2009), o terceiro setor “é constituído por organizações criadas por iniciativas privadas que geram bens e serviços de caráter público”. Estas instituições diferenciam-se do setor privado porque, ainda que tenham lucro, este é voltado para a própria prática social, e não para o enriquecimento particular de seus gestores. Observa-se, a partir da década de 90, um grande crescimento do número destas organizações no Brasil e surge a necessidade de uma identificação mais apropriada. Termos como “não lucrativas” ou mesmo “não governamentais”⁹ (termo que surge por oposição às políticas estatais) vão sendo menos usados, do mesmo modo que “setor independente”, “setor do voluntariado” ou “setor da caridade”, prevalecendo a nomenclatura “terceiro setor”.

2.2 – Das críticas às ONGs

Em sua obra “O Brasil e o capital-imperialismo”, a autora Virginia Fontes (2010) apresenta um histórico sobre o surgimento das ONGs e do conceito de terceiro setor. A autora destaca a importância dos movimentos sociais nas lutas de classes e contra a ditadura nos anos 1960 e 1970. A partir dos anos 1980 surgem as organizações que passarão a se denominar como não governamentais, por oposição inicial ao regime ditatorial. A autora aponta, contudo, que esta oposição torna-se mais abrangente, pois estas organizações apresentam-se como não políticas, ou apolíticas, colocando este aspecto como fator positivo, como um diferencial, que as qualificaria; a visão do Estado passa a ser tida como algo negativo, como sinônimo de má gestão e ineficiência, ao passo que as organizações civis teriam as características opostas.

No entanto, a partir dos conceitos de Gramsci, a autora questiona esta separação, pois a sociedade civil não seria algo isolado do Estado, bem como apresentaria também relações de proximidade com a classe empresarial. Contudo, as organizações civis apresentam-se deste modo. “Enaltecia uma atuação ‘de costas’ para o Estado, sem a intermediação de partidos, ou de organizações estáveis, consideradas como ‘camisas de força’ para tais movimentos.” (p.227). A autora destaca ainda a particularidade da formação deste conceito de sociedade civil no

⁹ - Apesar do autor não mencionar, pensamos que o uso da sigla tenha se distanciado do significado original, tratando-se hoje de uma diferenciação quanto ao executor das práticas sociais – que não é o governo. Pensamos que hoje não se trata exatamente de oposição às políticas públicas, mas sim de complementação ou de realização de ações onde o Estado não chega. Originalmente a referida oposição se justificaria, pois muitas destas instituições surgem no contexto dos anos finais do regime militar, sendo portanto vinculadas às lutas pelos direitos do cidadão.

Brasil, com preponderância da ação da classe burguesa, apesar das lutas sociais intensas que se travavam à época. Assim, embora o conceito de ‘civil’ tenha se apresentado inicialmente como contraposição ao ‘militar’, logo se firmou como oposição ao Estado, de modo idealizado:

A sociedade civil, assim encarada, seria o momento socialista da vida social, o momento virtuoso. Por seu turno, o Estado era confundido, ora com a ditadura, ora com a ineficiência e incompetência derivadas de sua íntima conexão com o setor privado. Essa idealização fazia quase desaparecer do cenário as entidades empresariais¹⁰.

Esta visão ainda existe hoje, pois grande parte das ONGs destacam o fato de não terem este vínculo, embora se referindo majoritariamente às vinculações partidárias.

A relação, no entanto, é contraditória pois neste movimento de crítica ao Estado as ONGs se apresentam como possíveis melhores gestoras dos recursos públicos, passando a pleitear as verbas para realizar as ações que o Estado não realiza. Com isso, aponta a autora que acontece um esvaziamento do peso que havia antes nos movimentos sociais como responsáveis pelas lutas de classes, na defesa dos direitos dos trabalhadores. As ONGs atuariam nas questões emergenciais servindo como ‘atenuantes’ dos conflitos, realizando as ações emergenciais que estariam a cargo do Estado, e com isso não havendo um questionamento e uma luta pela mudança das estruturas sociais que determinariam tais carências. Ou seja, haveria uma ação paliativa nos efeitos, sem se questionar ou tentar mudar as causas.

A autora aponta como tais organizações foram de grande utilidade para o empresariado e para a classe política, ambos intimamente relacionados, pois contribuía para a manutenção da situação estabelecida, amenizando possíveis conflitos.

Um outro aspecto é que passa a haver nestas ONGs um movimento cada vez mais forte de profissionalização de sua mão-de-obra, havendo consultores e gestores especializados na captação e gerência dos recursos públicos. Com isso, passa a haver um distanciamento cada vez maior das camadas populares, cujas demandas haviam dado origem àquelas organizações.

A autora diferencia as ONGs do que chama de terceiro setor, pois este conceito teria sido apresentado pela classe empresarial, ao criarem as associações e fundações sem fins lucrativos, que fariam concorrência às ONGs na disputa dos recursos públicos. Essas associações trazem o conceito da responsabilidade social das empresas, reforçando também a

¹⁰ - FONTES, O Brasil e o capital-imperialismo. P.240.

ideia de diminuição dos conflitos. A partir da década de 1990, estas associações trarão também o conceito do ‘voluntariado’ que surge dentro das próprias associações, formando um ‘exército’ de trabalhadores (p.293) disponíveis aos interesses do empresariado. Estas associações surgem com tanta força que o papel da Abong (Associação Brasileira de ONGs), até então preponderante neste processo de consolidação de valores negativos do Estado, fica extremamente reduzido.

A autora destaca que na década de 1990 o movimento pela ética na política, que culminará com o impeachment de Fernando Collor, dará origem à Ação da Cidadania e posteriormente ao movimento Ação da cidadania contra a Miséria e pela Vida, este último liderado pelo sociólogo Betinho (Herbert de Souza), que citamos no início deste trabalho. Estes movimentos, liderados por uma das grandes ONGs da época, o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, sob coordenação também de Betinho) trará a questão da miséria como o principal problema a ser combatido no país, deixando a pauta da desigualdade no esquecimento – olhando-se mais uma vez o efeito e não a causa.

Este movimento também conta com amplo apoio do Estado, do empresariado e da mídia, conclamando os cidadãos a participarem da solução deste problema social, fazendo cada um a sua parte. De fato, na época a mobilização social foi intensa, havendo núcleos do projeto – os Comitês da Cidadania – espalhados por todo o país.

A autora considera, portanto, como decorrência deste desenvolvimento das ONGs e do terceiro setor no Brasil: uma noção equivocada do termo ‘público’ como mera fonte de recursos (p.289); um aniquilamento das lutas de classes e da defesa de direitos dos trabalhadores; a perda de parte destes direitos; uma nova configuração das forças de trabalho (precarizada). Aponta ainda que esta noção de “alívio da pobreza” chega mesmo ao partido que originariamente estaria à frente da defesa dos direitos dos trabalhadores (PT):

O prévio aval de seu governo [refere-se ao governo do presidente Lula] à segurança da propriedade monetária e sua ação enérgica em prol do “alívio à pobreza”, sob forma privatizada e antiuniversal, revela seu papel de fomentador universal de vasto celeiro de mão de obra sem direitos. O Programa Fome Zero (que retomou o mote da Campanha de Betinho) e o Bolsa Família generalizam a experiência, antes limitada a uma tímida vitrine social, do Programa Comunidade Solidária, de Ruth e Fernando Henrique Cardoso. Não elimina o viés filantrópico nem a cidadania da miséria, e expressa uma diretriz diretamente empreendedora para o capital-imperialismo.

Assistimos à generalização da política de conta-gotas, mas ela é de fato invertida.

(...) O calibre de tais gotas é minuciosamente dosado e o gotejamento sequer constitui algum direito, mas reitera o apassivamento do conjunto dos trabalhadores sob as novas condições da extração do sobretrabalho¹¹.

Como percebemos, esta noção de “alívio da pobreza” permanece até os dias de hoje na manutenção de programas de governo chamados de sociais, mas que na verdade não atuam nas causas destes problemas. No campo da assistência social há uma contradição inerente à prática desta profissão, pois um bom programa social é aquele que consegue deixar de existir em menor espaço de tempo, ou seja, aquele que cumpre de fato o seu papel. No Brasil temos assistido ao longo dos anos o uso de tais programas como moeda de troca política, como barganha eleitoral.

2.3 – Novos horizontes

A campanha liderada por Betinho tinha como um de seus slogans a frase “Quem tem fome, tem pressa”. De fato, embora saibamos que as demandas emergenciais da sociedade são uma consequência de uma estrutura social maior, na qual prevalece a desigualdade, há esta urgência em se atender a estes apelos. Não chegando o Estado a estas pessoas mais necessitadas (por variadas razões e interesses), é necessário que se faça chegar algum socorro.

Entendemos aí como emergenciais tanto as demandas relacionadas à alimentação, vestuário, saúde, mas também outras, relacionadas principalmente à educação e cultura, como formação essencial que permita ao indivíduo vislumbrar alguma possibilidade de mudança concreta em seu padrão de vida.

A nosso ver, as práticas não precisam necessariamente ser excludentes: a conscientização e a ação política não impedem que se atue, no âmbito particular/organizações, no socorro aos que necessitam; do mesmo modo, a prática voluntária deste trabalho social não precisa ser esvaziada de crítica, de reflexão e de ação política. A própria ação social não deixa de ser uma ação política, em sentido mais amplo, já que visa um bem social comum.

Nas organizações de menor porte, que permanecem conectadas às comunidades onde surgem, é bastante comum o trabalho em torno do conceito de cidadania, auxiliando na luta pelos direitos, como já citado anteriormente. Nas últimas eleições, foi bastante intenso também

¹¹ - FONTES, Idem. p.297.

o movimento de várias destas ONGs no sentido de pedir o voto pela representatividade, sobretudo das populações negras, das mulheres (e mulheres negras) e LGBTs, dentre outros.

No campo da educação, embora haja iniciativas desastrosas, como foi por alguns anos o projeto “Amigos da Escola¹²” e similares, há também interferências positivas, que de fato ajudam estudantes e professores. Sabemos que não é a solução do problema, que exige uma luta maior pelas mudanças estruturais, maiores investimentos, etc., mas como já falado, as duas ações podem ocorrer simultaneamente, sem deixar assim os que necessitam no momento sem qualquer apoio.

Retomando o estudo de MEREGE sobre as organizações civis, o autor expõe que desde 1990, a ONU considera que apenas a análise do PIB e da renda per capita não são mais suficientes para se medir o padrão de vida de um país. A partir desta data, foi adotado também o IDH – índice de desenvolvimento humano – que abrange outras variáveis além da econômica: as condições de vida, aspectos como educação e saúde, por exemplo.

O autor, analisando as instituições do terceiro setor, observa que nos estudos sobre as variáveis que impactam no IDH, tem-se mostrado necessário repensar os modelos de desenvolvimento até então vigentes:

(...) uma reformulação nos modelos de desenvolvimento, incluindo como variável estratégica o fortalecimento das organizações da sociedade civil, assim como interconexões entre elas e entre as pessoas de uma comunidade, com a finalidade de estimular ações coletivas. Quanto mais desenvolvida e rica a teia de organizações sociais e o envolvimento de pessoas nessa teia, maior o desenvolvimento humano e econômico. (...) A saúde cívica de uma comunidade depende da existência ou não desse capital social. Os estudos empíricos demonstram que problemas sociais como pobreza, criminalidade, desemprego, analfabetismo, etc., estão altamente relacionados com a disponibilidade ou não de capital social. Por esse motivo, torna-se importante, para o desenvolvimento local, um mapeamento de como os indivíduos interagem entre si e de como estão envolvidos em organizações da sociedade civil¹³.

O autor aponta ainda para índices que relacionam a quantidade de instituições do terceiro setor por habitante: enquanto no Brasil, até 2008, estimava-se 1,6 organizações por

¹² - Projeto amplamente divulgado pela Rede Globo, iniciado em 1999, e que contava com o apoio de grandes parceiros, como o Unicef, Faça Parte, Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), além de contar com a divulgação de vários artistas renomados.

¹³ - MEREGE. Idem, p.172

cada mil habitantes, no Canadá, por exemplo, esta proporção era de 5 organizações por mil habitantes (MEREGE, p.172).

Em seu livro “Cidadania no Brasil – o longo caminho”, José Murilo de Carvalho¹⁴ faz uma análise bastante precisa sobre as relações entre terceiro setor e Estado, citando também exemplos de parcerias entre associações civis e prefeituras. Diz o autor:

Experiências recentes sugerem otimismo ao apontarem na direção da colaboração entre sociedade e Estado que não fogem totalmente à tradição, mas a reorientam na direção sugerida. (...) Trata-se do surgimento das organizações não governamentais que, sem serem parte do governo, desenvolvem atividades de interesse público. (...) Da colaboração entre elas e os governos municipais, estaduais e federal, têm resultado experiências inovadoras no encaminhamento e na solução de problemas sociais, sobretudo nas áreas de educação e direitos civis.

No campo da educação, Carvalho (2018) nos traz dados muito interessantes a partir de uma pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 1997. As pessoas foram entrevistadas em relação ao conhecimento e uso de seus direitos civis, sociais, jurídicos e políticos. Ficou comprovado em números e percentuais o que já sabemos pela experiência prática: quanto menor o grau de escolaridade, maior o desconhecimento de seus direitos. Tal desconhecimento passa por achar, por exemplo, que a prisão por simples suspeita é legal ou o não reconhecimento de direitos que estejam sendo violados. Ou ainda o baixo índice de procura pelas vias legais para a resolução de conflitos. Perpassa estas questões, é claro, toda nossa trajetória histórica de atribuir direitos a poucos e punição a muitos, os excluídos – a falta de confiança na polícia, na justiça, nos políticos. São questões complexas, mas em todo este quadro a baixa escolaridade reforça a falta de conhecimento e a consequente ausência de luta pelos direitos.

Estes são alguns dos aspectos abordados pelo autor e, nestes temas levantados, observamos a intensa atuação das ONGs na luta pela garantia e execução dos direitos do cidadão.

Também Merege destaca perspectivas promissoras neste envolvimento do Estado com o terceiro setor:

No cenário contemporâneo, marcado pelo fracasso do modelo neoliberal, que resultou em um Estado frágil, portanto, incapaz de assumir totalmente suas responsabilidades sociais, propõe-se um novo modelo de política social, batizado de *welfare mix* ou *welfare pluralism* – uma forma de gestão compartilhada das ações sociais pelos três setores [público, privado e terceiro setor]. Embora as responsabilidades compartilhadas devam ser assumidas pela

¹⁴ - CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil – o longo caminho. P.227.

reconstrução dos papéis dos setores nesse novo sistema, o Estado deve liderar esse processo no que diz respeito à definição, à regulamentação e à implementação de políticas sociais¹⁵. (grifo em negrito meu)

A questão da reconstrução dos papéis, a nosso ver, é um dos pontos centrais neste quadro de mudanças. Por um lado, a sociedade compreender que pode e deve agir, de forma organizada, tanto atuando diretamente na solução dos problemas a seu alcance, quanto pressionando o Estado para que cumpra seu papel. De outro lado, o setor privado igualmente deve assumir a sua responsabilidade perante a sociedade; neste sentido, a ideia de responsabilidade social nas empresas é também um ponto bastante positivo, e muitas destas ações da iniciativa privada vêm sendo concretizadas pela parceria com ONGs, através de editais.

Um outro ponto a se considerar, em relação ao Estado, é a necessidade de se estabelecer políticas públicas duradouras, ou seja, vinculadas ao Estado em si, e não aos indivíduos ou partidos que estejam momentaneamente no poder, como forma de podermos ter a continuidade de ações, sobretudo nas áreas básicas, como educação, saúde, segurança e serviços sociais. A descontinuidade de políticas públicas nos serviços básicos piora ainda mais o quadro dos serviços prestados.

Merege destaca ainda que “As soluções estruturais só podem ser dadas pelo Estado” (p.174), ou seja, as mudanças maiores, sobretudo no que diz respeito à certa normatização das atividades privadas (como a criação de uma lei que penalize indústrias poluidoras, por exemplo), dependem da ação do poder público.

De fato, sabemos que o alcance da ação das ONGs em geral se dá no plano mais local, havendo também uma limitação no quantitativo de pessoas atendidas. Há ainda a limitação da ordem de equipamentos e adequação profissional, se pensarmos nas áreas de saúde, atendimentos psiquiátricos, clínicas para desintoxicação e tantas outras situações em que o recurso à estrutura pública se faz necessário.

No entanto, mesmo nestas situações, a parceria entre as organizações e o Estado pode ser bastante produtiva e resultar em um serviço de melhor qualidade para os usuários. Isso porque justamente em função da menor escala e do âmbito mais local de atuação, as organizações civis conseguem uma maior proximidade com as pessoas atendidas, há uma

¹⁵ - MEREGE. Idem, p.173

humanização' maior no atendimento, um envolvimento e um acolhimento que fazem grande diferença.

2.4 – Análise a partir dos conceitos de Bourdieu

Para a análise dos dados levantados nesta pesquisa, trabalharemos com os conceitos elaborados por Pierre Bourdieu, especialmente os de *habitus*, campo e violência simbólica.

Conforme nos aponta Thiry-Cherques, para Bourdieu “(...) não se pode compreender a ação social a partir do testemunho dos indivíduos, dos sentimentos, das explicações ou reações pessoais do sujeito. Que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, a essas manifestações.”¹⁶

Nesta pesquisa estamos levantando algumas questões nesta busca por este aspecto que subjaz aos fenômenos observados, porém teremos mais perguntas do que necessariamente respostas. Sabemos que os interesses econômicos e de manutenção do poder das classes mais privilegiadas da sociedade têm historicamente sido determinantes na manutenção da precariedade das condições de vida das classes menos favorecidas. Vemos estes reflexos nos campos da moradia, da saúde, do lazer e da educação, dentre outros. Observamos também, como já exposto anteriormente, que nas últimas décadas muitos movimentos sociais têm buscado alternativas a este quadro, tendo maior visibilidade, lutando por seus direitos e pressionando para que as mudanças ocorram no campo político e na sociedade.

Nossas questões se voltam para buscar compreender o que pode ser feito, dentro do terceiro setor, para que as pessoas atendidas nestas instituições se engajem mais em projetos que buscam ajudá-las a assumir uma outra posição, através do estudo e da qualificação profissional. Entender por que mesmo com os conceitos assimilados no discurso, as ações práticas não correspondem aos esforços necessários para se transformar (ao menos parcialmente) uma realidade.

Um dos aspectos que mais nos desafia na prática voluntária nestes projetos socioeducativos desenvolvidos pelo Instituto ao longo destes anos, é o fato de sabermos que temos um grande potencial em mãos – muitas vezes dispomos do tempo, do espaço, da mão-de-obra qualificada e mesmo de alguns recursos – e, no entanto, não conseguimos alcançar os fins que desejaríamos com grande parte de nossas crianças e especialmente com os jovens.

¹⁶ - “Pierre Bourdieu: a teoria na prática” – p.30.

Sabemos que há várias questões que perpassam as realidades das famílias assistidas, diversos tipos de necessidade material (desde o alimento até o medicamento, o vestuário e outros), de suporte emocional, situações de violência e muitas outras. Contudo, não podemos considerar que sejam fatores determinantes, pois se assim fosse não haveria transformação, não haveria os casos dos que conseguem superar estas dificuldades e dar um novo rumo a suas trajetórias. É preciso pensar que é possível sair deste quadro tão crítico e romper assim com este círculo que se perpetua de uma geração a outra, e um dos caminhos para se romper este círculo é a educação.

No Brasil, historicamente, desde nosso passado escravocrata, há uma valorização da atividade intelectual em detrimento dos trabalhos manuais, que demandam força física. A educação sempre foi para as classes mais ricas, cujos filhos eram encaminhados para a Europa para aperfeiçoarem seus estudos, e retornando ao Brasil assumirem posições sociais de destaque no campo dos negócios da família, na área do direito, da política, da medicina.

Analizando a realidade escolar na França no final da década de 1960, Bourdieu¹⁷ traz algumas reflexões que ainda se aplicam a nossa realidade educacional no Brasil atual. O autor analisa as situações de êxito ou de fracasso nas trajetórias estudantis, considerando a situação familiar dos alunos – o grau de estudo dos responsáveis e dos familiares mais próximos, o local de residência e, principalmente, o *ethos* – os valores relativos à educação, à cultura e à visão da escola que a família e o meio social do estudante lhes transmitem ao longo de sua vida:

A ação do privilégio cultural só é percebida, na maior parte das vezes, sob suas formas mais grosseiras, isto é, como recomendações ou relações, ajuda no trabalho escolar ou ensino suplementar, informação sobre o sistema de ensino e as perspectivas profissionais. Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes frente ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, consequentemente, pelas taxas de êxito. (p.45 e 46)

Não se trata de estabelecer uma relação de determinismo, pois as mudanças acontecem, mas o que o autor aponta é que o sistema escolar, ao apresentar-se como democrático, na medida em que confere as mesmas oportunidades de acesso a todos, ao tratar a todos da mesma forma,

¹⁷ - BOURDIEU: A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.

independentemente das origens e trajetórias sociais de cada um, acaba por legitimar em seu interior as desigualdades:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.

A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou melhor dizendo, exigida. (p.59)

Bourdieu escreve na segunda metade da década de 1960. É certo que muita coisa mudou na pedagogia e no sistema de ensino neste decurso de tempo; hoje temos sem dúvida uma escola que busca se aproximar mais do aluno e se demonstra mais sensível a sua realidade social vivenciada. As práticas inclusivas, os setores de atendimento diferenciado nas escolas (Núcleos de apoio a portadores de necessidades especiais e outros), a política de cotas, o apoio estudantil, o oferecimento de alimentação na escola, dentre outros aspectos, refletem estas transformações. Porém, mesmo com todas essas medidas, o ponto central é que a percepção da escola como uma opção de transformação da realidade social ainda não é vivenciada, não é algo internalizado para grande parte da população – o autor aponta para o não recebimento destes valores internalizados no âmbito familiar, o que podemos considerar como hipótese, pois de fato grande parte das crianças não vivenciam em seus lares esta realidade, que não foi vivida por seus pais ou, se foi, não obteve os resultados (transformadores) esperados.

Apesar de todas as mudanças e do alcance da educação nos dias de hoje, a realização de uma trajetória escolar completa – da educação infantil à graduação – ainda se mostra distante de uma boa parcela da população, especialmente se considerarmos todo este percurso sendo bem realizado, com dedicação exclusiva aos estudos.

Na conceituação de Bourdieu, podemos dizer que esta vivência do ciclo escolar completo faz parte do *habitus* de determinados grupos sociais (parcelas mais ricas da sociedade e o que se chama no senso comum da ‘classe média’). Quando perguntamos em família a uma criança “O que você quer ser quando crescer?”, estamos pressupondo que esta criança terá sua permanência na escola (e em uma boa escola) garantida; que não precisará trabalhar por um

bom tempo, até a maioria, de modo que completará seu ensino médio e, com a ajuda talvez de algum cursinho, entrará em uma universidade (provavelmente pública).

Esta seria uma prática incorporada no modo de “perceber, de sentir, de fazer, de pensar”¹⁸ destes grupos sociais, porém, o discurso destes grupos é reproduzido por outros, de menor poder econômico, mas para os quais aquela vivência do percurso escolar provavelmente não se concretizará do mesmo modo.

Bourdieu, diferentemente de outros estruturalistas, considera que a prática social não é somente determinada por uma estrutura anterior, mas é também determinante desta; ou seja, as relações são flexíveis e dinâmicas. Neste intercâmbio entre os grupos sociais, assimilam-se práticas, gostos, visões de mundo... Até porque em boa parte do que historicamente se consumiu em termos de conhecimento escolar, de entretenimento, de produtos diversos, sempre foi determinado pela ótica das classes mais favorecidas, como sendo o ‘comum’ ou o ‘normal’ (ou o ‘desejável’). A ‘imposição’ desta forma de ver o mundo de um grupo a outro pode ser considerada como um exemplo de ‘violência simbólica’, na conceituação de Bourdieu – uma violência que ocorre sem que se tenha consciência dela, de modo consentido. É bem recente em nossa sociedade o movimento de grupos que não se identificam com esta lógica ‘imposta’ e que buscam expressar os seus próprios valores; estes grupos passam a ter aos poucos mais visibilidade, trazendo alterações que vão sendo incorporadas pelo campo dominante.

Como o *habitus* é vivenciado sem um controle consciente de seus agentes, para que haja qualquer mudança pensamos que um primeiro movimento deva ser necessariamente o reflexivo, ou seja, perceber-se enquanto agente deste campo, vivenciando este determinado modo de ser (*habitus*). Se um sujeito percebe-se como agente, ocupando uma dada posição, em um campo no qual a educação é vivenciada como um privilégio (embora possa não ser falada como tal, no discurso), e se este sujeito percebe a si como parte excluída deste processo, ele pode buscar os meios para romper com essa exclusão, buscando alternativas. No entanto, se ele repete o discurso predominante e, mesmo que inconscientemente, vê a si mesmo como parte de um mesmo *habitus* (do qual só faz parte no campo do discurso), aí então fica mais difícil com que realize um movimento de mudança, visto que assumirá como ‘naturais’ as etapas daquele ciclo escolar, por exemplo, como se as condições fossem as mesmas – e provavelmente tendo que lidar com o ‘fracasso’ escolar como apenas uma decorrência de uma característica

¹⁸ - Thiry-Cherques, p.33

particular sua (uma incapacidade sua), e não como uma decorrência de uma estrutura maior na qual está inserido (campo).

Quando as séries escolares avançam, chegando na pré-adolescência e adolescência, surge então a percepção das dificuldades (pela diferença das escolas, pela ausência de uma base mais sólida desde o início do ciclo escolar, pelas demandas em casa, junto a irmãos menores, pela falta de apoio familiar, dentre tantos outros aspectos). É o momento em que o campo educacional – que até então se considerava como o mesmo (ao menos no discurso) - se mostra na verdade diverso: são outras as relações que se apresentam e o discurso não mais encontra correspondência; o discurso pode até ser repetido, porém sua não realização encontrará provavelmente justificativas centradas no agente, como mencionado antes, e não na estrutura em si.

Thiry-Cherques aponta o fato de que os campos “são microcosmos autônomos no interior do mundo social. Todo campo se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*. O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo.” (p.36). As classes mais ricas estruturam um campo educacional no qual um indivíduo deve ter assegurada sua manutenção até a maioridade ou até mais, até a conclusão de sua graduação. Já as classes menos favorecidas acessam este mesmo campo (ou uma reprodução dele, em pior qualidade), a partir do discurso da educação como garantia de melhores condições de vida. No entanto, já nos ciclos iniciais observamos as diferenças – pela vivência no Instituto, notamos que uma grande parte das famílias não atribui grande importância a esta fase inicial, enxergando a escola neste momento apenas como o local para deixar as crianças. Dadas as diferenças em termos de conteúdo e cobranças, as séries iniciais seguem com certa tranquilidade, chegando então ao momento acima citado dos anos finais, quando surgem as maiores dificuldades (tanto no conteúdo escolar como nas pressões familiares). A nosso ver, somente um movimento de conscientização poderia fazer com que estes agentes, das classes menos favorecidas, pudessem assumir as diferenças e lutar por melhores condições, ou buscar alternativas ao que se apresenta como regra (e aqui as iniciativas do terceiro setor entrariam como suporte para auxiliar nesta transformação).

Retomando o conceito de ‘violência simbólica’, cabe observar que, no campo da educação, ao reproduzir o campo dos grupos sociais mais ricos como sendo o ‘normal’ (o de todos os grupos) – reprodução em pior nível de qualidade, como uma cópia inferior – age-se com esta violência sobre aqueles grupos, afetando significativamente a vida daqueles agentes. Isso porque a criança ou o jovem vivenciam a realidade que lhes é apresentada a partir do

discurso (dominante) que assumem como seu, porém à medida em que se tornam mais conscientes, percebem as diferenças existentes.

Segundo MENDONÇA¹⁹, esta ‘naturalização’ de algo que não é natural, mas sim cultural, e que reflete os valores e pensamento das classes dominantes é a pior forma de violência exercida pelo Estado:

Nesse processo reside, a nosso ver, a mais profunda e estrutural modalidade de violência perpetrada pelo Estado: a violência simbólica, cujo *modus operandi* se dá à sombra da permanente naturalização de seus objetos e/ou alvos, configurando o que se poderia chamar de um permanente “estado de violência”, onde o que está em jogo não é a integridade física dos indivíduos e/ou grupos, mas sim a integridade de sua participação cultural.

É importante notar que o termo ‘cultura’, neste entendimento, corresponde ao “instrumento por excelência unificador e homogeneizador das diferenças, ainda que social e historicamente construída”. A cultura escolar tradicional segue esta mesma lógica, como nos expõe Bourdieu ao analisar o sistema educacional francês.

Podemos ilustrar esta situação a partir de uma jovem que foi nossa aluna por muitos anos no Instituto (desde os 10, 11 anos até o momento atual, com cerca de 20 anos). Esta aluna, em criança, diferenciava-se das demais por gostar de ler e ir muito bem no colégio; expressava-se muito bem e com grande desenvoltura em várias atividades, como no teatro. Participava das aulas de reforço buscando o ingresso em algum colégio de referência, o que infelizmente não aconteceu. Seguimos acompanhando sua trajetória escolar pelo ensino médio, sendo esta jovem sempre ótima aluna no colégio onde estudava. Aí visualizamos a violência simbólica: mesmo sendo excelente aluna, a jovem em questão estava bem abaixo do que seria o mínimo necessário para o ingresso em uma universidade pública. Porém esta percepção não era clara para a própria estudante: por mais que a alertássemos sobre a necessidade de uma dedicação bem maior aos estudos (e por mais que garantíssemos algum apoio de ordem material à família, para que ela não precisasse trabalhar naquele momento), esse empenho não acontecia e observávamos que não acontecia pela crença na realidade que se apresentava, do conceito de que desfrutava como ótima estudante (porém em uma realidade – um campo – de pior qualidade educacional). A seguir, conseguimos o apoio de padrinhos para a realização de um curso pré-vestibular e, ainda no primeiro ano de curso, vimos o quadro se repetir. Somente após mais um ano de curso e

¹⁹ - MENDONÇA, Sonia Regina. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania.

ainda um outro em que seguiu com o apoio das aulas de reforço é que a jovem finalmente ingressou na UFRJ.

É curioso notar que, em um breve ensaio de Bourdieu datado de 1992²⁰, sobre os estudantes franceses e a realização do exame do ‘*baccalauréal*’ (prova que determina o encaminhamento a determinados cursos superiores), analisando a percepção de estudantes de classes menos favorecidas sobre este exame, encontramos muitos pontos de semelhança com nossa realidade, no que tange à internalização de valores relativos à vivência e às perspectivas escolares. Muitos destes estudantes mostram-se descrentes de que haja alguma grande transformação, realizando os exames ‘por realizar’, mas sem grandes pretensões acadêmicas ou profissionais posteriores. Pelo que acompanhamos das famílias que assistimos, este tipo de percepção é bastante comum; é como se no fundo não acreditassem em uma real alternativa de mudança através do estudo, ou se como este caminho não fosse possível de ser cumprido. No dizer do autor: “[a instituição escolar] essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção” (p.248).

Observamos, portanto, que para romper com estes ciclos que se repetem, precisamos atuar sobre a forma de pensar, sobre a conscientização das pessoas em relação às posições sociais e às lógicas dominantes. No dizer de Thiry-Cherques, a partir dos conceitos de Bourdieu, temos um ponto fundamental: a gênese do *habitus* dos agentes, que a nosso ver pode representar então a possibilidade de mudança do *habitus* vinculado à estrutura vigente:

“(...) identificando a *doxa* – o que é tido como socialmente garantido ou “natural” no campo -, verificando a possibilidade de uma heterodoxia, isto é, do questionamento e da desnaturalização da *doxa* pelo surgimento de uma *doxa* alternativa, e investigando a existência de uma ortodoxia, uma reação à heterodoxia, uma estratégia acionada pelas forças dominantes em um campo no sentido de cristalizar uma *doxa* (Bourdieu e Eagleton, 1996). Este tipo de análise destina-se a situar o objeto no interior do campo de que faz parte, o que compreende um duplo movimento: estabelecer a posição dos agentes que produziram o objeto; e estabelecer a posição do objeto no campo considerado (Bourdieu, 1992b:186).” (p.45)

Logo, um dos aspectos a observarmos nas práticas socioeducativas do terceiro setor são estas concepções que nos chegam naturalizadas, referentes à educação, mas que sabemos dizer respeito a um *habitus* de campo diferente. Estar atento a esta questão e despertar esta conscientização no sentido de buscar alternativas e construir uma nova *doxa*, ou seja, buscar

²⁰ - BOURDIEU: Os excluídos do interior.

estratégias que permitam a superação das dificuldades enfrentadas para se atingir o mesmo fim, de uma melhoria real da qualidade de vida, através da educação.

2.5 – Apresentação das pesquisas

O Instituto Paulo e Estêvão tem por visão institucional “possibilitar a transformação daqueles que hoje são beneficiários para que no futuro tornem-se voluntários, contribuindo com o desenvolvimento da Missão do Instituto” (a missão por sua vez consiste em “contribuir para a formação do ser integral através de ações socioeducativas, culturais e do voluntariado, norteados pelos ensinamentos de Jesus”). Ou seja, quando recebemos uma criança ou jovem, nossa intenção é que com nosso apoio ele consiga ter as ferramentas em mãos para romper com o círculo que se reproduz continuamente: má formação escolar – subemprego/baixa remuneração – filhos (em geral ainda muito jovens) que repetem o quadro escolar e as relações familiares. E rompendo com este círculo, que possa retornar ao Instituto não mais como assistido, mas como voluntário, para ajudar a transformar outras realidades e a multiplicar o seu exemplo.

Considerando as práticas socioeducativas, observamos que, em relação às crianças, uma das grandes dificuldades se encontra na inexistência de hábitos regulares de estudo em casa, a falta de uma rotina de estudos e de incentivos da família. Estes aspectos foram muito mais apontados pelos voluntários do Ipê como dificuldades principais enfrentadas do que o aspecto das lacunas de conteúdo, por exemplo, ou da questão da falta de recursos econômicos (questão 7 dos questionários do anexo 6). Ressaltamos que nas reuniões com os voluntários é muito enfatizado que faça parte do planejamento das aulas o auxílio à criação de uma rotina de estudos para a criança em casa, bem como este ponto é exposto e trabalhado com as mães nas reuniões de responsáveis (específica para quem tem crianças no reforço escolar). Como vimos anteriormente na análise a partir dos conceitos de Bourdieu, a não existência de referências familiares tem um peso muito grande na percepção que a criança terá da vida escolar e suas práticas (são conceitos e vivências não introjetadas). Aprende-se mais pelo exemplo do que pela fala, como se diz popularmente.

Observamos este aspecto também nas respostas dadas pelas famílias que têm ou já tiveram crianças em reforço escolar (anexo 8). Para a pergunta “Fora deste período de pandemia, seu filho/sua filha tem uma rotina de estudo em casa? Como é?”, das 11 respostas tivemos apenas uma que de fato respondeu afirmativamente, compreendendo o que seja esta

rotina de estudos: “Sim. Tem com as aulas de reforço no Ipê aprendemos a executar essa rotina em prática. Tem um cronograma e um período da manhã ou tarde executa os estudos no mínimo 2 horas de estudo. Fazer leitura produzir textos etc...”²¹. Nas outras 10 respostas, tivemos 4 que não compreenderam a pergunta; 2 que entendem rotina de estudos apenas como a realização dos deveres da escola ou do reforço escolar; 3 que disseram não ter esta rotina por impossibilidade do responsável (incapacidade ou falta de tempo) e 1 que respondeu afirmativamente, mas não especificou. O entendimento de ‘rotina de estudos’ como a simples ‘realização de deveres de casa’ é uma realidade quase universal que constatamos ao longo dos anos nestes atendimentos. A quantidade e a qualidade destes deveres enviados às crianças é bastante baixa; nas séries iniciais, em que a criança assimila com maior facilidade os conteúdos, fica para os familiares a falsa sensação de que o aluno é muito bom ou que vai muito bem nos estudos. [curioso observar que em seu estudo, referindo-se à década de 1950 em Paris, Bourdieu²² apresenta visão muito semelhante quanto à percepção das crianças e suas famílias em relação ao ensino primário – onde haveria de fato uma igualdade entre os estudantes - e ao secundário – onde as diferenças se manifestam com o peso das diferenças das origens sociais]. Mais recentemente temos observado uma prática bastante comum em várias escolas da rede municipal da região do Centro, cujos alunos atendemos: a retenção dos livros e muitas vezes do próprio caderno na escola. Com isso, os deveres que eram poucos passam a ser inexistentes em boa parte dos dias, ou seja, não se estimula a criação de hábitos de estudo em casa, toda a prática de estudos fica restrita à presença física na escola (antes da pandemia, logicamente).

Se compararmos os dados deste último item com a concepção sobre o papel da educação, notamos uma diferença significativa. Para a questão “Para você, qual a importância da educação escolar na vida do seu filho/sua filha?” (questão 4 do anexo 8), tivemos unanimidade das respostas no sentido de considerar a educação como relevante na vida da criança, sendo que das 11 respostas, 4 associaram a educação com um futuro emprego melhor e outras 4 com uma ‘vida melhor’. Essa constatação não nos traz uma novidade, visto que o discurso é conhecido e continuamente reproduzido. Por que tal discurso não produz

²¹ - As respostas dadas pelos participantes da pesquisa foram transcritas integralmente, sem as correções ortográficas.

²² - “Os excluídos do interior”, p.245 e 246.

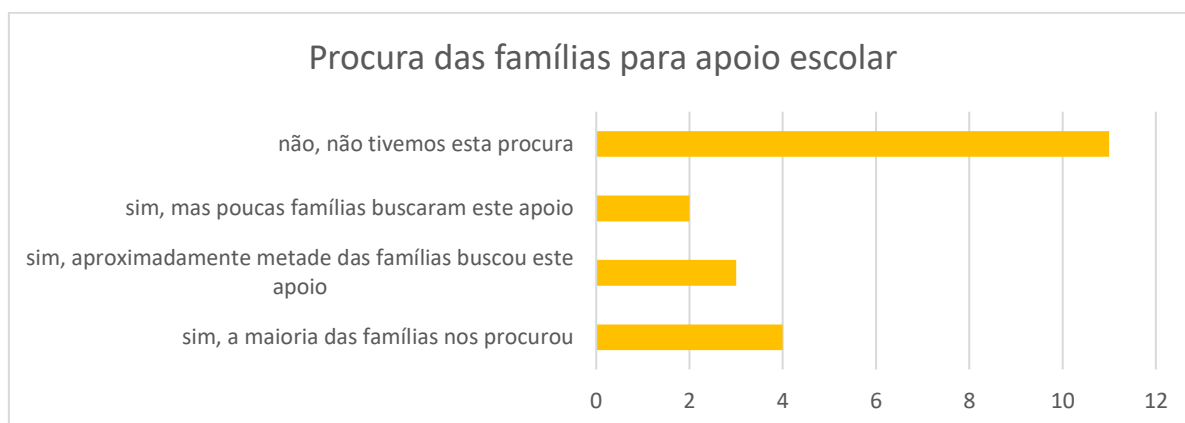
uma conduta prática diferente? Ou ainda, por que ele não tem força para romper as dificuldades e possibilitar colocar em prática as ideias que expressa?

Como dissemos anteriormente, sabemos que muitas vezes este quadro é devido à rotina de trabalhos dos responsáveis, que muitas vezes precisam sair cedo para o trabalho, deixando os irmãos mais velhos a cargo dos menores, dentre tantas outras questões da sobrevivência diária. Porém, vamos insistir na perspectiva de que, se há uma dificuldade e uma probabilidade de reprodução do quadro atual, é preciso que se busque uma alternativa – através da educação principalmente, e também da qualificação profissional, em alguns casos.

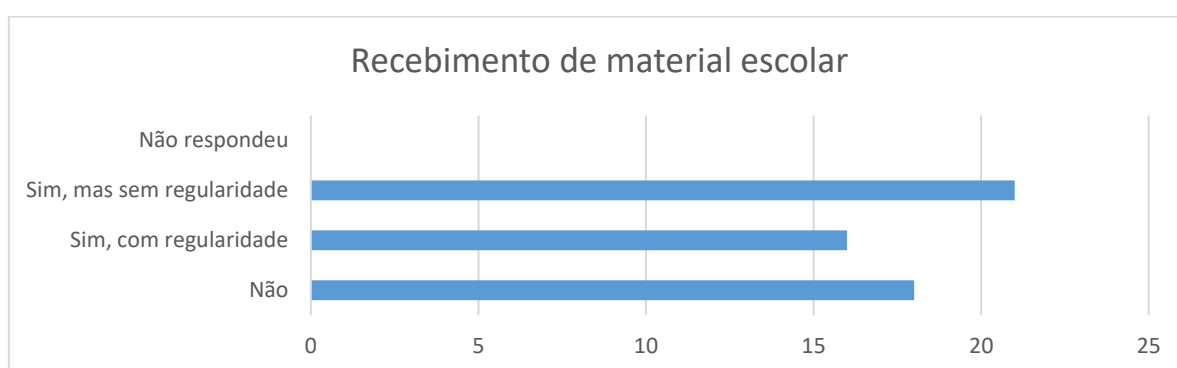
Já na adolescência há ainda outras questões que se colocam, como a pressão da família para que se comece a ter uma renda para ajudar na manutenção da casa, a falta de uma convicção real de que o estudo possa vir a representar um melhor padrão de vida (conforme já analisamos anteriormente, da falta de introjeção destes valores). Além de todas as questões típicas da adolescência, que vão concorrer também para o desinteresse nos estudos.

Na percepção dos voluntários, a expectativa da maioria das famílias ainda se concentra na questão do diploma, em se concluir os ensinos. E notamos que, embora o discurso possa dizer diferente, na prática a expectativa em relação a atividade do reforço escolar, por exemplo, é a de auxiliar a criança ou o jovem a concluir os estudos. Por mais que seja exposto em palestras, conversado individualmente, exemplificado, não há uma convicção real de que, se houver um pouco mais de dedicação e esforço, o estudo real (e não só ter o diploma) pode fazer uma diferença na vida profissional.

De modo semelhante, ao verificarmos a questão do estudo durante o período da pandemia, observamos também esta disparidade dos discursos. Das 20 instituições que responderam ao questionário (gráfico 14 do anexo 5), sobre buscar apoio para as aulas *on line* oferecidas pelas escolas, tivemos o seguinte resultado:



Observamos que a maioria das famílias não buscou pelo apoio que poderia ter sido oferecido pelas instituições, mesmo remotamente. Das que procuraram, considerando as respostas aos itens 5 e 20 deste questionário, temos que 2 referem-se a cursos pré-vestibulares e 1 a cursos profissionalizantes; 1 manteve os atendimentos por vídeo; 3 referiram-se na verdade a outros tipos de atendimentos às famílias, que não atividades socioeducativas; e 2 realizaram estas atividades, porém sem especificar quais e de que modo. Não tivemos como verificar se todas as famílias declaradas pelas instituições de fato estavam acessando aulas/atividades remotas oferecidas pelas escolas, pois não tivemos acesso às famílias; estes dados foram levantados no questionário aplicado às famílias do Ipê (gráfico 3 do anexo 4):



De 56 respondentes, 18 não estavam recebendo ou acessando nenhum tipo de material para estudo em casa; 21 recebiam/acessavam, mas sem regularidade. Ou seja, mais da metade das crianças e jovens não estavam estudando de modo satisfatório; temos ainda que, mesmo dentre os 16 que acessavam com regularidade, houve dificuldades, conforme relatado nas questões 4 a 8:

- os materiais eram enviados aos alunos majoritariamente por textos e folhas de exercícios; sabemos que muitos dos responsáveis apresentam grandes dificuldades de leitura e interpretação, visto que vários estudaram somente até as primeiras séries do ensino fundamental;
- 25 alunos não tiveram qualquer contato com professores para esclarecimento de dúvidas, e outros 21 tiveram pouco contato;
- os responsáveis declararam que 20 crianças não realizam as atividades escolares sozinhas, dependendo do auxílio de um responsável, e 18 às vezes realizam sozinhos, outras não.

Na questão 8 foi perguntado quais eram as maiores dificuldades encontradas pelos responsáveis para auxiliar os filhos nas tarefas escolares. Dentre as respostas, elencamos as mais recorrentes: trabalhar fora/dispor de pouco tempo; desconhecer os assuntos abordados,

não ter estudado até a série em que a criança se encontra; dificuldades de acesso à internet ou dificuldades técnicas; desinteresse ou dificuldade de concentração da criança.

Como podemos notar, foram muitas dificuldades, de toda natureza. Contudo, apesar dos educadores sociais do Ipê terem se colocado à disposição das famílias atendidas no início da pandemia, não houve solicitação deste apoio. Neste universo de 56, apenas um jovem solicitou o acompanhamento da educadora, realizando as aulas de reforço escolar de modo contínuo, pois este jovem iria prestar um concurso para o qual vem se preparando há bastante tempo.

A noção de que uma parte do tempo livre poderia ser utilizado para estudos definitivamente não fez parte do cotidiano das famílias, crianças e jovens que atendemos. Esse ‘vazio’ é bastante expressivo sobre as percepções reais acerca da escola, dos estudos e também de nossas práticas no Instituto.

Sobre outras instituições, recebemos apenas uma resposta na segunda parte do questionário (anexo 7), que seria um aprofundamento maior dos aspectos socioeducativos. Algumas instituições alegaram o não ter contato com as famílias durante o período da pandemia, embora as questões pudessem ser aplicadas às práticas anteriores; contudo, a maioria das instituições contatadas na primeira fase simplesmente não respondeu ao segundo questionário. Como nosso contato *on line*, no primeiro questionário, foi basicamente com gestores, acreditamos que este fato tenha tido um impacto negativo nesta parte da pesquisa, pois a maioria destes gestores não está diretamente envolvida nas práticas socio pedagógicas; deste modo houve esta espécie de “barreira” que não nos permitiu chegar aos educadores sociais. Percebemos também que um segundo contato através de entrevista ao vivo poderia ter sido melhor, talvez nos aproximasse mais dos entrevistados e, através deles, pudessemos chegar aos educadores. Porém, pela falta desta prática²³, pensando no volume de entrevistas que teríamos que agendar em um curto espaço de tempo, optamos pelo envio de novo questionário, o que acabou talvez contribuindo também para esta baixa adesão. A atividade socioeducativa desenvolvida por esta instituição que nos respondeu é um curso pré-vestibular; podemos observar algumas semelhanças e diferenças em relação a nossa prática: - pelos relatos da coordenação e dos professores, não há contato com as famílias, somente com os alunos do projeto (muitos já concluíram o ensino médio);

²³ - A maioria dos respondentes havia assinalado “sim” quanto à disponibilidade de participação na segunda etapa da pesquisa e confiamos neste resultado... Porém o preenchimento de dois questionários talvez não tenha realmente parecido interessante a quem já não estava nem ligado diretamente às práticas pesquisadas...

- há uma preocupação em que o projeto não se limite a reprodução de conteúdos – há também a preocupação com a formação da cidadania:

sobre os aspectos positivos que observa no desenvolvimento de sua prática/aspectos positivos que nota no desenvolvimento escolar da criança] “É muito gratificante quando um aluno é aprovado para uma universidade, como consequência ele muda a sua realidade de vida. Além da aprovação trabalhamos com o desenvolvimento social, então mesmo que não seja aprovado é gratificante ver que o aluno aprendeu sobre cidadania, seus direitos e formou um pensamento crítico.” (respondente “M.”, anexo 7.2.2)

- a noção de ‘sucesso’ não está vinculada somente ao aspecto quantitativo dos resultados obtidos, mas também aos aspectos subjetivos observados, de transformação da visão de mundo, do pensamento mais crítico, etc.;

- uma das grandes dificuldades apontadas diz respeito às imensas lacunas de conteúdo com as quais os alunos chegam ao projeto;

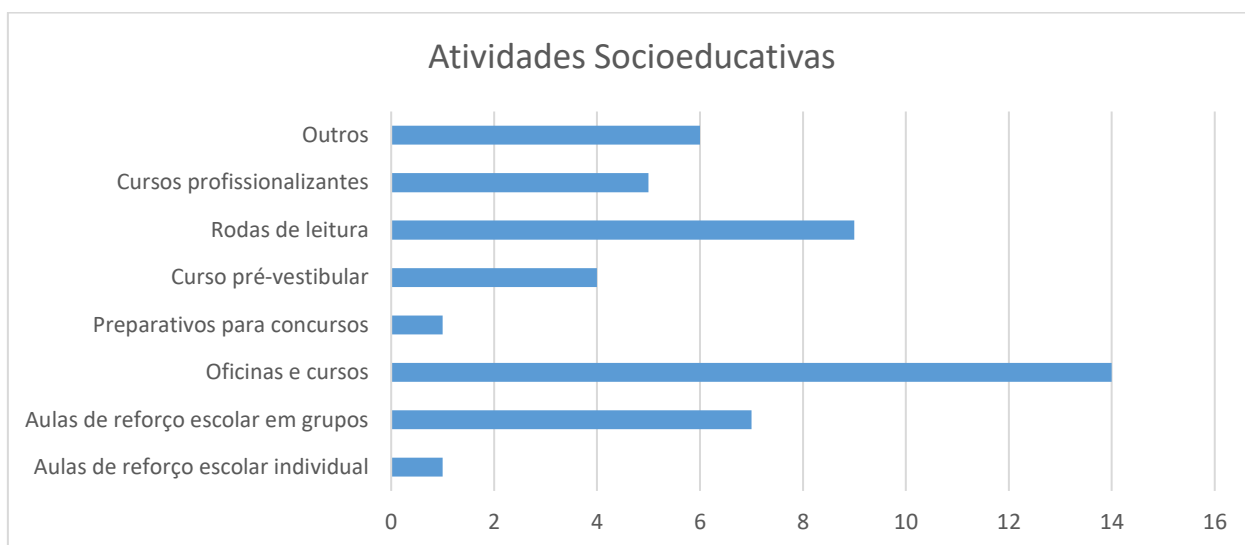
- o pouco tempo de aula também foi apontado como uma das dificuldades.

Na avaliação que as famílias fizeram da atividade do reforço escolar do Ipê, o desejo de que esta atividade fosse oferecida mais vezes na semana também foi apontado como um dos pontos de possível melhoria desta prática (questão 5 do anexo 8). Quanto a este ponto, encontramos dificuldades neste oferecimento maior devido à limitação de tempo dos voluntários, bem como à limitação de horários da própria casa, por funcionar exclusivamente com mão-de-obra voluntária também.

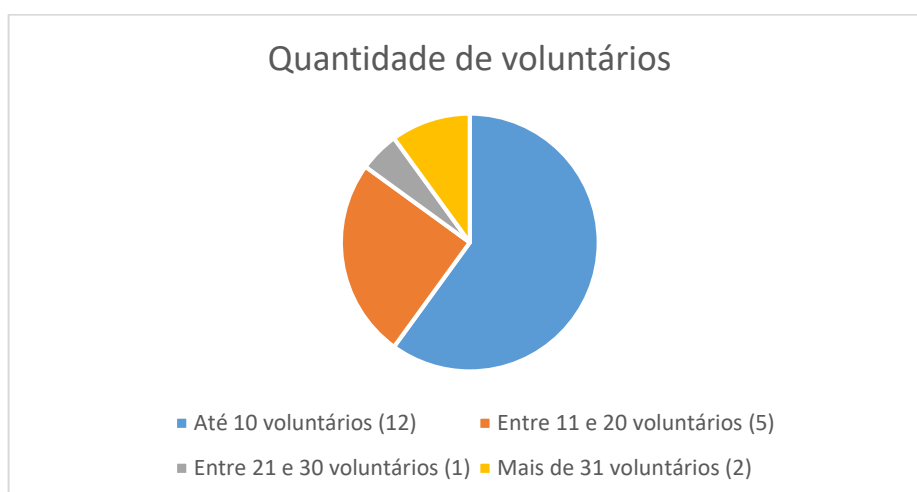
Destaca-se ainda a questão do preparo dos voluntários que estão atuando nesta instituição (“Providenciando a favor da vida”/anexo 7) dos 4 respondentes ao questionário, 3 tinham pós-graduação como nível de escolaridade. Percebemos também uma ótima qualificação profissional nos voluntários que atuam no Instituto Paulo e Estêvão, dentre graduandos e pós-graduados (questão 1 do anexo 6).

Pensando nesta questão do potencial que temos em mãos, faremos também uma reflexão a partir dos dados levantados junto a 20 instituições que responderam ao primeiro questionário enviado (anexo 5).

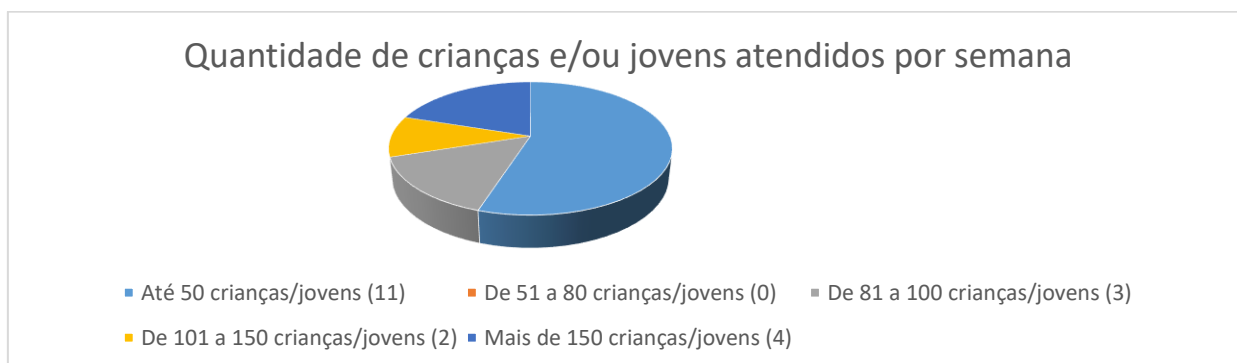
As atividades socioeducativas mais realizadas nas instituições pesquisadas são: oficinas e cursos; rodas de leitura; aulas de reforço escolar em grupos; cursos pré-vestibular; e cursos profissionalizantes.



Em cada uma das tarefas, em mais da metade das instituições, temos envolvidos até 10 voluntários.



Sobre o público atendido, em mais da metade das instituições atende-se a até 50 crianças ou jovens semanalmente.

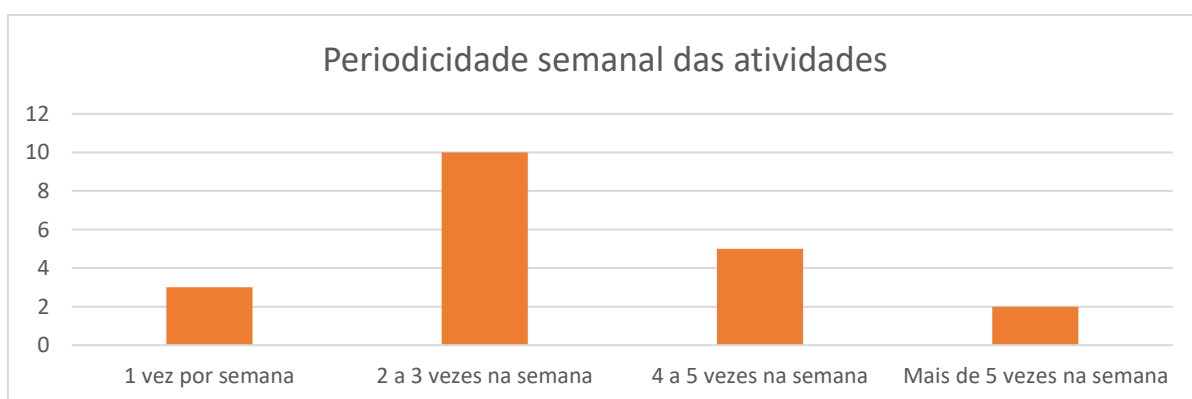


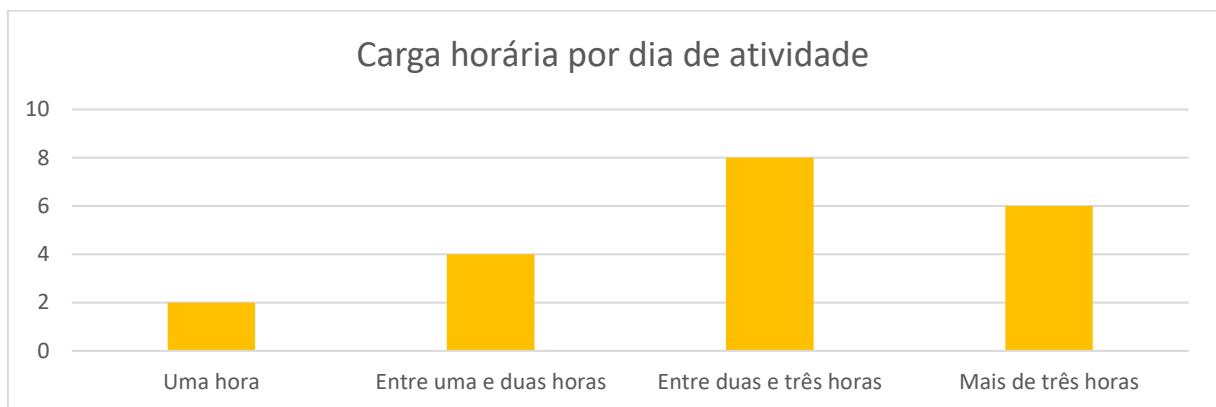
[Acima: gráficos 8, 9 e 10 do anexo 5]

Cruzando os dados das tabelas do questionário aplicado, observamos que em 50% das instituições respondentes, encontramos naquelas de trabalho unicamente voluntário uma atuação com o atendimento semanal de 50 crianças e/ou jovens, sendo que com um número relativamente pequeno de voluntários: 6 instituições atuam em média com até 10 voluntários e 4 com até 20 voluntários. Ou seja, há um número relativamente pequeno de voluntários atendendo a um público que pode ser considerado proporcionalmente grande.

Já as instituições que atendem a um público maior – de 81 a mais de 150 crianças e/ou jovens – correspondem a 45% das instituições respondentes. Deste total (9 instituições), 4 atuam com mão-de-obra mista (voluntária e remunerada) e 5 com mão-de-obra apenas voluntária. Teremos apenas 2 instituições com um número maior de voluntários (mais de 31), 2 com um número médio (de 11 a 20 e de 21 a 30 voluntários) e 5 atuando com até 10 voluntários (sendo que destas, 2 com mão-de-obra mista). Ou seja, observamos que um percentual de voluntários menor atende a um quantitativo maior de pessoas. Infelizmente não pudemos aprofundar estes dados para verificar como acontecem na prática estes atendimentos – contudo, fica bastante perceptível o potencial que estas instituições possuem, pois se com poucos voluntários consegue-se fazer tanto, aumentando o número de voluntários ou aprimorando o grau de engajamento das famílias com o projeto, poderíamos chegar a resultados muito positivos.

O período médio que as crianças ficam nas instituições pode ser verificado nos gráficos abaixo:



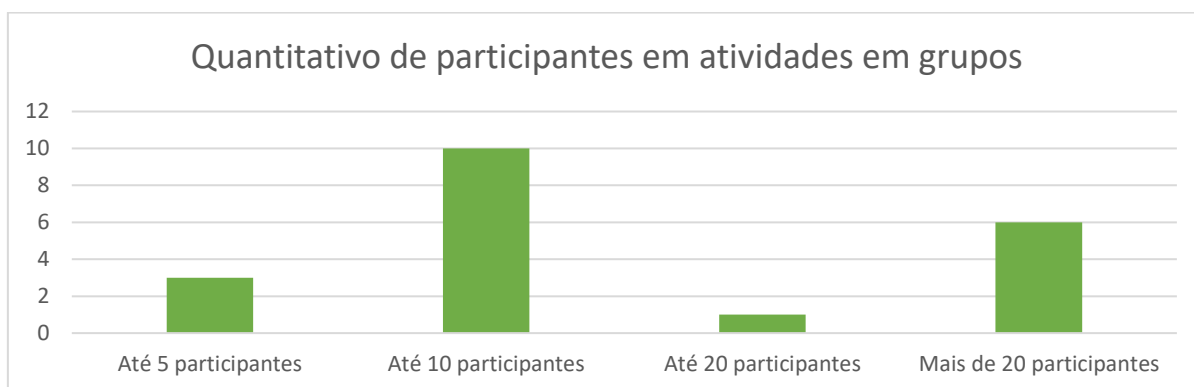


Cruzando as informações dos gráficos 11 e 12 acima reproduzidos, temos que:

- em 50% das instituições as crianças e/ou os jovens frequentam as atividades de 2 a 3 vezes na semana, permanecendo nestes locais entre 2 a 3 horas, em média;
- observamos que no caso da permanência de apenas uma hora na instituição, temos uma situação em que a frequência semanal é de 2 a 3 e na outra é de 4 a 5 vezes. Ou seja, percebemos que o contato do público atendido com as instituições, em média, é bastante intenso durante a semana, quase correspondendo a um contra turno escolar (em termos de frequência e permanência).

É importante também considerarmos que, se pudermos espelhar a situação que vivenciamos em nosso Instituto, em todo este horário do contra turno as crianças e jovens estariam sem a presença de seus responsáveis em casa, ou seja, o permanecer nas instituições é também muito valorizado pelas famílias porque lhes confere um pouco mais de segurança, pois sabem que as crianças não estarão sozinhas ou na rua.

Um outro dado interessante é observarmos que, mesmo nas atividades em grupo, o quantitativo de alunos atendidos por vez é baixo, o que é bastante positivo, pois permite uma maior atenção e aprofundamento de conteúdos com cada aluno; atividades com muitas crianças ou jovens em um só espaço costumam concorrer para a bagunça, conversa e desatenção; então é muito positivo que nestes espaços possa-se contar com algo mais acolhedor. Além disso, o número reduzido favorece a maior aproximação e interação, fortalecendo os laços de confiança.

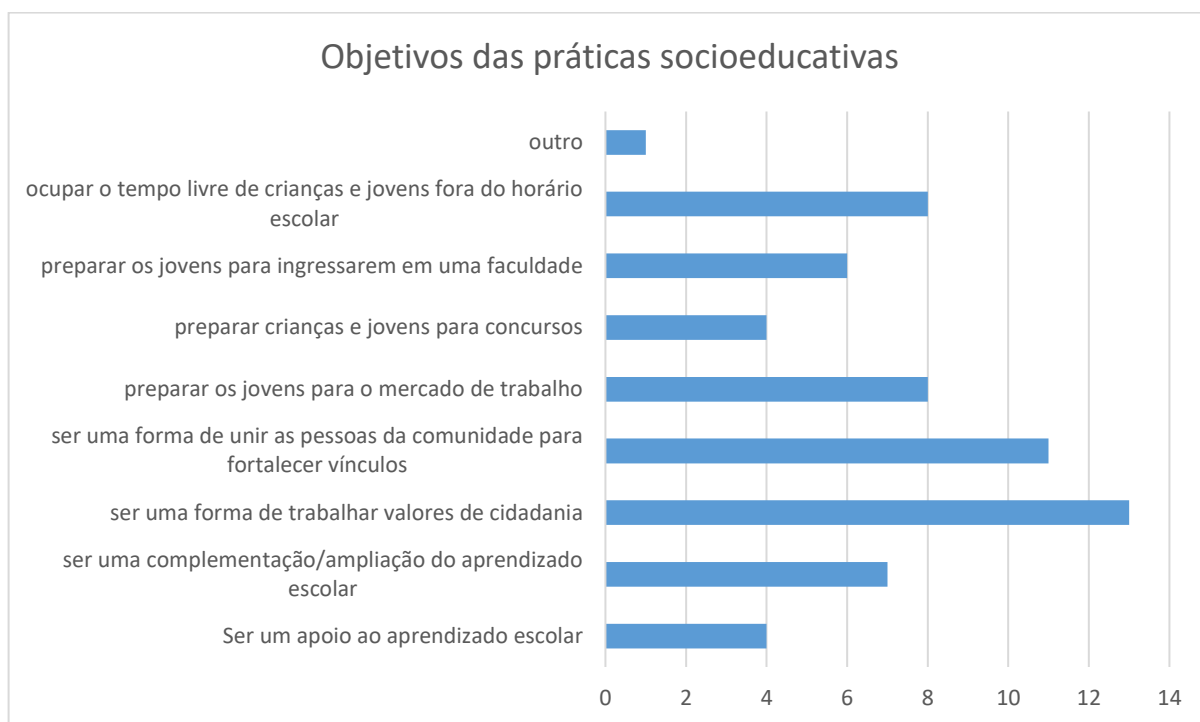


[Gráfico 13 do anexo 5]

Observamos que 50% das instituições atuam com até 10 participantes por grupo. Em atividades socioeducativas podemos considerar este número como ideal, visto que, via de regra, permitirá maior concentração e aprofundamento das atividades.

Cruzando os dados com as tabelas anteriores, observamos que destas 10 instituições, 6 pertencem ao grupo das que realizam atendimentos a públicos maiores (de 81 a mais de 150 crianças/jovens); logo, esta divisão das atividades em grupo limitando a até 10 participantes certamente contribui para um melhor aproveitamento, visto que há uma tendência à falta de atenção em grupos maiores (como no formato de palestras), nestas faixas etárias da infância e adolescência.

Neste primeiro questionário observamos também que é ainda bastante comum a visão do projeto social como um local para “ocupar o tempo livre das crianças” ou para “não ficarem soltas na rua”. Esta fala reconhecemos também em nossa prática no Instituto, quando muitas famílias chegam para a matrícula de seus filhos. Busca-se mudar esta forma de pensamento ao longo do tempo, com o acompanhamento regular, rodas de conversa, palestras, etc. Nas instituições respondentes, quanto aos objetivos das práticas pedagógicas, pela visão dos gestores, temos que:



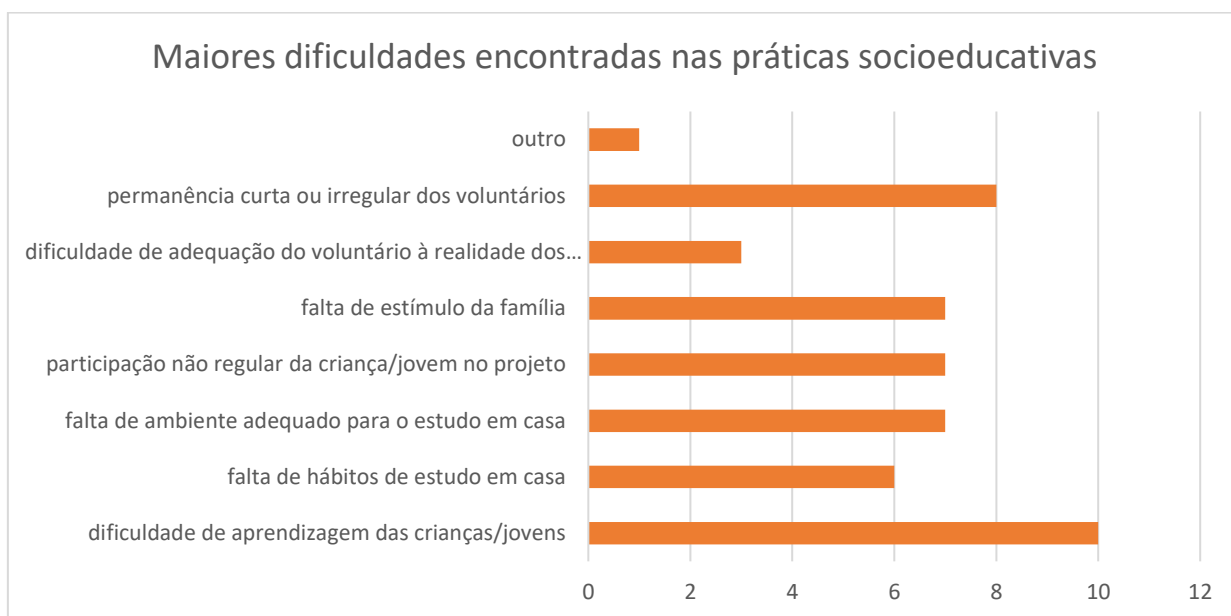
[Gráfico 14 do anexo 5]

Observamos que, para mais de 50% das instituições, a construção dos valores ligados à cidadania, bem como contribuir para o fortalecimento de vínculos na comunidade são os aspectos mais importantes a se considerar nas práticas socioeducativas. Retomando as discussões iniciais deste trabalho, observamos que o trabalho de conscientização acerca de direitos, o fortalecimento de laços comunitários e a busca por sua representatividade são aspectos presentes nestas instituições. Realiza-se um complemento ao que seria de fato o papel do Estado, mas busca-se também despertar a consciência crítica sobre esta situação.

Ainda neste gráfico, a seguir temos o preparo para o mercado de trabalho e o oferecimento das atividades como alternativa de ocupação do tempo ocioso da criança ou do jovem, fora do horário escolar. Somente então aparece a “ampliação do aprendizado escolar” como um dos objetivos, conforme assinalado por 7 instituições.

A opção “outro” foi assinalada apenas pela APAE, com a especificação “inclusão social e laboral”.

Sobre as dificuldades na realização das práticas socioeducativas, tivemos o seguinte quadro de respostas:



[Gráfico 15 do anexo 5]

Uma das instituições assinalou o item “outro” por um erro de interpretação do texto de apresentação da pesquisa, pois foi solicitado que se considerasse as atividades realizadas anteriormente ao início da pandemia, visto que a quase totalidade das instituições estariam fechadas ou funcionando apenas para distribuição e atividades remotas neste período. A instituição citada especificou no campo correspondente a “outros”: “estamos com obra no local onde teremos nossa sede”.

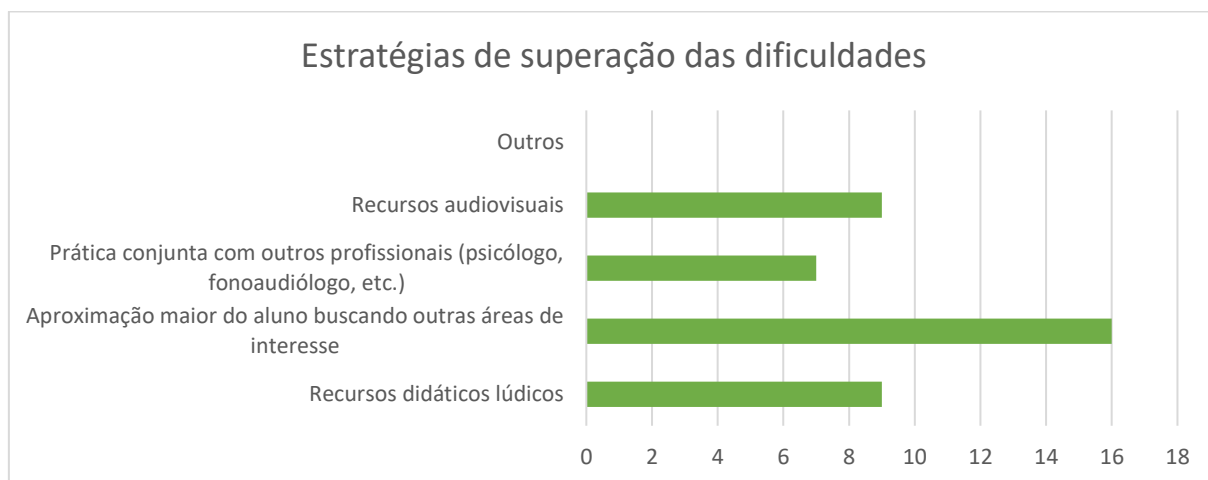
Observamos que o maior obstáculo apontado foi a dificuldade de aprendizagem, o que muitas vezes decorre de uma falta de hábitos de estudo regulares desde o início da vida escolar. Há também aspectos como dificuldade de concentração e especialmente de compreensão da leitura, que podem também estar associados a este primeiro aspecto. E há as questões de natureza neurológicas, transtornos diversos de aprendizagem, que demandariam avaliações e acompanhamentos específicos.

A seguir observamos uma equivalência entre a inconstância de participação nos projetos tanto dos voluntários quanto do público atendido, ao lado da falta de estímulos da família, falta de ambiente adequado e a falta de hábitos de estudo, questões estas que já analisamos anteriormente.

Todos estes aspectos podem ser observados também em nossa prática no Ipê, excetuando apenas a questão da continuidade da prática dos voluntários, a qual temos

conseguido manter com certa constância, embora em quantitativo menor que o necessário para atender a demanda.

No próximo tópico temos um quadro sobre as ações que têm sido desenvolvidas para se buscar a superação destas dificuldades apontadas anteriormente:



[Gráfico 16 do anexo 5]

A partir de nossa prática, notamos que esta busca por outras áreas de interesse do aluno, visando uma maior aproximação e consequentemente um maior aproveitamento, pode ser um diferencial muito interessante a ser explorado, pois acaba por criar práticas pedagógicas extremamente individualizadas, mas passíveis de serem adaptadas e reproduzidas. Este seria um ponto importante a se investigar futuramente, tendo acesso à realização das práticas nas instituições e aos materiais produzidos.

Também o uso dos recursos lúdicos pode contribuir para esta metodologia que já existe na educação formal, embora talvez ainda em menor escala. Na percepção de uma de nossas educadoras sociais, estudante de pedagogia (anexo 6):

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

“Mostrar para as crianças que o estudo ainda é o melhor caminho, que através dele que podemos lutar pelos nossos direitos e realizar nossos sonhos. O estudo é um investimento e diferente das escolas tradicionais, a educação pode ser dada de maneira lúdica e divertida”.

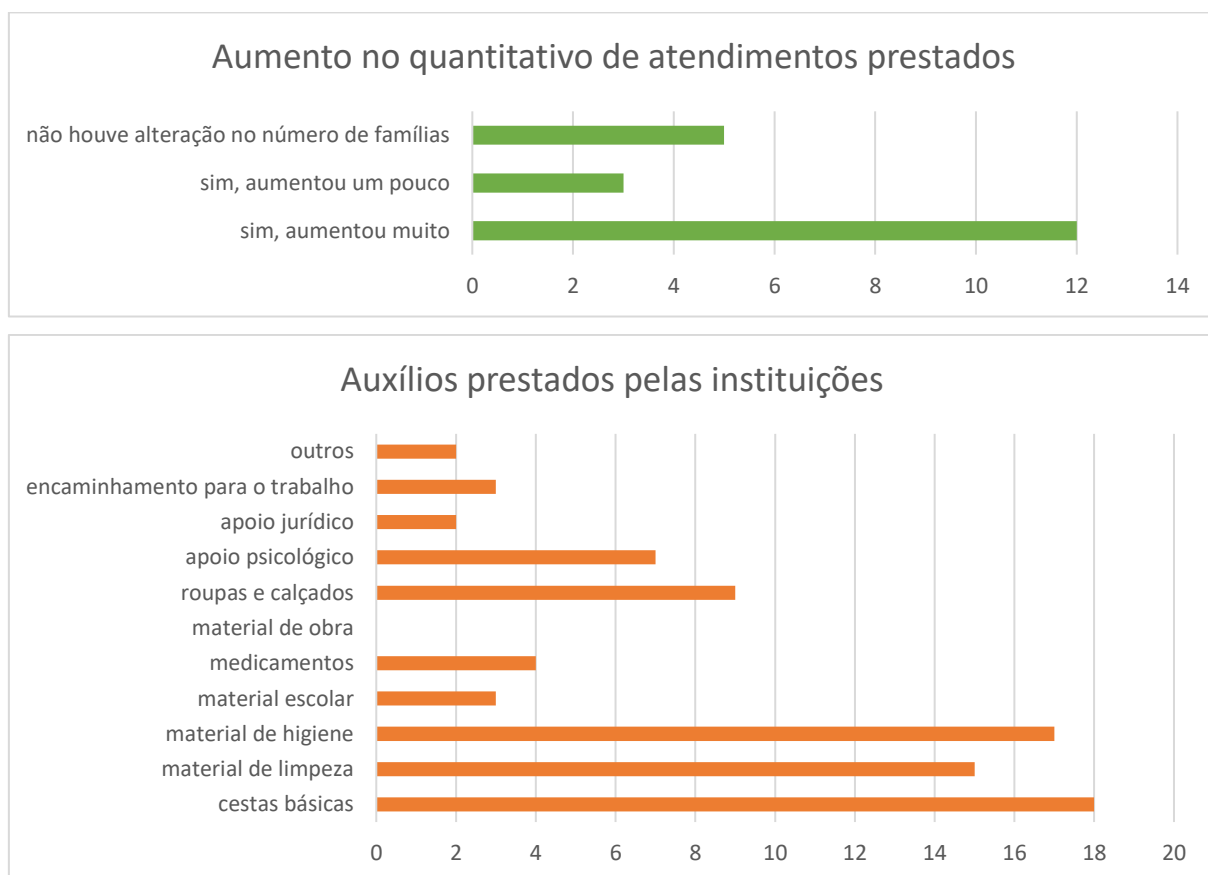
10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

“Sim, acredito que por meio de estímulos e propostas, os alunos não enxergarão através das minhas metodologias um modelo tradicional de ensino e sim, perceberão que se pode estudar e se divertir no mesmo ambiente. Com isso, as esperanças de realização de sonhos através dos estudos serão restauradas”.

Para além das práticas socioeducativas, é inegável o papel que as instituições do terceiro setor têm desempenhado para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde se inserem, ou ao menos para minorar as dificuldades tão grandes que estas pessoas enfrentam em seu cotidiano.

Este aspecto ficou bastante claro nas respostas sobre as práticas realizadas durante este período da pandemia, especialmente nos primeiros meses, quando o isolamento social foi mais intenso. No Ipê, diversas famílias que eram mantidas pelo trabalho das mães (na maior parte das famílias que atendemos é a mãe que responde pelo sustento da casa) como diaristas, ambulantes, cuidadoras, etc., ficaram de uma hora para outra sem qualquer fonte de renda. Nossa distribuição de cestas básicas, por exemplo, que era de 14 cestas mensais, saltou para 31 cestas. Além das demandas de medicamentos, material escolar para realização das atividades em casa, dentre outras as mais variadas.

Nas instituições pesquisadas, tivemos o seguinte quadro (gráficos 19 e 20 do anexo 5):



As instituições que assinalaram a opção “outros” informaram o seguinte:

- Biblioteca de Aulas: “Não prestamos suporte na pandemia. O projeto acontece dentro da escola”;

- Providenciando a Favor da Vida: “Recarga para celular”.

2.6 - Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi iniciada com o levantamento bibliográfico sobre o tema.

Antes da pandemia, havíamos traçado um cronograma de ações que incluía, como ponto principal, a visita às instituições para conhecer os projetos socioeducativos desenvolvidos. A seleção das instituições seria feita a partir da aplicação de um questionário *on line* (anexo 1) – faríamos uma triagem a partir dos dados levantados, observando os seguintes aspectos.

- instituições situadas na cidade do Rio de Janeiro;
- instituições que realizem projetos socioeducativos;
- tipo de mão-de-obra utilizado por cada instituição (predominantemente voluntária);
- público atendido por cada instituição (crianças e jovens);
- disponibilidade da instituição em continuar participando da pesquisa, sabendo que a etapa seguinte contaria com entrevistas presenciais.

Este questionário seria disparado em redes de voluntariado, como Atados e E-solidário, através de contatos de amigos e nas redes sociais de nossa instituição (Facebook, Instagram e Twitter).

A partir desta triagem, faríamos contato com algumas destas instituições para visita. A proposta seria conhecer de perto as atividades, os espaços, e conversar com gestores e voluntários atuantes nas atividades socioeducativas, em mais de uma visita, dependendo da disponibilidade e abertura dadas por cada instituição.

Para esta etapa, havíamos preparado questionários e roteiros de entrevista diferenciados (anexos 2 e 3). Optamos por manter aqui este material pensado originalmente para a pesquisa para poder ilustrar melhor a nossa intenção inicial; posteriormente, foi a partir deste material que remodelamos nossas ações, com as adaptações devidas.

Dependendo da receptividade de cada instituição à pesquisa, uma outra parte das ações a se realizar a partir das visitas seria o levantamento dos registros feitos pela instituição das atividades desenvolvidas:

- registros acadêmicos dos estudantes atendidos;

- relatórios de avaliação das práticas realizadas;
- registros de frequência das atividades;
- registros de aprovação de alunos ou ex-alunos em concursos;
- avaliações realizadas pelos alunos ou seus familiares sobre as práticas;
- documentos referentes à parcerias entre escola e a instituição, se for o caso;
- registros de práticas complementares oferecidas pela instituição (atendimentos com fonoaudiólogo, psicólogo, etc.);
- outros documentos relevantes para a pesquisa, que possam ser disponibilizados pela instituição.

Mesmo se houvesse a possibilidade de visitação, nossa opção foi buscar os dados junto aos gestores e voluntários, e não junto às famílias ou às crianças e jovens atendidos, pois este último contato demandaria mais visitas e um tempo maior de permanência em cada instituição, para um contato mais aprofundado com o público atendido, para uma seleção mais aleatória de casos. Se partíssemos da indicação dos próprios voluntários, correríamos o risco de ter um viés muito grande nos dados, visto que a tendência seria a escolha das famílias de melhor adequação às metas do projeto em questão. Conforme nos expõe Márcia Lima²⁴:

Em situações que envolvam ambiente escolar, ambiente de trabalho, movimento social, partidos políticos é importante identificar quem é o entrevistado e qual a posição que ele ocupa no contexto da pesquisa. Lembrar sempre que são informantes instituídos como porta-vozes do grupo e de um discurso da instituição (Combessie, 2004).

Como não teríamos o tempo necessário a esta identificação dos entrevistados, optamos então por ter um leque maior de instituições, abrindo mão deste aprofundamento junto ao público.

Com o início da pandemia, tivemos que repensar nossas estratégias, visto que o ponto principal, que seriam as visitas, estaria inviabilizado. Neste particular gostaríamos de ponderar que houve uma perda grande de tempo, que já era curto, para a realização da pesquisa. Como todo o restante das pessoas, tivemos um impacto muito grande nas mudanças de nossa rotina, passando por mudança de moradia, readaptação das tarefas profissionais, readaptação das inúmeras demandas escolares e afetivas de duas crianças pequenas, além de toda a reorganização das tarefas domésticas, que multiplicaram.

²⁴ - LIMA, Márcia. “O uso da entrevista na pesquisa empírica”. P.28.

Estes processos de readaptação demandaram um tempo, bem como a impossibilidade de realização das visitas e a ausência de perspectivas futuras, as indefinições, naquele momento, nos deixaram por um período em certa inatividade, até a retomada gradual do projeto e o pensar em alternativas. Somou-se a este quadro o fato de ter sido esta a nossa primeira experiência com pesquisas e entrevistas e, apesar dos referenciais teóricos e exemplos, acabamos aprendendo com os erros cometidos.

Deste modo, a opção que nos restou foi desenvolver os contatos todos virtualmente, através das redes sociais. O primeiro questionário foi adaptado para a nova situação, buscando levantar alguns dos dados que pudessem ser mais relevantes, considerando que não haveria o segundo momento de contato presencial. As questões foram feitas através do aplicativo ‘Google Formulários’ e foram enviadas através de duas redes principais – Atados e E-solidário²⁵ – além de encaminhadas a conhecidos diversos, para que reencaminhassem para outras instituições que conhecessem.

A ideia inicial seria fazer um estudo de painéis²⁶, já que verificaríamos junto a um mesmo grupo, em dois ou mais momentos distintos, suas percepções sobre as atividades desenvolvidas. Encontramos aí um dos problemas apontados por Babbie, que é a probabilidade alta de não resposta do segundo survey, o que de fato aconteceu.

Quanto à amostragem, nossa ideia inicial seria trabalhar com amostras paralelas, aplicando questionários semelhantes à gestores, coordenadores e voluntários. Na prática, na maior parte dos respondentes tivemos apenas a figura dos gestores, que eram as pessoas responsáveis pelos acessos às redes sociais – já que esta foi a moldura de nossa amostragem (participação nas redes sociais acima mencionadas e desenvolvimento de alguma atividade socioeducativa em sua instituição). Apenas um dos respondentes nos colocou em contato com voluntários de seus quadros.

Ainda segundo a classificação proposta por Babbie em relação às amostragens, como nos referimos às organizações sociais do terceiro setor, sendo este um recorte muito extenso,

²⁵ - *Atados* é uma plataforma de voluntariado, gratuita. As instituições se cadastram e disponibilizam vagas de voluntariado, na quais os interessados se inscrevem. Eles também incentivam o fortalecimento de redes de instituições (através de eventos e grupos de *whatsapp*, por exemplo); desenvolvem também projetos sociais autorais e atuam também com voluntariado corporativo.

E-solidário era uma plataforma, também gratuita, mas com um número menor de instituições cadastradas. Visava unir voluntários e doadores às instituições; atuava também no oferecimento de suporte para a formalização destas instituições. Esta rede atuou até setembro deste ano, quando seus administradores encerraram as atividades.

²⁶ - conforme definição de BABBIE (2003).

faríamos a ‘amostragem por conveniência’. Deste modo, o pertencimento às redes sociais já foi um primeiro recorte; um segundo foi o uso das redes via aplicativo (o número de instituições cadastradas nos sites é maior do que o número das presentes nos aplicativos de celular de tais redes); e o terceiro recorte foi a identificação com a pergunta inicial para acesso ao *survey* – a realização de práticas socioeducativas na instituição. Como aponta o autor, o risco de se trabalhar com as listas existentes previamente é que assumimos a exclusão dos elementos que não se adequem ao recorte feito – no nosso caso, as instituições que não usavam o aplicativo das redes sociais não foram alcançadas pela pesquisa. Não houve uma abrangência maior de outras listagens devido às questões do tempo disponível para a realização desta pesquisa.

No primeiro questionário que enviamos, de um universo de cerca de 185 cadastros na rede Atados (considerando que há alguns contatos de mais de um representante da mesma instituição na rede) e de cerca de 56 da rede E-solidário (*idem*), recebemos a resposta de 20 instituições. O questionário foi disparado duas vezes nestes dois grupos. Não recebemos respostas através de indicações de pessoas conhecidas.

Nem todas as instituições cadastradas nestas duas redes atuam com projetos socioeducativos e nem todas atuam com crianças e jovens. Os perfis são muito variados – atendimento à população de rua; a grupos específicos, como portadores de determinadas doenças; atuação para construção ou melhoria de moradias em comunidades; realização de exames de vista e aquisição de óculos a preços simbólicos, dentre tantas outras frentes de atuação. Considerando esta diversidade podemos considerar que o número de respondentes foi razoável.

Um outro aspecto que pode ter também contribuído para uma adesão menor, foi o fato de que a quase totalidade das instituições estavam muito envolvidas em levantar doações e recursos para o atendimento às necessidades mais imediatas das famílias, como alimentos e medicamentos, conforme já mencionamos acima.

Dadas as limitações, ampliamos a abrangência do nosso recorte, da cidade para o estado do Rio de Janeiro, mantendo o recorte apenas no tipo de atividade desenvolvida, na mão-de-obra utilizada e no público atendido.

Ao final deste primeiro questionário, havia um campo em que a pessoa que respondia pela instituição informaria se estaria disponível para um segundo contato, para uma entrevista mais aprofundada. Das 20 instituições, 18 responderam positivamente. Dada a escassez de tempo, considerando que a realização de entrevistas demandaria uma compatibilidade de

agendas (e considerando que a internet de ambas as partes estivesse em bom funcionamento no momento), optamos por realizar este segundo contato através também de questionários, que foram desta vez enviados separadamente – um específico para coordenadores de projetos socioeducativos e outro para voluntários que atuassem como educadores sociais (professores voluntários). Recebemos apenas uma resposta, de uma coordenadora e de três voluntários de uma mesma instituição.

Deste modo, optamos por voltar nossa pesquisa também para a nossa própria instituição, o Instituto Paulo e Estêvão, e realizar uma reflexão a partir de nossa própria prática. Utilizamos um primeiro levantamento que havia sido feito pelo Instituto para saber sobre a situação escolar das crianças e jovens durante a pandemia; recebemos o retorno referente a 56 crianças e jovens que frequentam nossa instituição. A seguir foi realizada uma entrevista com os voluntários que atuam ou já atuaram como educadores sociais no Instituto, também através de questionário, porém todo ele discursivo. Tivemos o retorno de 9 voluntários. Finalmente fizemos um outro questionário aplicado junto às mães e responsáveis que têm ou que já tiveram seus filhos participando de aulas de reforço escolar no Instituto. Foram enviados 14 questionários, dos quais obtivemos 11 respostas. Todos estes questionários foram feitos pelo Google Formulários, exceto o dos professores voluntários, que foi feito pelo Word. Todos foram enviados pelo aplicativo *whatsapp*.

Os questionários enviados seguem nos anexos 4 a 8; naqueles de respostas discursivas, estas seguem junto das questões; nos demais, as respostas aparecem na forma de gráficos ou compilações.

Sobre os métodos de levantamento de dados deste modo determinados para esta pesquisa, consideramos que, se por um lado houve uma facilitação da realização da mesma, via aplicativos, por outro lado sabemos que há algumas limitações e possíveis margens de erro. Observamos especialmente este fato junto às famílias que atendemos no Instituto Paulo e Estêvão, pois por serem pessoas com as quais já convivemos e acompanhamos há um tempo, podemos observar com clareza certas contradições entre as informações declaradas e as que sabemos reais... ou o preenchimento rápido, várias vezes declarando informações conflitantes, que em contatos posteriores diretamente com o respondente puderam ser corrigidas²⁷. No caso

²⁷ - Exemplos: declarações de idade/série divergentes; declaração sobre a realização de tarefas escolares via determinada plataforma ao mesmo tempo em que se declara não estar recebendo conteúdo escolar para estudo, etc.; além de aspectos mais subjetivos, como declarações acerca de rotina de estudos, os quais não pudemos

das instituições, apesar da boa vontade dos respondentes em participar, acreditamos que haja também a incidência deste tipo de erro – porém aqui sem nossa possibilidade de verificação. Caso as entrevistas e os roteiros pudessem ter sido aplicados presencialmente, cremos que alguns destes aspectos pudessem ter sido minorados, visto que no decorrer da conversa poderíamos explorar e esclarecer melhor os assuntos.

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

Nosso produto será um site voltado para instituições que desenvolvam práticas socioeducativas, voluntários que atuem ou desejem atuar como educadores sociais e estudiosos que tenham interesse no tema.

Escolhemos o formato de site por este propiciar uma permanência maior dos dados, o que não acontece nas redes sociais em que o conteúdo vai sendo atualizado cotidianamente e acaba se perdendo nas postagens antigas.

Esta permanência favorecerá o uso do site como uma fonte de pesquisa de materiais, tanto para o preparo de aulas quanto para estudo do educador, bem como para a troca de experiências vivenciadas pelos educadores em suas práticas. Para o pesquisador, representará um banco de dados atualizado periodicamente, com as instituições e suas práticas, além do acesso indireto às práticas socioeducativas a partir dos relatos compartilhados.

Teremos assim um ambiente dinâmico e ao mesmo tempo passível de funcionar como repositório de materiais práticos e teóricos para todos os interessados no assunto, além de se apresentar também como banco de dados para pesquisa no tema.

Pensamos em criar a versão tradicional do site e também uma versão mais ‘leve’ que possa facilmente ser acessada através de celular.

objetivar em roteiro mais aprofundado, mas que conhecemos as práticas pelo convívio ao longo de determinado tempo.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O site será desenvolvido de modo a permitir às instituições e aos educadores sociais interessados realizarem seus cadastros, bem como estará disponível a pesquisadores que desejem estudar as práticas destas organizações. Pensamos no nome inicial “Superação” para este site.



Teremos os seguintes campos:

Missão do projeto

Auxiliar nas atividades socioeducativas de organizações da sociedade civil.



As instituições

Conheçam as instituições cadastradas e junte-se a nós!



Os educadores

Se você atua ou deseja atuar com um educador social, cadastre-se e entre em contato com as instituições! Sua participação é muito importante!



O pensador

Refletir sobre nossa prática é fundamental! Aqui você encontra textos sobre educação em geral.



Material de apoio

Aqui você encontra exercícios, apostilas, ideias, relatos de práticas e muito mais, para ajudar no seu trabalho!



Parcerias

Conheça os parceiros deste projeto e venha fazer parte desta rede!



Cursos e encontros

Divulgação de cursos, encontros, palestras, workshops e muito mais. Participe!

“As instituições” – este será o campo para cadastro e acesso às instituições:

Cadastro

Informe os dados relativos a sua instituição.

***Obrigatório**

Nome da instituição: *

Sua resposta

E-mail *

Sua resposta

Endereço *

Sua resposta

Que atividades socioeducativas sua instituição realiza? *

- ☐ Aulas de reforço escolar
- ☐ Oficinas e cursos
- ☐ Preparativos para concursos
- ☐ Curso pré-vestibular
- ☐ Rodas de leitura
- ☐ Cursos profissionalizantes
- ☐ Palestras
- ☐ Outro: _____

Que outras atividades sua instituição realiza? *

- ☐ Distribuição de cestas básicas
- ☐ Distribuição de material de limpeza e/ou higiene
- ☐ Distribuição de material escolar
- ☐ Compra de medicamentos
- ☐ Apoio para compra de material de obras
- ☐ Distribuição de roupas e calçados/bazar beneficente

- ☐ Apoio psicológico
- ☐ Apoio jurídico
- ☐ Atendimento com assistente social
- ☐ Encaminhamento para o trabalho
- ☐ Outro: _____

Qual a forma de atuação de sua instituição?

- ☐ Através de mão-de-obra voluntária
- ☐ Através de mão-de-obra remunerada
- ☐ Através de mão-de-obra mista
- ☐ Outro: _____

Quais as formas de manutenção de sua instituição? *

- ☐ Realização de bazar beneficente
- ☐ Realização de eventos
- ☐ Participação em editais

- ☐ Doação de recursos de pessoa física
- ☐ Doação de recursos de pessoa jurídica
- ☐ Parcerias com outras instituições
- ☐ Outro: _____

Qual a data de fundação de sua instituição?

Sua resposta

Quais as redes sociais de sua instituição?

Sua resposta

Alguma outra informação a acrescentar?

Sua resposta

Enviar

Ao cadastrar as redes sociais, a ideia é que os links de acesso fossem disponibilizados para compor o banco de dados e que também já entrassem automaticamente nas divulgações que tais instituições promovessem no site.

Ainda neste campo, incluiríamos uma aba opcional com o item “breve histórico de sua instituição”.

No campo “Os educadores” teremos o cadastro em padrão semelhante em relação aos voluntários:

<p>Nome:</p> <p>Idade:</p> <p>E-mail:</p> <p>Realiza ou já realizou trabalho voluntário?</p> <p>Atua ou já atuou com projetos socioeducativos?</p> <p>Formação acadêmica:</p> <p>Área de atuação profissional:</p> <p>Qual sua disponibilidade de tempo semanal?</p> <p>Quais os bairros mais acessíveis para você?</p>

A ideia seria ter um programa que realizasse o cruzamento das informações, oferecendo ao visitante do site as opções de instituições nos locais próximos ao que ele indicar como mais acessíveis. Do mesmo modo, ao enviarem suas divulgações para o site, estas instituições seriam direcionadas a estas pessoas, além de permanecerem no campo de divulgação do próprio site.

No campo “O pensador” e no campo “Material de apoio” teremos materiais postados pelas instituições e educadores para acesso de todos. No primeiro campo teríamos os referenciais teóricos e no segundo as atividades práticas já experimentadas, relatos de atividades, exercícios, etc.

No campo “Parcerias” pensamos preferencialmente em universidades. Há cursos da área de educação que já exigem o cumprimento de horas em instituições de ensino não formais – já tivemos essa experiência com voluntários assim no Instituto Paulo e Estêvão. É uma oportunidade para o estudante cumprir suas horas e para as instituições a de ter alguém trazendo atualizações, contribuindo com novas ideias e experiências. Estágios supervisionados em áreas

nas quais a instituição disponha do profissional também são interessantes, como por exemplo estágios em assistência social ou em psicologia.

No campo “Cursos e encontros” a ideia seria abrir um painel com divulgações diversas, com espaço para formatos como cartazes e/ou pequenos vídeos, nos quais as instituições fariam suas divulgações.

Ao realizarem o cadastro, os dados de cada instituição passariam a compor um banco de dados que poderiam ser acessados por pesquisadores interessados neste estudo. As informações poderiam ser catalogadas de modo a permitir o acesso por diferentes critérios: área de atuação, período de constituição das organizações, atividades realizadas, quantitativo ou tipo de mão-de-obra utilizada, etc.

A manutenção e administração do site ficaria a cargo do Instituto Paulo e Estêvão, mas a alimentação do mesmo poderia ser feita por instituições ou colaboradores cadastrados, havendo antes uma liberação do conteúdo por parte do administrador, para não haver postagens indevidas.

Público alvo e os potenciais modos de circulação do produto.

O público alvo serão as instituições do terceiro setor que desenvolvam projetos socioeducativos, seus voluntários e gestores; pessoas interessadas em atuar como educadores sociais, ou que já atuem como tal; pesquisadores interessados no estudo do tema das práticas socioeducativas.

O modo de circulação será por divulgação nas redes sociais e junto às instituições parceiras, bem como nas redes sociais do Instituto Paulo e Estêvão, contando com a divulgação de seus voluntários.

5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

Formas de aplicação do produto.

As instituições que se cadastrarem na plataforma e/ou as que acompanharem as publicações poderão:

- ter um espaço para a troca de experiências no campo dos projeto socioeducativos;
- ter um espaço a mais para divulgação de seu trabalho e ter assim maior visibilidade;
- buscar soluções para as dificuldades encontradas em suas práticas a partir de relatos bem sucedidos de outras instituições;
- contar com uma rede de cadastro de voluntários;
- participar de encontros presenciais ou cursos para aperfeiçoamento de suas práticas, os quais poderão ser disponibilizados pelo site;
- estabelecer parcerias com outras instituições.

Os voluntários que se cadastrarem poderão:

- ter acesso a materiais para estudo e aprofundamento na área da educação;
- ter acesso a exercícios e práticas pedagógicas realizadas e comentadas;
- trocar experiências com outros participantes;
- receber as divulgações de cursos e eventos das instituições cadastradas e de outras, voltados para o tema;
- encontrar com maior facilidade os espaços que precisam de sua atuação.

Os pesquisadores poderão:

- contar com um banco de dados atualizado com frequência, sobre as instituições e suas práticas;
- ter acesso aos relatos das práticas desenvolvidas por estas instituições;
- entrar em contato com as instituições a partir de critérios seletivos, de acordo com seu campo específico de interesse.

Caráter de inovação do produto elaborado.

O diferencial deste produto está em sua especificidade: em geral os sites/mídias de conteúdo didático/pedagógico são elaborados por profissionais da área da educação e são mais voltados para as demandas da educação formal regular. A maioria do voluntariado nesta área de atuação não possui uma formação específica neste campo; além disso, como exposto anteriormente, esta prática do terceiro setor exige uma amplitude maior de envolvimento familiar ou mesmo comunitário, demandando deste voluntário muitas vezes estratégias outras, que não apenas as pedagógicas tradicionais. Neste aspecto, a troca de experiências e a realização de encontros podem ser pontos bastante positivos para auxiliar a todos que estão nesta atuação no terceiro setor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modifica-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.²⁸

As práticas socioeducativas desenvolvidas pelas organizações do terceiro setor têm desempenhado um papel de relevância em nossa sociedade. Estas práticas não tratam apenas da complementação ao conteúdo escolar; ao contrário, vão bem além deste conteúdo. Encontram-se embasadas na formação da cidadania, no fortalecimento de vínculos sociais e afetivos.

Tais práticas encontram-se, portanto, mais identificadas ao conceito de educação não formal.

GADOTTI (2005) traz uma diferença entre o conceito de educação formal e a não-formal, que pode ter um alcance bastante amplo: todo o processo de aprendizagem que acontece fora da estrutura escolar pode ser considerado como “educação não-formal”. Enquanto a educação formal estaria relacionada a aspectos como hierarquia, organização curricular sequencial, regularidade, burocracia, fiscalização estatal, dentre outros aspectos, a educação não-formal aconteceria em outros espaços, como a própria cidade, e estaria ligada a

²⁸ - FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, p.108

características opostas: informalidade, descontinuidade, etc. Contudo, os campos não são assim tão distintos, pois tanto a educação formal pode aceitar a “informalidade, o extra-escolar”, no dizer do autor, como também pensamos (e é neste sentido que compreendemos o uso do termo nesta pesquisa) que a educação não-formal pode ter um desenvolvimento mais contínuo e progressivo, embora certamente em um grau bem mais flexível de organização.

Já na abordagem de Gohn (2006), é preciso diferenciar três conceitos: educação formal, informal e não-formal. Conforme esclarece a autora:

Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.

A autora situa o campo da educação não-formal considerando alguns de seus atributos, por oposição aos outros dois tipos de educação; destaca a questão da intencionalidade das ações, vinculadas a grupos específicos, atuando no sentido de construção de identidade, melhora da autoestima, formação cidadão e cultural, conscientização política, dentre outros aspectos.

Para Gohn, a partir do ano 2000 temos uma intensificação do uso deste conceito especialmente referido às práticas do terceiro setor. Embora o termo ‘não formal’ seja muito associado à educação popular no sentido atribuído por Paulo Freire em sua pedagogia, a autora destaca, contudo, que nem todas as práticas não formais se adequariam a esta associação.

Isto porque a prática pedagógica proposta por Paulo Freire visa à emancipação do sujeito, através de um método pautado no diálogo e na construção não hierárquica do saber, levando em consideração a realidade vivida pelo aluno, desenvolvida a partir de suas questões, despertando nele e no educador, em conjunto, o sentido mais profundo da descoberta e da análise, para que estas os levem à transformação da realidade.

A autora observa que em muitas instituições do terceiro setor (considerando aqui o sentido atribuído por FONTES quanto à presença/aos interesses do empresariado) as relações

são de clientelismo e, portanto, não se instaura um processo que vise a construção da autonomia²⁹.

A educação não formal em seu sentido herdado da pedagogia de Paulo Freire seria então aquela que se estabelece nos espaços onde há esta vontade de transformação da realidade, e onde educadores e educandos possam construir juntos (sem hierarquias excludentes) o saber.

Segundo FONTANA, a educação não formal não tem por objetivo complementar a educação formal ou suprir as eventuais lacunas por ela deixadas. De acordo com GOHN:

A educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo³⁰.

Como se percebe, a conceituação de educação não formal guarda muita afinidade com a metodologia da pedagogia proposta por Paulo Freire. Do mesmo modo, a pedagogia social, também herdeira dos fundamentos de Freire, trazem também estas questões.

Tem sido bastante grande a divulgação de eventos e cursos sobre a pedagogia social e nestes espaços tem surgido com frequência o papel do educador social³¹. Uma das críticas feitas por GOHN às práticas da educação não formal refere-se justamente à formação deste educador.

De fato, como nas organizações de trabalho voluntário não há uma exigência de qualificação profissional para a atuação, muitas vezes este profissional pode não estar apto a desenvolver tal atividade, por mais que se tenha boa vontade em sua ação.

A formação dos educadores, portanto, é um dos pontos chave para se pensar em práticas socioeducativas melhores e mais eficientes. O produto que ora propomos pode ser mais uma ferramenta neste processo, auxiliando os atuais e futuros educadores sociais e as organizações nas quais irão atuar.

Muito embora tenhamos visto uma série de questões envolvendo os conceitos de terceiro setor e de sociedade civil, e apesar de todas as implicações sociais decorrentes da forma como

²⁹ - FONTANA, Silene. Educação não formal: práticas educativas nos espaços não escolares. P.155.

³⁰ - Idem, p. 159.

³¹ - Em outubro de 2020 acompanhamos a I Reunião de Educadores Sociais promovida pelo projeto Há Esperança; em novembro ocorreu a V Jornada de Educação Não Escolar e Pedagogia Social da UERJ, dentre outros eventos.

historicamente as ONGs tenham se constituído, ainda assim cremos na importância da ação desta parcela da sociedade civil na melhoria da qualidade de vida das populações a que atendem. Apesar de todas as críticas, o trabalho iniciado por Herbert de Souza teve o mérito de despertar as consciências ao menos para a situação de precariedade em que grande parcela de nossa população se encontrava e se encontra ainda hoje; se faltou o viés da conscientização política, da necessidade de transformações mais profundas, estruturais, estes aspectos podem e em muitos casos fazem parte da abrangência de atuação destas organizações. Cabe-nos contribuir, portanto, para a melhoria das atuações como um todo, em seu sentido mais complexo, para que em conjunto com outras parcelas e movimentos sociais possamos de fato construir uma sociedade mais justa e mais igualitária.

7. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves (org.). **Caminhos da Cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- ARELARO, Lisete Regina Gomes. **O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências**. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, Especial. 2005.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. BH: Editora UFMG, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura” In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. RJ: Editora Vozes, 2015.
- _____. “Os excluídos do interior”. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. RJ: Editora Vozes, 2015
- _____. “Curso de 7 de fevereiro de 1991” In: **Sobre Estado**. RJ: Cia das Letras, 2014.
- _____. **O Poder Simbólico**. RJ: Bertrand Brasil, 2011.
- CAETANO, Maria Raquel. **As influências do terceiro setor na educação pública: o projeto piloto de alfabetização e as implicações na gestão da escola**. Pelotas, 2012.
- CAETANO, Maria Raquel. **A educação no contexto de crise do capital e as relações entre Estado, mercado e terceiro setor nas políticas educacionais**. In: Laplage em Revista (Sorocaba), vol.4, n.2, 2018.
- CARRIO, Rosinha Machado. **Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor**. In: Tempo soc. vol.12 no.2 São Paulo, 2000.
- FONTANA, Silene. “Educação não formal: práticas educativas nos espaços não escolares” In: FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flavia (org.). **Práticas socioeducativas em espaços escolares e não escolares**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. RJ: Editora UFRJ, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. RJ/SP: Paz e Terra, 2020.
- GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. In: Institut International des Droits de l’Enfant (IDE) Droit à l’éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, 2006.

- GOMES, Lilian Cristina Bernardo. **A histórica violência de longa duração das elites brasileiras**. BH: Sapere aude, 2017.
- GUIMARÃES, Paula. **O terceiro setor na educação de adultos: tensões e ambivalências**. In: Revista Portuguesa de Educação. vol.26 no.2 Braga 2013
- JACOBI, Pedro Roberto. **Educação, ampliação da cidadania e participação**. SP: USP, 2001.
- LIMA, Marcos Roberto de. **As contribuições de Gramsci à crítica das estratégias educativas do terceiro setor e seu novo canto da sereia em educação**. In: Estudos do Trabalho, Ano III – Revista da RET - Rede de Estudos do Trabalho - Número 5 – 2009
- MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania**. RJ: Tempo, 1996.
- OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. **As Organizações da Sociedade Civil e as ONGs de educação**. In: Cadernos de Pesquisa, nº 112; março/ 2001.
- OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues; SOBRAL, Karla Bezerra de Souza. **Estado e terceiro setor: a Educação Complementar como um caso de coprodução de um bem público**. In: IV Encontro Brasileiro de Administração Pública. João Pessoa/PB, 24 e 25 de maio de 2017.
- PERONI, Vera Maria Vidal. **As parcerias público-privadas na educação e as Desigualdades sociais**. In: <http://www.ufrgs.br/faced/peroni/>
- ROCHA, Antônio Sérgio. **Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização**. SP: Lua Nova, 2013.
- SANTOS, Ruth dos; FREIRE, Elisabete dos Santos. **Educação física e esporte no terceiro setor: estratégias utilizadas no ensino e aprendizagem de valores, atitudes e normas no Projeto Esporte Talento**. In: Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – 2006.
- SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado?** In: Cadernos de Pesquisa, nº 122, março/ 2001.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. RJ: RAP, 2006.

8. APÊNDICES

Anexo 1

Questionário on line (para triagem de instituições)

A1 – Nome da instituição: _____

A2 – Bairro: _____

1) Sua instituição realiza atividades socioeducativas junto à crianças e/ou jovens?

1.Sim 2.Não 99.NS/NR

2) As atividades socioeducativas na sua instituição são realizadas através da mão-de-obra voluntária?

1.Sim, integralmente

2. Sim, parcialmente

3. Não

99.NS/NR

3) Em que consistem as atividades socioeducativas realizadas na sua instituição?

1. aulas de reforço escolar individual ou em grupo

2. grupos de estudo

3. oficinas ou cursos

4. preparativos para concursos

5. curso pré-vestibular

6. rodas de leitura

7. cursos profissionalizantes

8. outros: _____

4) Quantos voluntários estão envolvidos na realização destas tarefas?

1. até 10 voluntários

2. entre 10 e 20 voluntários

3. entre 21 e 30 voluntários

4. mais de 31 voluntários

5) Quantas crianças ou jovens vocês atendem semanalmente, nestes projetos, na sua instituição?

1. de 1 a 50

2. de 51 a 80

3. de 81 a 100

4. de 100 a 150

5. mais de 150 pessoas

Anexo 2

Questionário de aprofundamento; aplicação presencial.

1) Com qual a frequência as atividades socioeducativas são realizadas?

	Frequência semanal						
	1X	2X	3X	4X	5X	NA	Não sabe
1. aulas de reforço escolar individual ou em grupo	1	2	3	4	5	88	99
2. grupos de estudo	1	2	3	4	5	88	99
3. oficinas ou cursos	1	2	3	4	5	88	99
4. preparativos para concursos	1	2	3	4	5	88	99
5. curso pré-vestibular	1	2	3	4	5	88	99
6. rodas de leitura	1	2	3	4	5	88	99
7. cursos profissionalizantes	1	2	3	4	5	88	99
8. outros: _____	1	2	3	4	5	88	99

2) Qual a duração média de cada atividade?

	Frequência semanal					
	Menos de 1 hora	Entre 1 e 2 horas	Mais de 2 horas	Outras opções	NA	Não sabe
1. aulas de reforço escolar individual ou em grupo	1	2	3	4	88	99
2. grupos de estudo	1	2	3	4	88	99
3. oficinas ou cursos	1	2	3	4	88	99

4. preparativos para concursos	1	2	3	4	88	99
5. curso pre-vestibular	1	2	3	4	88	99
6. rodas de leitura	1	2	3	4	88	99
7. cursos profissionalizantes	1	2	3	4	88	99
8. outros: _____	1	2	3	4	88	99

3) Quantas crianças ou jovens participam por vez de cada atividade?

	1	2 a 4	5 a 10	10 a 20	20 ou mais	NA	Não sabe
1. aulas de reforço escolar individual ou em grupo	1	2	3	4	5	88	99
2. grupos de estudo	1	2	3	4	5	88	99
3. oficinas ou cursos	1	2	3	4	5	88	99
4. preparativos para concursos	1	2	3	4	5	88	99
5. curso pre-vestibular	1	2	3	4	5	88	99
6. rodas de leitura	1	2	3	4	5	88	99
7. cursos profissionalizantes	1	2	3	4	5	88	99
8. outros: _____	1	2	3	4	5	88	99

4) Quantos voluntários atuam na realização de cada atividade?

	1	2	4	Mais	NA	Não
		ou	ou	de 5		sabe
		3	5			
1. aulas de reforço escolar individual ou em grupo	1	2	3	4	88	99
2. grupos de estudo	1	2	3	4	88	99
3. oficinas ou cursos	1	2	3	4	88	99
4. preparativos para concursos	1	2	3	4	88	99
5. curso pre-vestibular	1	2	3	4	88	99
6. rodas de leitura	1	2	3	4	88	99
7. cursos profissionalizantes	1	2	3	4	88	99
8. outros: _____	1	2	3	4	88	99

Anexo 3

ROTEIROS

Os roteiros serão aplicados aos voluntários que atuam como professores (roteiro 1); aos coordenadores dos trabalhos socioeducativos (roteiro 2); aos gestores da instituição (roteiro 3). Os tópicos abaixo de cada pergunta são apenas uma orientação para a entrevistadora – não serão apresentados como opção aos entrevistados.

Roteiro 1 – aos voluntários que desempenham o papel de educador social

1) Qual a sua formação escolar?

- fundamental completo
- ensino médio completo
- ensino superior completo
- pós-graduação

2) O que te motiva a realizar esta atividade?

3) Quais seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

5) Você identifica algum impacto social nesta prática?

6) Como você realiza os registros de suas atividades?

7) Quais as maiores dificuldades encontradas para sua prática?

- Características do desenvolvimento cognitivo da criança/jovem
- Questões psiquiátricas/dificuldades de aprendizagem
- Falta de hábitos de estudo
- Falta de estímulo familiar ou de ambiente adequado para estudo
- Outros

8) Que estratégias de superação de dificuldades você utiliza?

- Recursos didáticos lúdicos
- Conversa (aproximação maior com o aluno)
- Contextualização com exemplos cotidianos
- Prática conjunta com outros profissionais
- Recursos audiovisuais
- Outros

Roteiro 2 – aos coordenadores dos projetos socioeducativos

1) Qual a sua formação escolar?

- fundamental completo
- ensino médio completo
- ensino superior completo
- pós-graduação

2) Como os voluntários chegam à instituição?

- indicação de amigos ou de voluntários
- conhecimento via divulgação impressa ou digital
- indicação de redes de voluntariado
- outros

3) Como é feita a seleção dos voluntários para estas atividades socioeducativas?

- entrevistas presenciais
- análise de currículo
- com base nas indicações de conhecidos
- outros

4) Você privilegia algum tipo de metodologia ou alguma pedagogia específica na orientação dos voluntários?

5) Há algum tipo de orientação que é transmitida aos voluntários que vão desempenhar as atividades socioeducativas?

[aspectos outros, como normas da instituição ou normas de caráter religioso, por exemplo. Esta resposta já pode ser contemplada na questão anterior]

- 6) A instituição realiza algum tipo de acompanhamento do desempenho escolar da criança?
- 7) Há registros escritos (relatórios, mapas de frequência) das atividades realizadas?
- 8) Quais os maiores obstáculos apontados pelos voluntários na realização das atividades?
- 9) Como vocês avaliam o retorno das famílias a estas atividades?
- 10) Cada criança participa em média de quantas atividades?
- 11) A participação da criança (nos projetos socioeducativos) está condicionada à participação em alguma outra atividade na instituição?
- 12) A instituição oferece alguma atividade complementar às atividades socioeducativas?
 - fonoaudiólogo
 - psicólogo
 - fisioterapia
 - atividades físicas
 - outros

Roteiro 3 – ao coordenador geral da instituição

A ordem das perguntas pode ser alterada, de acordo com o transcorrer da conversa. Pode-se iniciar pelo bloco 1 (questões 1 a 11) ou pelo bloco 2 (questões 12 a 16) – deve-se observar o encaminhamento que deixe o entrevistado o mais à vontade possível, no decorrer da visita à instituição e na realização da entrevista.

- 1) Qual a data de fundação desta instituição?

- 2) Como você chegou a esta instituição?
 - 3) Qual sua área de atuação profissional? Qual/quais atividades realiza/realizou aqui?
 - 4) Qual a formação predominante dos voluntários que atuam nesta instituição?
 - fundamental completo
 - ensino médio completo
 - ensino superior completo
 - pós-graduação
 - 5) Há algum requisito para ser voluntário nesta instituição?
 - 6) Vocês realizam algum tipo de treinamento com os voluntários?
 - 7) Sobre as famílias participantes dos projetos socioeducativos: a instituição realiza algum tipo de acompanhamento da família da criança?
 - há presença de assistente social?
 - as famílias recebem cesta básica ou algum outro tipo de benefício continuado?
 - a instituição presta algum outro tipo de apoio eventual (material de construção/compra de remédios, etc.)?
 - 8) A instituição desenvolve atividades de caráter religioso?
 - 9) Qual o tempo médio de permanência da criança/jovem na instituição?
 - 10) A instituição realiza encaminhamentos para mercado de trabalho? Há parcerias?
 - 11) Como a instituição avalia o impacto das atividades realizadas nas famílias assistidas?
- Passando à coleta de informações gerais mais aprofundadas sobre a instituição:
- 12) Como se dá a manutenção da instituição?
 - Colaboração de voluntários/associados

- Campanhas
- Bazar/cantina
- Parcerias com empresas privadas
- Parcerias com órgãos públicos
- Participação em editais
- Mantida por fundação ou similar

13) Quais as outras áreas de atuação da instituição?

14) Qual a quantidade média de voluntários da instituição?

15) Qual a quantidade média do público atendido nas diversas atividades?

16) Como você definiria a missão desta instituição?

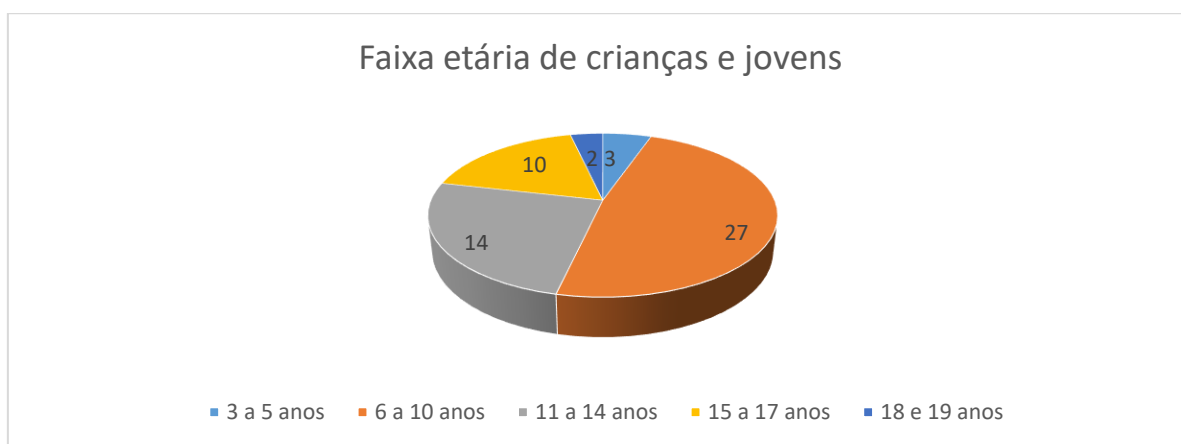
Anexo 4

Questionário enviado às famílias do Instituto Paulo e Estêvão sobre a situação do ensino remoto

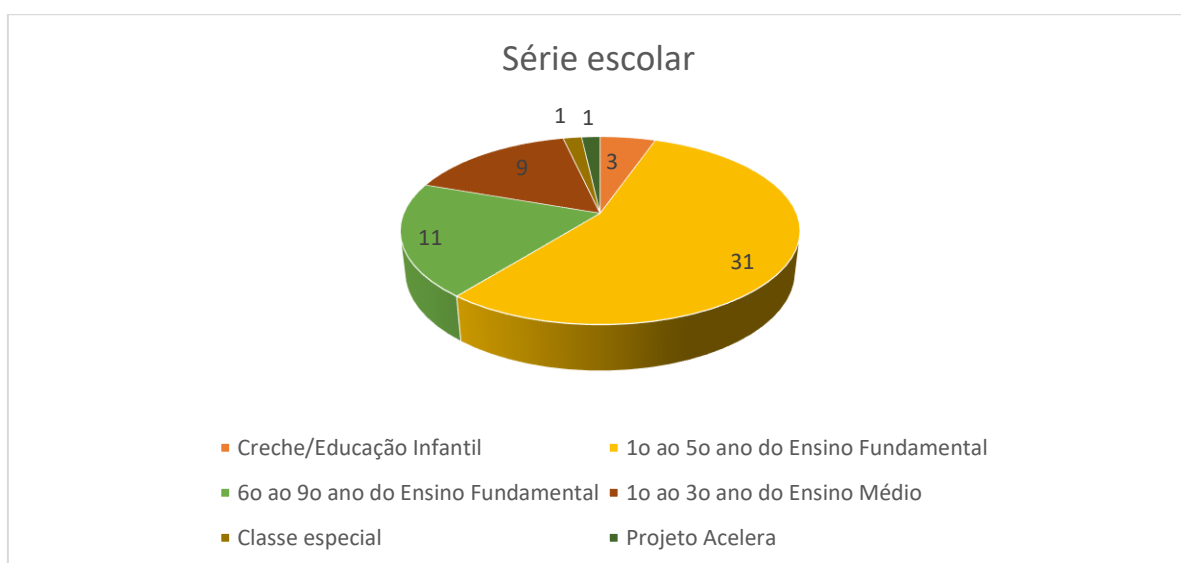
O questionário foi realizado através do Google Formulários, via aplicativo Whatsapp. Foi enviado aos responsáveis (mães e avós) das crianças e jovens que frequentam o Instituto. Recebemos os dados de 56 crianças e jovens.

1) Nome, idade e série escolar da criança ou jovem.

A faixa etária dos respondentes vai de 3 aos 19 anos, na seguinte proporção:



As séries escolares vão da creche ao terceiro ano do ensino médio, havendo alunos em classe especial e em projetos específicos, como o “acelera”. A proporção das séries foi esta:



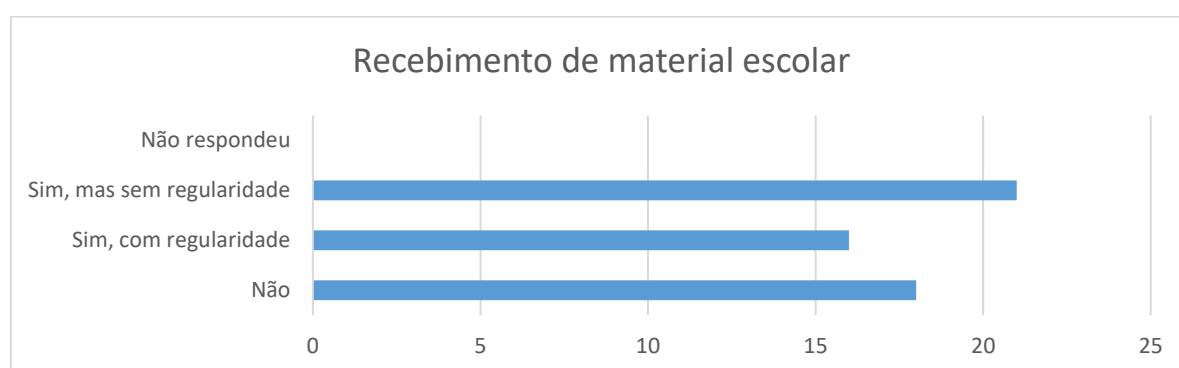
Percebemos que há um desajuste entre os gráficos da faixa etária e o da série escolar.

Na faixa de 6 a 10 anos, que deveria corresponder ao primeiro segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), observamos um aumento de 4 indivíduos.

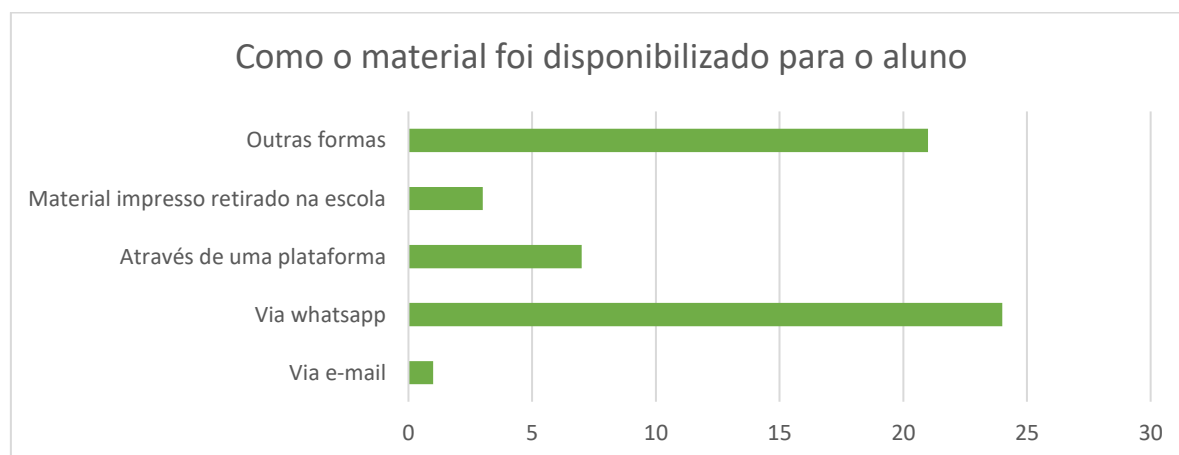
Já na faixa correspondente ao segundo segmento, de 11 a 14 anos, há uma diminuição de 3 indivíduos, indicando repetência ou encaminhamento para classes diferenciadas (projetos de ‘aceleração’).

Já os dados referentes ao ensino médio se mantiveram estáveis, com diferença de apenas um indivíduo.

2) O estudante está recebendo material para estudo em casa?



3) Como este material está sendo disponibilizado para o aluno?



Dentre as plataformas, foram indicadas:

Google Classroom (2); Teams (1); SME Carioca 2020 (2); Zoom (2).

Na opção “outras formas”, foram indicadas:

- Teams (1);
- retirada de material em outros locais, não escolares (1);

- iniciou com retirada de apostila e depois o envio foi pelo zap ou Meet (2);
- a própria mãe está produzindo os materiais (2);
- as apostilas foram disponibilizadas em local distante da moradia da família e o responsável optou por não buscar (2);
- não especificaram (12).

4) Os materiais enviados...

São predominantemente na forma de textos e folhas de exercícios - **34**

São predominantemente vídeos - **1**

Existe um equilíbrio entre textos e vídeos - **21**

5) Tem acontecido contato com professores para orientações ou dúvidas dos alunos?

Sim, com regularidade - **10**

Sim, pouco - **21**

Não - **25**

6) Seu filho realiza o acesso aos conteúdos e realiza as tarefas sozinho?

Sim, sempre - **18**

Não - **20**

Sim, às vezes - **18**

7) Você tem conseguido acompanhar e ajudar seu filho nas tarefas escolares?

Sim, sempre - **13**

Sim, às vezes - **25**

Não - **18**

8) Quais as maiores dificuldades encontradas para auxiliar seu filho nas tarefas?

Como esta questão era discursiva, há uma grande variedade nas respostas. Agruparemos as respostas semelhantes, conforme foram expressas no questionário:

8.1 - trabalhar fora; tempo (6); organização;

8.2 - não sabe o conteúdo (2); não lembra do conteúdo (3); possui dúvidas; não estudou até a série que o filho está/não entende a matéria; dificuldade no entendimento das explicações;

8.3 – problema de baixa visão do aluno;

8.4 – internet (7); dificuldade técnica para acesso (2); o aluno não tem acesso ao aplicativo usado (2); não consegue se conectar à escola/ter acesso às matérias (3); falta de comunicação com o professor;

8.5 - falta de costume; sem paciência; aluno não aceita a ajuda da mãe; “tudo”;

8.6 – falta de material impresso para ajudar (3); uso do celular; não tem/não recebe tarefas da escola;

8.7 – falta de interesse da criança (3); falta de concentração da criança (4);

8.8 – “matemática e português” (3);

8.9 – “nada” (7).

Anexo 5

Questionário enviado às instituições participantes de redes de voluntariado Atados e E-solidário.

O questionário foi realizado através do “Google Formulários”; foi aplicado à instituições diversas, tendo sido disparado por meio do aplicativo “Whatsapp”, em duas redes de voluntariado: “Atados” e “E-solidário”. Observamos que muitas instituições, como a nossa, fazem parte das duas redes.

Foi feito um primeiro questionário, de caráter mais abrangente, para identificar o perfil das instituições. A última pergunta deste questionário sondava sobre a possibilidade de cada instituição de participar de uma segunda etapa da pesquisa, através de um outro questionário, mais aprofundado.

Tivemos o retorno de 22 instituições, sendo que duas destas pediram para se desconsiderar o preenchimento, pois o voluntário que preencheu os dados, ao comentar com o gestor das instituições, não foi autorizado – uma por ser instituição pública e precisar de autorizações e trâmites burocráticos, e outra por não ser de trabalho voluntário e não aceitar a participação na pesquisa.

As perguntas do primeiro questionário e os dados levantados seguem especificados abaixo.

1) Qual o nome de sua instituição?

1.1 - Instituto É Possível Sonhar

1.2 - Litro de Luz

1.3 - Social Bit – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável

1.4 - Associação Beneficente Resgatando Vidas

1.5 - Projeto Semeando o Amanhã

1.6 - Amigos pela Caridade

1.7 - Aldeias Infantis SOS Brasil

1.8 - APAE – RJ

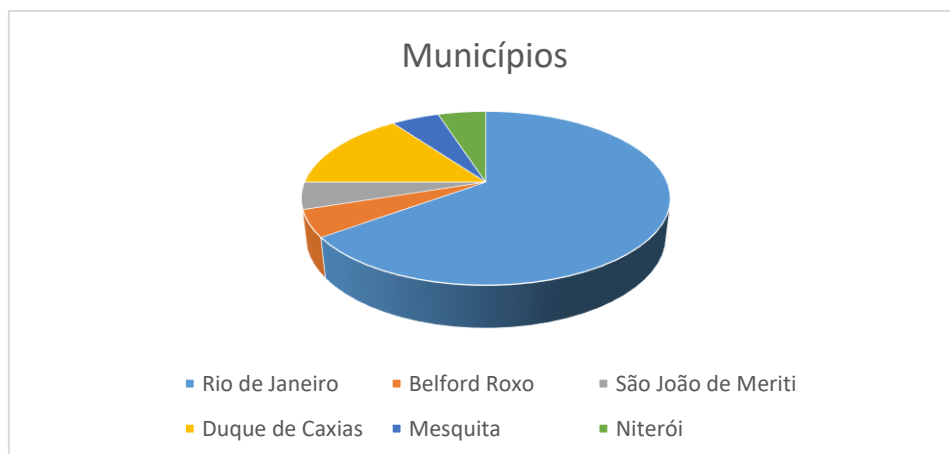
1.9 - Jesus é o Canal

1.10 - Projeto Social Roda-Viva

1.11 - Rede Cidadã

- 1.12 - Associação Apadrinhe um Sorriso
- 1.13 - Movimento de Mulheres do Parque Horário
- 1.14 - Fé na Comunidade
- 1.15 - Anjos de Asas no Mundo Azul
- 1.16 - Centro Comunitário Irmãos Kennedy
- 1.17 - Museu Casa Bumba Meu Boi em Movimento
- 1.18 - Projeto Social Haja Luz
- 1.19 - Biblioteca de Aulas
- 1.20 - Providenciando a Favor da Vida – Providenciando o Futuro

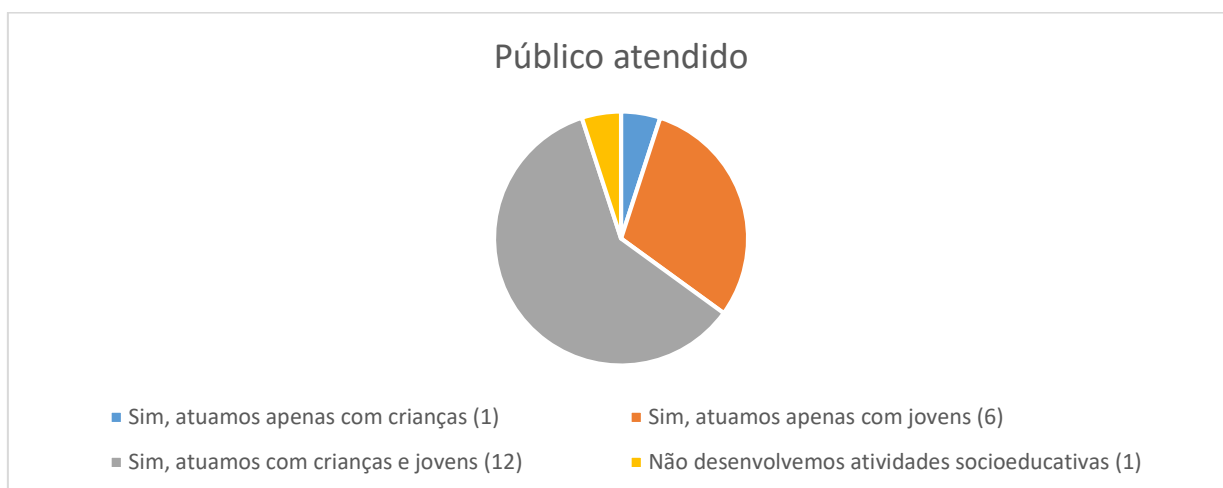
2) Em que cidade e em qual bairro sua instituição está localizada?



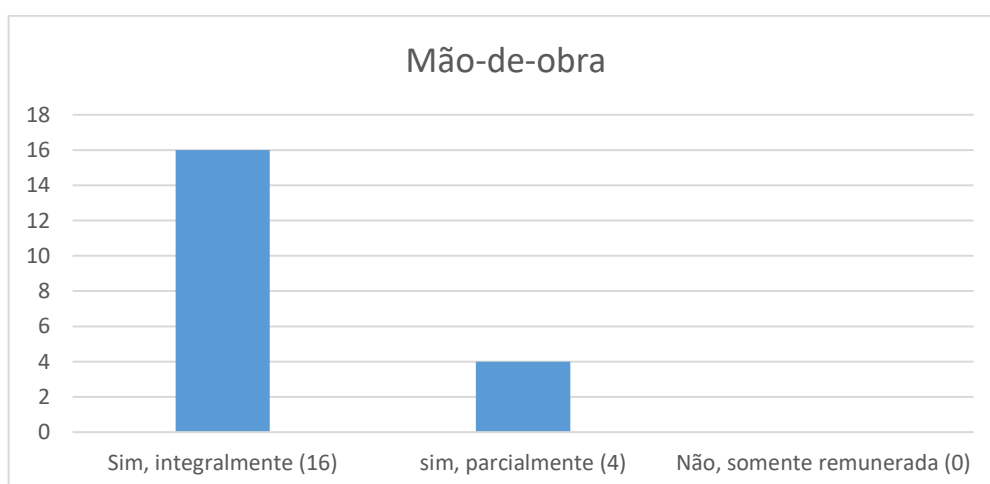
Das 20 instituições respondentes, 13 estão situadas no município do Rio de Janeiro. Estas 13 estão localizadas nos bairros: Rocha Miranda, Rio das Pedras, Realengo, Itanhangá, Tijuca, Cordovil, Centro, Benfica, Vila Kennedy, Catiri (Bangu) e Santo Cristo; 2 instituições não identificaram o bairro onde estão situadas.

As demais instituições estão situadas nos seguintes bairros: Parque Analândia (São João de Meriti); Parque das Missões, Olavo Bilac e Capivari (Duque de Caxias); Chatuba (Mesquita); Barreto (Niterói). Uma instituição de Belford Roxo não identificou o bairro onde está situada.

3) Sua instituição realiza atividades socioeducativas junto à crianças e/ou jovens?

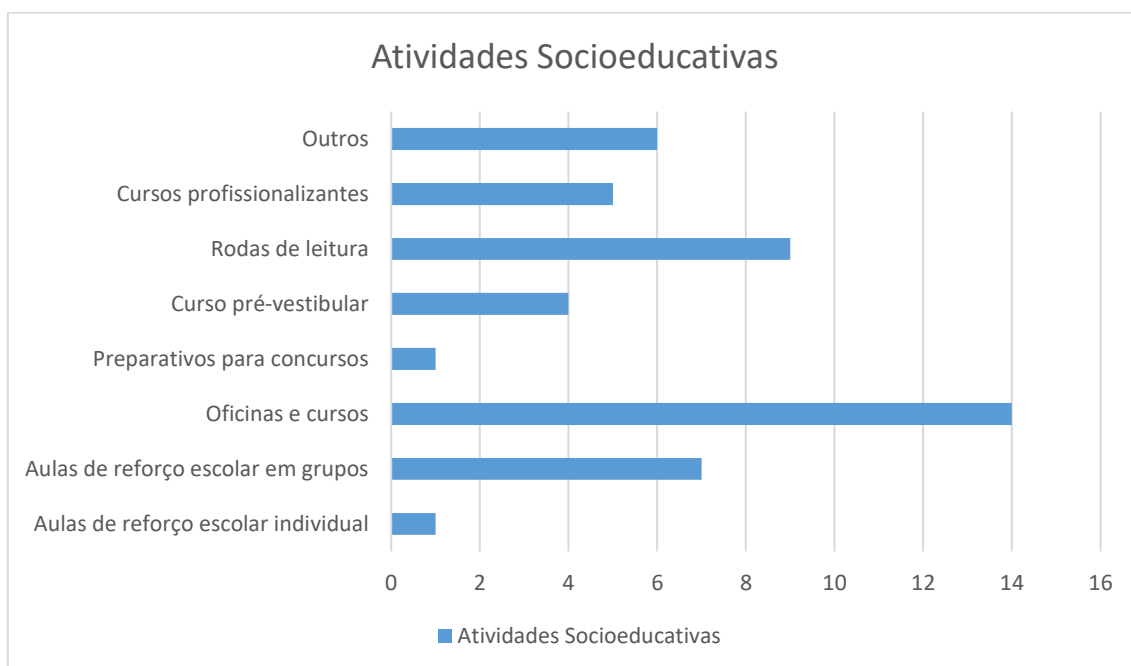


4) As atividades socioeducativas de sua instituição são realizadas através de mão-de-obra voluntária?



Em 4 instituições parte da mão-de-obra utilizada é remunerada.

5) Em que consistem as atividades socioeducativas realizadas na sua instituição?

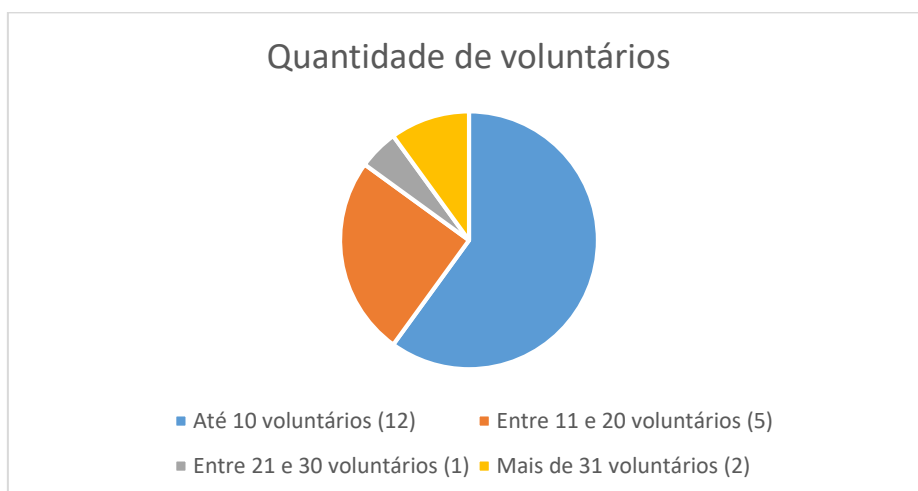


Dentre as respostas no item “outros”, foram elencadas estas atividades:

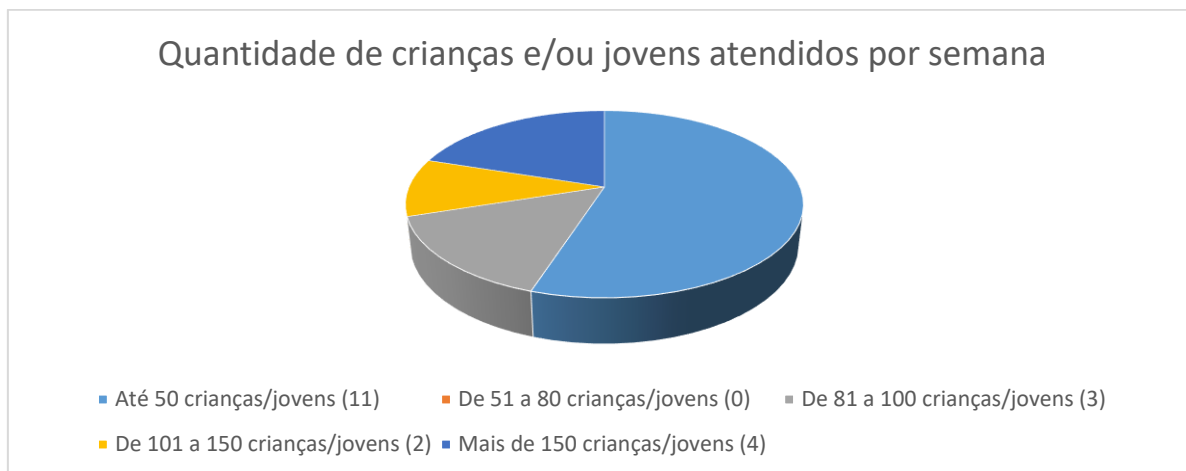
- dança, música e excursões;
- palestras;
- palestras e cineclube;
- cine-debates;
- disciplinas esportivas, biblioteca, etc.;
- estimulação precoce, terapia multidisciplinar e oficinas de desenvolvimento da autonomia.

[este item refere-se à resposta da APAE].

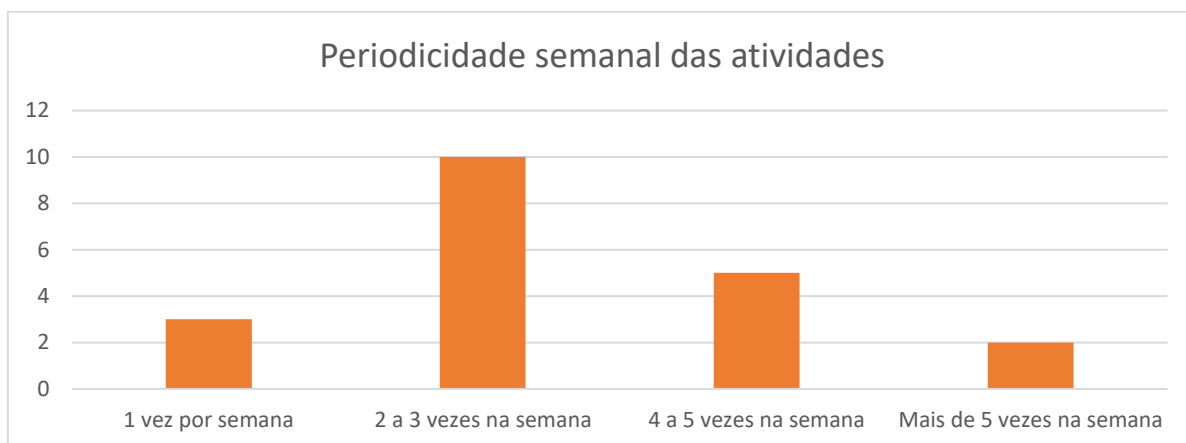
6) Aproximadamente quantos voluntários estão envolvidos na realização destas tarefas?



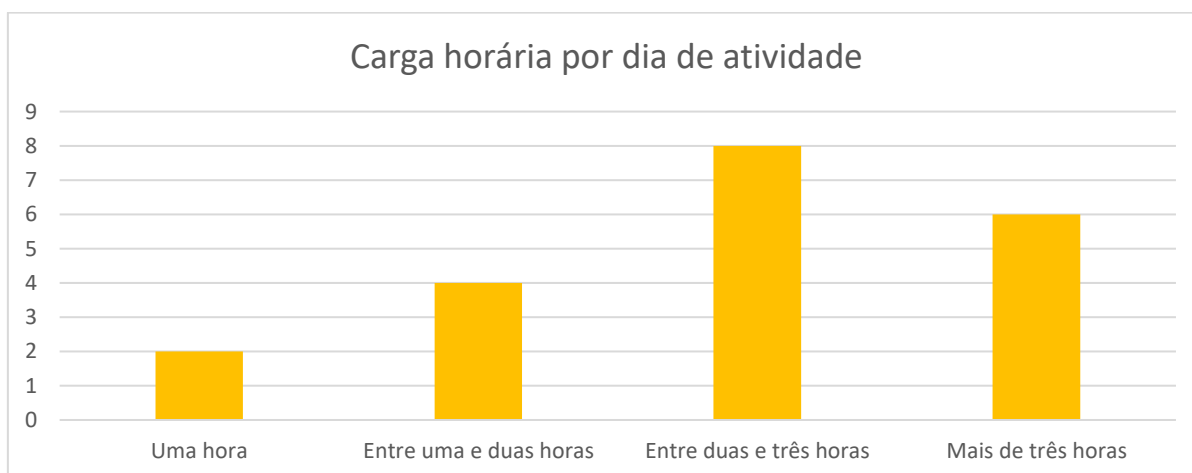
7) Quantas crianças e/ou jovens vocês atendem por semana na sua instituição?



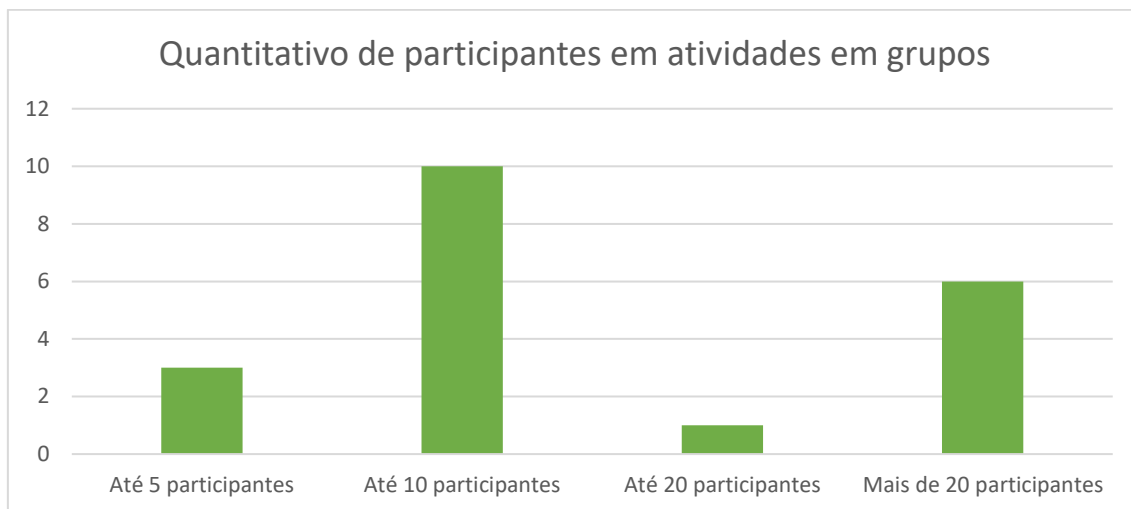
8) Com qual frequência as atividades socioeducativas são realizadas na semana?



9) Em média, quantas horas por dia as crianças ou os jovens passam na instituição realizando atividades socioeducativas?



10) Nas atividades em grupo, quantas crianças/jovens costumam participar de cada vez?



11) A participação da criança/jovem nos projetos socioeducativos está condicionada à participação da família em alguma outra atividade da instituição?

Obtivemos as seguintes respostas:

Sim – 5

Não – 10

Depende de cada caso – 3

Não sei responder – 2

Das instituições que responderam “sim” ou “depende de cada caso”, tivemos os seguintes elementos condicionantes à participação da criança/jovem nos projetos:

- chá com as mães, homenagem em datas comemorativas, reuniões;
- palestras;
- cursos;
- rodas de conversa com as mães, mediadas por psicólogos e terapeutas.

Duas instituições não especificaram as atividades realizadas:

- nossa relação com os responsáveis é de co-responsabilização. Cobramos deles participação ativa;
- acolhimento das mães esperando [*gestantes*].

Duas instituições não responderam a este campo do questionário.

A partir destes dados observamos que ainda é baixa a cobrança para que a família tenha uma participação mais ativa na instituição onde a criança realiza suas atividades.

12) Sua instituição desenvolve alguma atividade religiosa?

<p>Sim – 3 instituições</p> <p>Não – 17 instituições</p>
--

13) Caso você tenha marcado “sim”, qual a orientação religiosa de sua instituição?

Dentre as várias opções de orientações religiosas, as três instituições que declararam seguir uma orientação assinalaram a opção “evangélica”.

Destas três, uma assinalou no campo “outra” [religião] a seguinte observação: “A direção é evangélica mas não fazemos discriminação, recebemos a todos”.

14) Que funções você desempenha na sua instituição?

Dentre as opções de resposta abaixo:

- Sou educador social (atua como professor voluntário)
- Sou coordenador das atividades socioeducativas
- Sou dirigente da instituição
- Sou colaborador da instituição
- Outro.

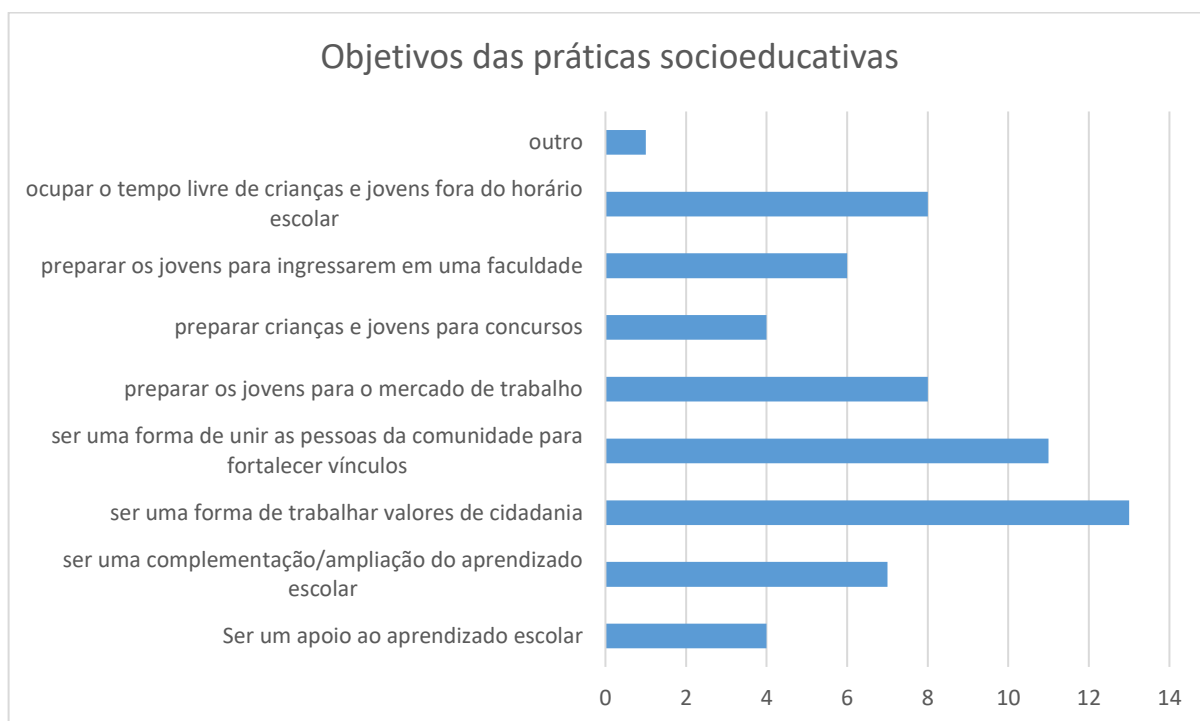
Os respondentes assim se qualificaram:

- dirigente ou presidente (anotado em “outro”): 10
- outro: vice-presidente: 1
- colaborador: 1
- coordenador: 2
- educador e dirigente: 2
- educador e coordenador: 1
- educador, coordenador e dirigente: 2
- educador, coordenador, dirigente e colaborador: 1

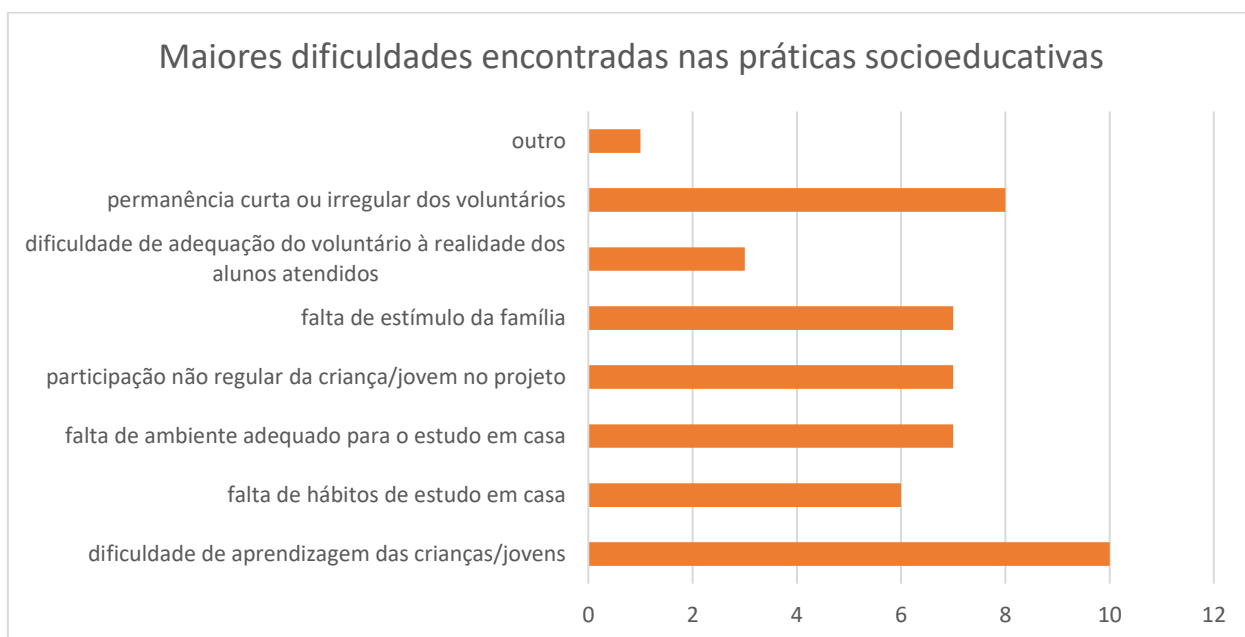
Achamos relativamente baixo o quantitativo de voluntários que atuam em mais de uma função, pois sabemos pela vivência que é bastante comum a situação contrária – poucos voluntários acumulam, em geral, muitas tarefas e responsabilidades.

Como não houve oportunidade para um aprofundamento, ficamos sem um retorno deste ponto: será que, ao preencher p formulário, o entendimento foi o de que seria possível marcar apenas uma opção? Pensou-se em marcar apenas a tarefa considerada mais importante? Estas questões, infelizmente, até o momento ficaram sem resposta.

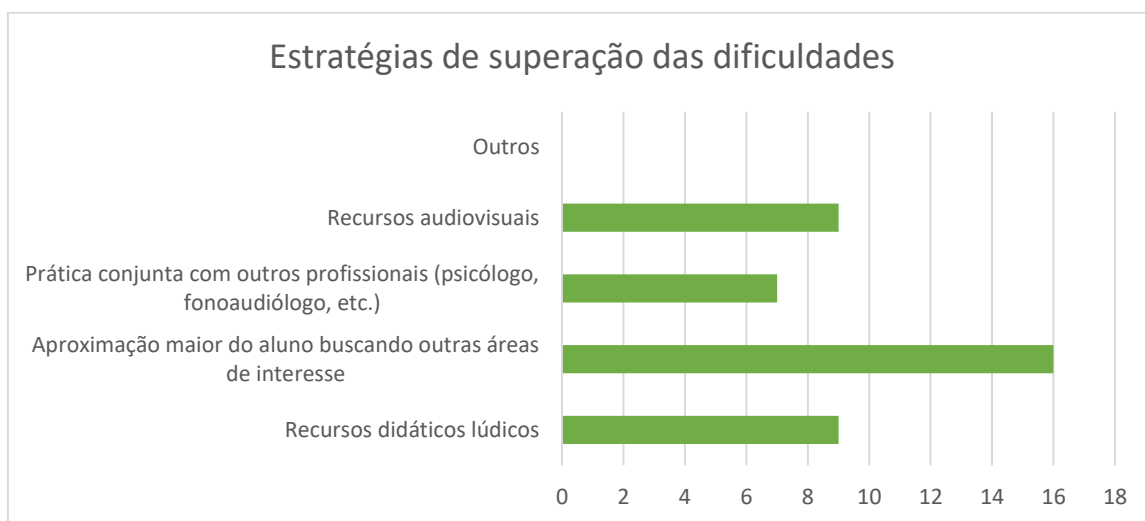
15) Quais os principais objetivos das atividades socioeducativas realizadas na sua instituição?



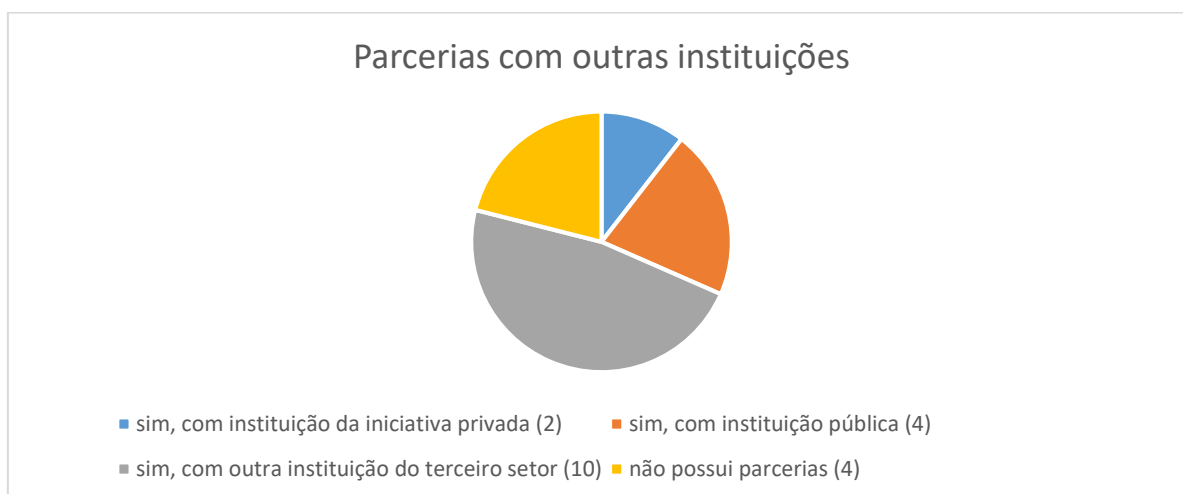
16) Quais as maiores dificuldades encontradas para a realização das práticas socioeducativas?



17) Que estratégias sua instituição tem buscado para superar estas dificuldades?



18) Sua instituição tem alguma parceria regular com outras instituições?



19) Dentre estas parcerias, alguma foi realizada com escolas da rede pública?

Sim – 9
Não – 8
Não temos parcerias – 3

Obs.: Uma das instituições que informou na questão 18 não ter parcerias, nesta questão assinalou a opção “não”, no lugar de manter “Não temos parcerias”.

As questões a seguir dizem respeito ao trabalho das instituições durante o período da pandemia.

20) Durante a pandemia, as atividades socioeducativas foram mantidas de modo *on line*?

Sim, todas elas – 5
Sim, algumas das atividades – 3
Não, foram integralmente suspensas – 12

Dentre as atividades que foram parcialmente mantidas, foram informadas as seguintes:

- atendimento psicológico (Insituto É Possível Sonhar);
- tarefas para enviar e buscas de doações (Aldeias Infantis);
- as aulas presenciais (Providenciando a Favor da Vida).

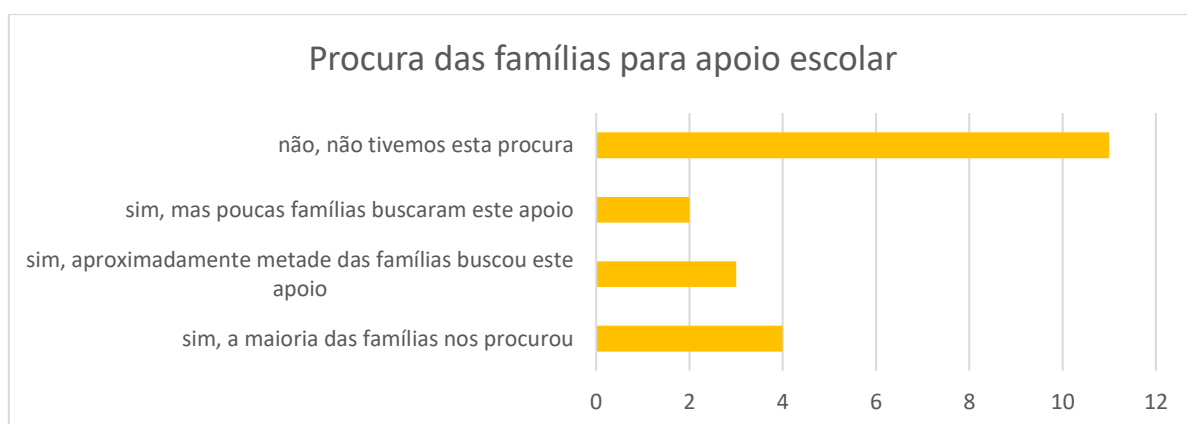
No caso das Aldeias Infantis, as atividades socioeducativas realizadas são: aulas de reforço escolar em grupos, oficinas e cursos, rodas de leitura, dança e música. Não houve especificação a que atividades se refeririam estas tarefas enviadas.

No caso do Providenciando a Favor da Vida, as aulas presenciais referem-se a curso pré-vestibular. Não houve aprofundamento posterior, para saber se estas aulas seguiram ininterruptas e se houve adequações ao momento atual.

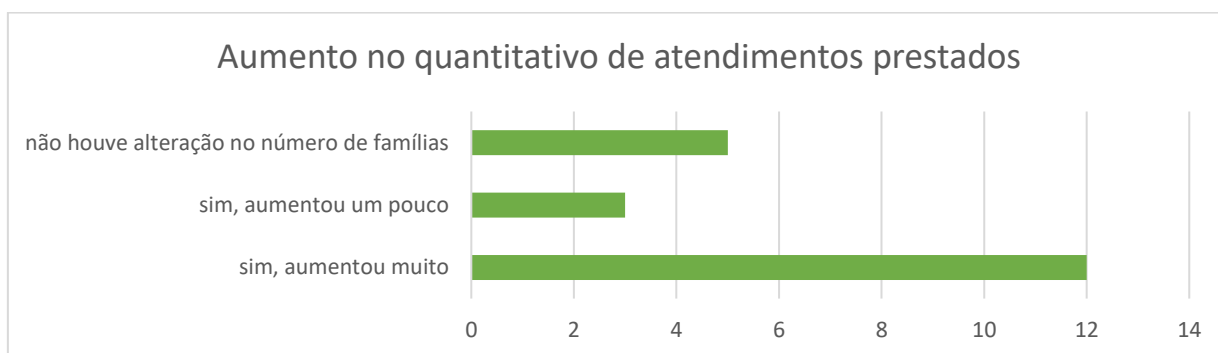
Dentre as instituições que afirmaram estar realizando todas as atividades, temos o seguinte quadro:

- 1 – Litro de Luz – realiza curso pré-vestibular (assim como no caso do Providenciando, não houve aprofundamento sobre esta prática);
- 2 – Rede Cidadã – realiza cursos profissionalizantes (idem);
- 3 – Associação Apadrinhe um Sorriso – realiza oficinas e cursos e rodas de leitura (idem);
- 4 – Jesus é o Canal – adicionou o seguinte comentário a esta questão: “No momento nosso projeto tem apenas o acompanhamento das famílias, não suspendemos pois eles precisaram mais ainda do nosso projeto, com alimentos, medicamentos...”. Ou seja, na verdade, as atividades socioeducativas não foram mantidas;
- 5 – APAE – adicionou o seguinte comentário: “As oficinas através de vídeo e as terapias através de vídeo chamada”.

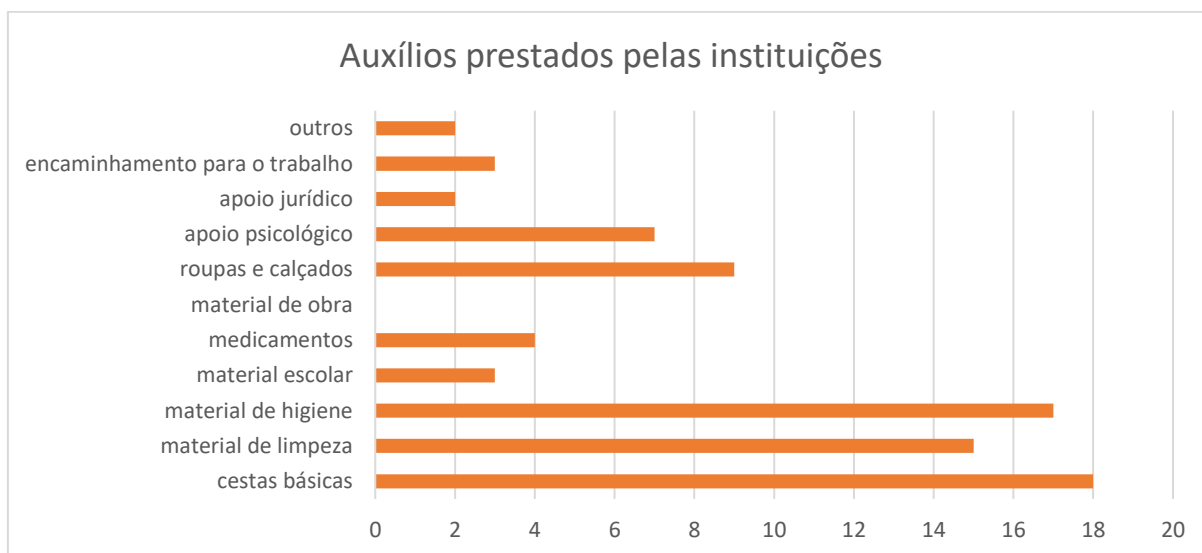
21) As famílias procuraram a sua instituição para buscar apoio às aulas *on line* oferecidas pelas escolas?



22) O quantitativo de famílias atendidas por sua instituição aumentou neste período?



23) Sua instituição prestou/tem prestado algum apoio às famílias neste período da pandemia?
Qual/quais?



As instituições que assinalaram a opção “outros” informaram o seguinte:

- Biblioteca de Aulas: “Não prestamos suporte na pandemia. O projeto acontece dentro da escola”;
- Providenciando a Favor da Vida: “Recarga para celular”.

Anexo 6

Questionário enviado aos professores que atuam no projeto socioeducativo do Instituto Paulo e Estêvão, na atividade do reforço escolar.

6.1 - Nome do(a) educador(a) social: V. S.**1) Qual a sua formação escolar?**

- ☐ fundamental completo
- ☐ ensino médio completo
- ☒ ensino superior completo
- ☐ pós-graduação
- ☐ outro – especificar: _____

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

O sentimento de que somos um só, ligados por uma teia invisível, e, por esse motivo, enquanto eu não puder, ao menos tentar reduzir a desigualdade existente no mundo, nunca serei totalmente feliz. Sou muito grata por todo o conhecimento que pude adquirir ao longo da vida, então, seria injusto de minha parte não tentar disseminar esse conhecimento entre àqueles que não tiveram a mesma oportunidade. E quando me aposentei, meu primeiro objetivo foi procurar uma maneira de retribuir tudo de bom que recebi da vida.

3) Quais os seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

Disponibilizar todo o conhecimento que, de todas as formas, eu tenha adquirido ao longo da minha jornada, assim como orientá-los para a vida, lhes transmitindo valores éticos e morais, os quais, em momento algum, deverão aprisioná-los ou tornar a visão deles estreita. Minha intenção é fazer com que eles, a partir dos ensinamentos que transmito, tirem suas próprias conclusões e escolham o caminho que queiram trilhar.

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Sim, através de reuniões mensais ou sempre que a situação exige. Algumas famílias estão sempre disponíveis para ouvir as orientações, mas outras nem tanto. Mas, de forma geral, minha

experiência mostrou que as famílias têm o sentimento genuíno de que posso ajudar seus filhos a se desenvolverem e a terem uma vida melhor. E, nesse sentido, estão sempre dispostas a colaborar e muito gratas pelo trabalho voluntário.

5) Como você realiza o planejamento de suas aulas?

Procuro, no dia anterior, revisar a matéria que a criança está vendo na escola, com destaque para os pontos em que sei que ela tem ou possa vir a ter mais dificuldade. A partir daí, elaboro exercícios e busco textos que possam estimular a leitura para que possamos debater juntos a respeito. Na maioria das vezes, eu também estudo a matéria que vamos ver no dia seguinte, para que eu esteja apta a responder todas as dúvidas da criança.

Quando percebo que a criança tem capacidade de aprender alguns pontos além daqueles que ela está aprendendo na escola, eu os apresento para ela, isso faz com que as aulas fiquem mais estimulantes. Afinal, criança adora um desafio.

6) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

Na maioria das vezes, sim. Entretanto, cada criança tem suas próprias especificidades e dificuldades, logo, invariavelmente, preciso alterar meu planejamento para atendê-la. E vejo isso de forma muito natural, nenhum planejamento pode engessar o trabalho do voluntário, é preciso haver flexibilidade para que ele possa atender a todas as crianças.

7) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

Falta de um apoio sólido da família, recursos financeiros escassos e falta de comprometimento de algumas crianças.

8) Que estratégias de superação destas dificuldades você procura utilizar?

Primeiramente, tento buscar ferramentas que tornem minhas aulas mais estimulantes aos olhos da criança.

Depois, converso muito com as crianças, tentando mostrá-las a grande oportunidade que estão tendo ao ter acesso à educação com voluntários que estão ali, sem exigir nenhuma forma de pagamento, apenas doando o seu tempo e conhecimento. Um trabalho de conscientização.

E, também, tento me aproximar da família e me inteirar de tudo que esteja acontecendo e que possa influenciar na aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Com relação, aos recursos financeiros, não há muito o que fazer, quando é possível, eu utilizo recursos próprios para compra de algum material ou ajuda a alguma criança mais necessitada.

9) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

Ensinar a cada uma das crianças que passaram por mim foi um desafio, elas me ensinaram muito. E, por conta disso, fui aprendendo a aperfeiçoar a minha prática, lendo mais, estudando mais e me dedicando a conhecer um mundo diferente do meu. Dessa forma, pude passar de uma forma mais simples meus conhecimentos.

Sim. Através dos resultados das avaliações realizadas pela escola, os quais, felizmente, melhoram muito com o trabalho que desenvolvo. Mas não é apenas isso, também observo o aspecto comportamental da criança, e, ao longo do tempo, percebo que ela consegue interagir mais e fica mais aberta para receber o conhecimento que transmito.

10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Acredito integralmente nisso, caso contrário não participaria de nenhum trabalho voluntário. Tenho certeza de que o que faço no IPE é muito pouco diante do que a sociedade precisa, mas tenho certeza que posso fazer a diferença na vida das crianças que passam por mim. O trabalho voluntário me fez perceber que eu tenho muito mais a receber do que a doar, é um ensinamento de vida.

11) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza no Instituto?

Gostaria de agradecer a maravilhosa oportunidade que me foi concedida de conhecer crianças tão lindas e profissionais tão incríveis. E destacar um aspecto importante para mim, que não tenho uma religião, mas acredito em Deus e no amor. Embora o IPE seja uma instituição espírita, em nenhum momento, se misturou educação com religião, e isso, na minha opinião, faz toda a diferença, para o educador desenvolver seu trabalho. Aquele que ensina não pode impor a terceiros a sua maneira de ser, mas sim passar o conhecimento de maneira que o aluno

tenha condições de se tornar um formador de opinião, com suas próprias convicções, crenças e ideais.

6.2 - Nome do(a) educador(a) social: R. P.

1) Qual a sua formação escolar?

☐ fundamental completo

☒ ensino médio completo

☐ ensino superior completo

☐ pós-graduação

☐ outro – especificar: _____

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

Mostrar para as crianças que o estudo ainda é o melhor caminho, que através dele que podemos lutar pelos nossos direitos e realizar nossos sonhos. O estudo é um investimento e diferente das escolas tradicionais, a educação pode ser dada de maneira lúdica e divertida.

3) Quais os seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

Preparar minha aluna para concursos de escolas federais e mantê-la motivada.

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Sim. A Auricelia além de ser presente, é totalmente comprometida com as atividades, sempre está aberta às propostas do Ipê e incentiva muito a Laís. A mãe demonstra confiar que o Ipê é o local onde a Laís terá um suporte educacional e cultural.

5) Como você realiza o planejamento de suas aulas?

Minhas aulas são organizadas mensalmente. Nós temos uma aula por semana. As primeiras duas semanas, são de abordagem e fixação de conteúdos tanto dados pela escola, como pesquisados por mim. Ao final dessas duas aulas, a aluna levará um livro da biblioteca do Ipê ou um tema de redação, que trará na semana seguinte para serem corrigidos. As duas últimas semanas do mês são separadas com um dia de jogos educativos e a última aula realizamos uma espécie de simulado, que é onde escolho provas antigas de colégios federais para a aluna realizar

sem a minha ajuda. Em todos os eventos, as atividades estão sempre alinhadas com os conteúdos estudados pelo educando durante todo o mês.

6) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

Sim.

7) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

A frequência e horário das aulas.

8) Que estratégias de superação destas dificuldades você procura utilizar?

Chego uns 5min., antes da aula começar e já preparo o ambiente para receber a aluna, a aluna também colabora ao fazer os exercícios em casa e levar somente as dúvidas. Assim nossa aula tende a ser mais produtiva e consigo colocar em prática meu planejamento.

9) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

Sim, normalmente a resposta do aprendizado se dá durante os jogos educativos, onde são dadas situações problema e a aluna consegue identificar e aplicar o conhecimento adquirido.

10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Sim, acredito que por meio de estímulos e propostas, os alunos não enxergarão através das minhas metodologias um modelo tradicional de ensino e sim, perceberão que se pode estudar e se divertir no mesmo ambiente. Com isso, as esperanças de realização de sonhos através dos estudos serão restauradas.

11) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza no Instituto?

Gostaria de comentar sobre o projeto que realizo com a minha aluna que tem como foco o incentivo a leitura. A cada duas semanas a aluna leva um livro da biblioteca para ler e um relatório do próprio Ipê para preencher referente ao livro. Além disso, gostaria de ressaltar que

o *layout* e organização da biblioteca que despertaram esse projeto de leitura aplicado à minha aluna.

6.3 - Nome do(a) educador(a) social: _M.

1) Qual a sua formação escolar?

() fundamental completo

() ensino médio completo

() ensino superior completo

(X) pós-graduação

() outro – especificar: _____

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

Sou professora aposentada. Ao conhecer o IPE, entre as várias opções de trabalho voluntário estava a de acompanhar alunos que estavam com dificuldades na escola regular.

3) Quais os seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

Ajudá-los a superar as dificuldades, despertar o gosto por estudar e enriquecer os conteúdos escolares.

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Ao me juntar ao grupo tive duas experiências. A primeira com um adolescente que não demonstrou muito interesse. Faltava muito, era disperso. O contato com a família foi feito através da coordenadora das atividades. Por não haver afinidades entre educador-educando passei a atuar com Luiz Fernando com quem antes da pandemia estava atuando há quase dois anos. Estava tendo contato regular com a mãe dele. Como Luiz Fernando é tímido e calado este contato foi fundamental para entende certas atitudes do menino. Além do crescimento do menino no que diz respeito ao aspecto didático, melhorou muito no aspecto afetivo.

5) Como você realiza o planejamento de suas aulas?

Quando ele me traz dificuldades em atividades da escola procuro exercícios através dos quais possa esclarecer as dúvidas e reforçar a aprendizagem. Não havendo problemas maiores com

as atividades escolares, preparo atividades enriquecedoras principalmente de leitura, interpretação de texto e redação, uma vez que sua maiores dificuldades são em língua portuguesa.

6) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

No começo foi um pouco difícil pois foi necessário quebrar a resistência do aluno. Agora pelos resultados obtidos no ensino regular e nas nossas atividades meus objetivos têm tido um resultado bastante satisfatório. Não sei como será pós pandemia, mas penso que não será necessário recomeçar do zero.

7) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

Encontrar material didático de apoio. Por ter ficado um bom tempo afastada do ensino de primeiro grau muitas coisas se modificaram, infelizmente para pior, e ao me aposentar no município me desfiz do material que tinha e desconheço o que há de novo no mercado. Minhas pesquisas foram interrompidas pela pandemia.

8) Que estratégias de superação destas dificuldades você procura utilizar?

Na realidade as dificuldades são minhas e não em relação ao trabalho em particular. As estratégias quanto ao trabalho variam em função da dificuldade apresentada no momento.

9) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

Os pontos positivos são observados no resultado apresentado nos resultados que ele me traz da escola e em algumas atitudes do aluno. Se no começo havia resistência dele, hoje ele me traz as dúvidas. E ultimamente ele tem dado maior abertura em nosso relacionamento me contando várias histórias da família, da escola.

10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Acredito que tem e pode ter ainda mais impacto social. Mostrar ao educando como ele pode se tornar um indivíduo mais consciente e produtivo para ele mesmo e seu entorno é, com certeza, gratificante.

11) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza no Instituto?

No momento não. É minha primeira experiência neste tipo de trabalho e estou “aprendendo” enquanto ensino.

6.4 - Nome do(a) educador(a) social: M. B.

1) Qual a sua formação escolar?

- () fundamental completo
- (x) ensino médio completo
- () ensino superior completo
- () pós-graduação
- () outro – especificar: _____

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

Acredito que o incentivo à educação de crianças e adolescentes é fundamental para a redução das desigualdades sociais, bem como o desenvolvimento pessoal da criança nesse tipo de trabalho voluntário.

3) Quais os seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

Meu objetivo é incentivar e conscientizar a criança sobre a importância do estudo na vida dela, seja para fins de desenvolvimento pessoal, bem como ascensão social.

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Não tenho contato.

5) Como você realiza o planejamento de suas aulas?

Primeiro eu pergunto à criança quais matérias ela tem mais dúvida e precisar estudar. Para a outra semana, eu realizo pesquisas sobre a matéria, leio um pouco sobre o assunto e seleciono os melhores exercícios para fixação.

6) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

Sim. O planejamento tem dado certo até agora. O único ponto é que nem sempre consigo dar conta de explicar e estudar com a criança todas as matérias que ela tem na escola, pois deixo que ela me solicite as que ela tem mais dúvidas.

7) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

No início percebi que se eu utilizasse muito tempo explicando o conteúdo da matéria, a aluna ficava muito dispersa. Por isso, explico a matéria mas o foco principal é que ela realize os exercícios. Consequentemente, o rendimento é maior.

8) Que estratégias de superação destas dificuldades você procura utilizar?

Acredito que o trabalho como educadora não tem uma fórmula pronta, mas que cada método deve ser adaptado de acordo com a necessidade de cada criança. Assim, quando um método de explicação não tem dado certo eu tento entender o porquê e penso em como melhorá-lo.

9) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

Percebo que a criança se sente motivada a estudar quando sente que está entendendo a matéria e acertando os exercícios. Acredito que inserir a criança no estudo ativo, por meio dos exercícios é uma maneira eficaz de fazer com que ela se concentre e goste de estudar.

10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Acredito que este trabalho é importante pois é uma forma de incentivar essa criança sobre como o estudo pode transformar não só a sua vida e realidade, mas também como a educação é a forma de se transformar numa pessoa consciente sobre os seus direitos. A educação contínua é uma forma de conseguir melhores oportunidades no futuro.

Muitas vezes por falta de incentivo familiar, as crianças não possuem esse incentivo em casa e o Instituto é um local em que elas podem encontrar isso.

Há uma coisa a que eu chamo "sementes de plantas". Eu explico: Hoje em dia faço isto por esta criança e acredito que um dia esta menina poderá fazer a mesma coisa por outra pessoa. Assim, mais pessoas serão impactadas pelo poder da educação. Precisamos de plantar as sementes. A nossa sociedade precisa disso.

11) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza no Instituto?

Uma das coisas que percebi trabalhando como educadora foi que a família e a escola têm um papel importante na formação de uma criança. Para que uma criança se desenvolva plenamente, precisa de um ambiente familiar saudável e estruturado que a motive. Além disso, o professor e a instituição educativa devem proporcionar o ambiente apropriado para que esta criança desenvolva as suas competências.

Para isso, a família da criança deve compreender a importância do estudo não só para a formação intelectual de um indivíduo, mas também como uma forma de ascensão social. No entanto, acontece que muitas vezes as famílias destas crianças estão inseridas num contexto de vulnerabilidade social onde prevalece a ideia de que trabalhar é mais importante e urgente do que estudar. Desta forma, o ciclo é perpetuado porque a falta de desenvolvimento escolar completo desta criança conduzirá a perdas e falta de oportunidades no futuro.

6.5 - Nome do(a) educador(a) social: E. A.

1) Qual a sua formação escolar?

- () fundamental completo
- () ensino médio completo
- () ensino superior completo
- (X) pós-graduação
- () outro – especificar: _____

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

Vontade de dar uma pequena contribuição, através do reforço escolar, a jovens que estejam precisando.

3) Quais os seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

Ajudar no seu aprendizado e desempenho escolar.

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Tive muito pouco contato com a avó de um dos alunos. Mas a sensação era de gratidão e esperança na evolução escolar do neto.

5) Como você realiza o planejamento de suas aulas?

O IPE fronecia o material de apoio para ser usado. Como as aulas eram referentes a um conteúdo bem básico, acho que não costumava preparar ou a estudar com antecedência o que seria passado.

6) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

Infelizmente tenho a sensação de não ter conseguido na época contribuir muito com o aprendizado dos alunos com quem tive a oportunidade de trabalhar. Acho que principalmente por eles não terem o hábito de tentar estudar e praticar sozinhos o que era passado para casa.

7) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

Da minha parte, pouca disponibilidade de tempo e da parte do aluno, uma certa dificuldade de concentração na aula e por vezes falta de um conhecimento básico anterior.

8) Que estratégias de superação destas dificuldades você procura utilizar?

Tentava conversar e estimular os alunos mostrando as possibilidades que uma formação escolar poderia trazer no futuro

9) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

Como disse acima, não consegui notar à época uma evolução no aprendizado ou aumento de interesse pelo estudo por parte dos alunos. Embora saiba que hoje em dia um dos alunos esteja se preparando para tentar um concurso numa escola militar. Talvez algo tenha ficado...

10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Numa país tão desigual e com tantos problemas na educação pública, acho que qualquer ação é positiva para tentar ajudar crianças sem condições de acesso a uma educação de qualidade e/ou sem um ambiente familiar adequado.

11) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza no Instituto?

Apenas que dei aula de reforço para apenas dois alunos e por um período de tempo que talvez não tenha sido o suficiente para produzir o efeito esperado. Outro ponto é que não tenho formação em pedagogia, apenas algum conhecimento que tentava repassar da melhor forma que encontrava para os alunos com quem trabalhei.

6.6 - Nome do(a) educador(a) social: _D. G.

1) Qual a sua formação escolar?

() fundamental completo

() ensino médio completo

() ensino superior completo

(X) pós-graduação

() outro – especificar: _____

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

Sou aposentada, tenho tempo disponível e adoro ensinar. Transmitir conhecimento é muito prazeroso. Adicionalmente, ao ensinar, estou estudando e aumentando meu conhecimento.

3) Quais os seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

Ajudá-los na formação escolar, dando-lhes oportunidade de mudar suas vidas. Auxiliá-los no planejamento da vida escolar, fazê-los gostar de estudar e ensiná-los a como estudar. Quero mostrar a cada criança/jovem que, estudando é possível fazer escolhas no futuro. Quero fazê-los entender que só o estudo transforma.

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Sim, faço contato com as principais pessoas, aquelas que tem alguma liderança com a criança/jovem, como mãe ou avó. A maioria dos familiares não tem compreensão que o estudo pode transformar o indivíduo, querem somente que o filho tenha um diploma, não se importam que estudem com afinco para transformarem suas vidas.

5) Como você realiza o planejamento de suas aulas?

A cada aula, entrego um conjunto de atividades para fazerem em casa, visando cobrir as lacunas dos conhecimentos básicos ou diminuir as dificuldades observadas no conteúdo programático da série, e essas atividades são corrigidas na aula seguinte. Também corrijo os cadernos e os auxilio no estudo dirigido ao conteúdo escolar no período de provas.

6) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

Sim, mas não o suficiente, devido à imensa lacuna de conhecimentos básicos e a preguiça dos jovens com relação aos estudos, além da falta de disciplina para estudo nas suas casas.

7) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

Alunos com mais idade e imensa lacuna nos conhecimentos básicos. Como as escolas são muito fracas, com poucas aulas e nenhum trabalho para casa, observo alunos em séries avançadas que não sabem escrever e não conhecem as operações matemáticas. Então, alunos, com tamanha lacuna de conhecimentos, precisam de mais tempo de apoio escolar, duas horas semanais não são suficientes. Para alguns, passo de 3 horas de estudo no dia.

8) Que estratégias de superação destas dificuldades você procura utilizar?

Procuro mostrar que todo o conhecimento é aplicado. Procuro associar cada nova matéria à vida real. Conto minha história de vida para mostrar que o estudo transforma. Procuro estar aberta a conversar com eles sobre qualquer assunto, e eles me contam suas histórias, e os incentivo a verem que o estudo pode mudar a dura realidade que vivem. Peço ajuda aos pais para que eles cumpram uma rotina de estudos. Crio uma agenda de estudos para eles. Procuro premiá-los no final do ano com passeio e presentes nos dias de aniversário, se tiverem bom desempenho. Levo biscoito ou chocolates, e entrego no final de cada aula.

9) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

Eles gostam de um estudo individualizado, de ter alguém com exclusividade, disponível para orientá-los. Eles se sentem queridos, quando alguém sem nenhum pagamento, se disponibiliza a melhorar seu desempenho escolar. Os alunos também gostam de ver que o conhecimento poderá ser utilizado um dia. Por exemplo, uma menina que gosta do futebol, e não vê o porquê de estudar inglês, faço ela imaginar que, um dia ela poderá ter que assinar um contrato no exterior e não saberá o que está assinando, podendo ser lesada pela falta de conhecimento. As crianças gostam de sonhar com um futuro melhor. Gostam de aprender história do Brasil com figuras da época. Geografia, vendo fotos do sul do Brasil, ou da Europa, é importante mostrar que da matemática à filosofia todo conhecimento tem valor. Uso o celular para mostrar o que estão aprendendo. Conto a minha experiência dos lugares que fui. Valorizo qualquer mudança positiva, mostro a eles a evolução que tiveram após o estudo na Instituição. Faço que eles entendam que me disponibilizo a ajudá-los, dando o que é mais valioso para mim, meu tempo, e em troca quero que eles se desempenhem.

10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Sim, e pude ver isso com uma jovem que entrou na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela, com certeza, mudou a sua vida e impactou a vida de seus familiares. O exemplo dela pode impactar outras pessoas de sua comunidade. Acredito que quando uma pessoa muda, todo o entorno dela se transforma.

11) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza no Instituto?

As crianças e jovens têm estudo religioso, além de outras atividades extracurriculares, e isso faz com que se aproximem mais da Instituição e entendam que ali é um espaço de acolhimento, um espaço que se sentem seguros, inclusive para a prática do estudo escolar.

6.7 - Nome do(a) educador(a) social: _D. L.

1) Qual a sua formação escolar?

() fundamental completo

() ensino médio completo

() ensino superior completo

() pós-graduação

(x) outro – especificar: _____mestrado em engenharia de produção_____

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

Contribuir para uma sociedade mais igualitária.

3) Quais os seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

Compartilhar meus conhecimentos de matemática e orientá-los nas suas decisões profissionais.

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Tive pouco contato com os familiares, mas percebi muita expectativa com este trabalho.

5) Como você realiza o planejamento de suas aulas?

Eu identifiquei todas as matérias que estavam sendo ministradas pelo curso e preparei listas de exercícios para serem elaborados em casa e corrigidos na aula.

6) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

Não. Eu gostaria de passar toda a matéria planejada antes da prova do concurso, mas iniciei as aulas muito tarde.

7) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

Estou dando aulas por vídeoconferencia e não ter o contato pessoal dificulta bastante. Alem disso, e necessário um tempo até entender as deficiências do aluno, para tentar sana-las

8) Que estratégias de superação destas dificuldades você procura utilizar?

Quanto as deficiências, elaboro exercícios extras para tentar suprir as deficiências.

9) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

Com esta prática, consegui perceber a evolução do último aluno (Gabriel). Com o Pedro e Davison eu busquei trabalhar o que estava sendo dado no colégio. Como não abordei as deficiências, não percebi a mesma evolução que o Gabriel.

10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Eu acredito que está prática possa não só ajudar um aluno mas gerar reflexos em outros próximos a este, aumentando a auto-estima e mostrando do que são capazes.

11) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza no Instituto?

Eu acompanho outras atividades do Instituto relacionadas a hábitos de saúde e higiene, religiosidade, comportamento, teatro, etc e as considero muito adequadas para auxílio da a comunidade. É muito gratificante participar deste trabalho.

6.8 - Nome do(a) educador(a) social: R. S.**1) Qual a sua formação escolar?**

() fundamental completo

() ensino médio completo

() ensino superior completo

(X) pós-graduação

() outro – especificar: _____

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

- Colaborar com o desenvolvimento de seres humanos, gerando oportunidades de crescimento e inclusão social, através da promoção da aprendizagem.

3) Quais os seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

- Estimulá-los ao senso de responsabilidade, de moral, de ética e aos objetivos de crescimento pessoal e profissional. Despertá-los à curiosidade pela aprendizagem, de qualquer conteúdo, acadêmico ou não. Capacitá-los a desenvolverem a autoconfiança e a autovalorização.

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

- Sim, mantemos contato. Expectativas quanto ao desempenho escolar, principalmente. No entanto, procuro despertar a família para a importância do desenvolvimento do ser integral.

5) Como você realiza o planejamento de suas aulas?

- Busco referências na internet e livros acadêmicos sobre os conteúdos a serem reforçados nas aulas de apoio.

6) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

- Acredito que sim, considerando o desempenho quantitativo, através dos boletins, e qualitativo, pelo feedback das famílias.

7) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

- Disponibilidade de tempo para ampliar a carga horária como educadora social.
- Manter a atenção e o foco dos alunos, considerando a maior facilidade de dispersão, traço da geração.

8) Que estratégias de superação destas dificuldades você procura utilizar?

- Procuro tornar as aulas agradáveis, com didática lúdica. E conscientizar os alunos da importância intrínseca da aprendizagem além das boas notas/passar de ano

9) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

- Satisfação pessoal ao observar o progresso dos alunos e estímulo a tentar ampliar o alcance das realizações.
- Os alunos apresentam melhoria no desempenho escolar e na capacidade de raciocínio, com maior autossuficiência.

10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

- Esse é o objetivo, através da promoção da aprendizagem, contribuir com impacto social positivo: no desenvolvimento de seres humanos, na geração de oportunidades de crescimento e inclusão social.
- Procuro pensar que o impacto, embora em pequena escala, contribui na transformação da vida daquelas pessoas, independente do alcance numérico.

11) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza no Instituto?

- Apenas externar minha enorme satisfação de fazer parte do Projeto do Ipê, podendo contribuir de alguma forma para os objetivos de desenvolvimento do ser integral.

6.9 - Nome do(a) educador(a) social: L. C.

1) Qual a sua formação escolar?

- () fundamental completo
() ensino médio completo
() ensino superior completo
() pós-graduação
(x) outro – especificar: ensino superior, em formação.

2) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

Desenvolver minha didática e entrar em contato com as perspectivas novas dos alunos.

3) Quais os seus objetivos junto à criança/ao jovem nesta atividade?

Auxiliar com as possíveis deficiências da escola e ajudar a desenvolver interesses educacionais além do básico.

4) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Sim, existe grande expectativa para que, com o reforço, os alunos superem dificuldades que têm se mostrado persistentes através do tempo na escola ou se foquem somente nas áreas de conhecimento com as quais eles demonstram menos afinidade.

5) Como você realiza o planejamento de suas aulas?

Cada semana abordo uma matéria. Faço acompanhamento dos exercícios abordados na escola, complementando os assuntos dos livros de lá com exercícios que eu busco ou preparo, para melhor me adaptar às possíveis dificuldades.

6) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

Sim.

7) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

Tenho conseguido auxiliar nas questões escolares com as quais o aluno já chega no reforço, mas tenho tido dificuldade em aprofundar os conhecimentos para além do básico e em criar nos alunos o hábito de manter os estudos consistentes em casa.

8) Que estratégias de superação destas dificuldades você procura utilizar?

Comunicação com os responsáveis e a inclusão de atividades educativas, como jogos ou desafios, que se relacionem com os temas abordados em aula.

9) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

Gradual melhora em assuntos que percebia dificuldade nas primeiras aulas, maior rapidez na resolução (correta) dos exercícios e retorno dos responsáveis sobre possíveis melhoras nas notas.

10) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Sim, no auxílio do acesso à uma educação mais plena. Mas, o impacto social não acontece na minha prática isolada, ele só funciona no contexto coletivo do Instituto.

11) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza no Instituto?

Anexo 7

Questionário enviado aos coordenadores e educadores sociais de outros projetos os sociais.

Questionário feito no Google Formulários e enviado através do aplicativo Whatsapp.

7.1 - Coordenadores

1) Nome da Instituição:

Providenciando a favor da vida - providenciando o futuro

2) Qual o seu nome?

M.O. N.

3) Como os voluntários chegam a sua instituição?

☒ Indicação de amigos ou de outros voluntários

☒ Via divulgação impressa ou digital

☒ Através de redes de voluntariado, como o Atados e outras

☐ Outros

4) Como é feita a seleção dos voluntários para as atividades socioeducativas?

☒ Entrevistas presenciais

☒ Análise de currículo

☐ Referências de quem indicou

☐ Perfil nas redes sociais

☐ Outros

5) Você adota algum tipo de metodologia na orientação dos voluntários? Em caso positivo, pode descrevê-la?

Não adotamos uma metodologia, mas orientamos os professores a utilizar o classroom. Em relações às aulas deixamos todos livres quanto ao conteúdo e à forma de ensinar.

Solicitamos também que o grupo de zap seja usado apenas para conteúdos de interesse das

aulas. Quanto aos voluntários que não são professores, adotamos um passo a passo sobre o que deve ser feito nos dias de aula, como limpeza dos banheiros, café para alunos e professores, recolher o lixo ao final da aula, etc.

6) A instituição realiza algum tipo de acompanhamento do desempenho escolar das crianças/jovens?

() Sim

(X) Não

7) Caso você tenha marcado "sim", de que modo este acompanhamento acontece?

() Entrega de cópia do boletim escolar

() Avaliações periódicas dos alunos

() Conversa com os responsáveis

() Contato com o professor da escola

() A partir dos relatos do próprio aluno

() Outras formas

8) A instituição faz registros escritos das atividades socioeducativas realizadas? *

() Sim

(X) Não

9) Caso você tenha respondido "sim" na questão anterior: como são feitos estes registros?

() Relatórios periódicos feitos pelos professores

() Relatórios periódicos feitos pela coordenação

() Mapas de frequência às atividades

() Avaliações feitas pelos alunos

() Avaliações feitas pelos responsáveis

() Outras formas de registro

10) Como você avalia o retorno das famílias a estas atividades?

As atividades extraclasse desenvolvidas no pré vestibular estão relacionadas à visita a pontos turísticos gratuitos, passeios, aula de ciências com experimentos apresentados pelos

professores, etc. Como são atividades livres, nem todos os alunos se interessam em participar.

11) Você considera que, de um modo geral, os objetivos propostos para as atividades são alcançados?

- ☐ Sim, plenamente
- ☐ Sim, parcialmente
- ☒ Não.

12) Que aspectos você leva em consideração para avaliar que uma atividade socioeducativa tenha sido bem sucedida, que tenha obtido sucesso?

A participação da maioria dos alunos.

13) Sobre você: qual a sua formação escolar?

- ☐ Fundamental incompleto/em curso
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto/em curso
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Graduação incompleta/em curso
- ☐ Graduação completa
- ☐ Pós-graduação em curso
- ☒ Pós-graduação completa
- ☐ Outro

14) Qual a sua faixa etária?

- ☐ 20 a 30 anos
- ☐ 31 a 40 anos
- ☒ 41 a 50 anos
- ☐ 51 a 60 anos
- ☐ 61 a 70 anos
- ☐ Mais de 71 anos
- ☐ Prefiro não declarar

7.2 – Educadores sociais (professores voluntários)

7.2.1

1) Qual o seu nome?

M.O. N.

2) Nome da instituição onde realiza atividades socioeducativas:

Providenciando a favor da vida - providenciando o futuro

3) Qual a sua formação escolar?

() Fundamental incompleto/em curso

() Fundamental completo

() Ensino médio incompleto/em curso

() Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto/em curso

() Ensino superior completo

(X) Pós graduação

() Outro

4) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

Poder ser útil, transmitindo meu conhecimento

5) Quais os seus objetivos junto à criança ou ao jovem, nesta atividade?

Que eles aprendam matemática e possam fazer uma boa prova no vestibular

6) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Não tenho contato

7) Como você realiza o planejamento das suas aulas?

Sigo o que é cobrado nos vestibulares

8) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

Não tenho conseguido porque matemática possui uma grande quantidade de matéria, e só temos uma aula por semana. Além disso, as deficiências nessa disciplina são enormes.

9) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

A falta de conhecimento dos alunos e o pouco tempo de aula.

10) Que estratégias de superação destas dificuldades você busca utilizar?

Peço aos alunos que estudem através de vídeos aulas os conteúdos que sentem mais dificuldade, e me coloco a disposição para tirar dúvidas.

11) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

Não fazemos análise do desenvolvimento escolar, até porque, como é um pré vestibular, muitos alunos não estão mais na escola.

12) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Sim, pois possibilitamos que os alunos consigam entrar na Universidade que desejam e possam construir uma carreira.

13) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza nesta instituição?

Além das aulas, focamos tb no desenvolvimento da cidadania.

7.2.2

1) Qual o seu nome?

M.

2) Nome da instituição onde realiza atividades socioeducativas:

Providenciando o Futuro (Pré vestibular Providenciando o Futuro)

3) Qual a sua formação escolar?

- ☐ Fundamental incompleto/em curso
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto/em curso
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto/em curso
- ☐ Ensino superior completo
- ☒ Pós graduação
- ☐ Outro

4) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

Poder ajudar o próximo e fazer com todos tenham acesso aos mesmo direitos

5) Quais os seus objetivos junto à criança ou ao jovem, nesta atividade?

Aprovar os alunos em universidades públicas, onde o ensino é gratuito e de qualidade.

Todos precisam ter esse direito

6) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Não tenho contato

7) Como você realiza o planejamento das suas aulas?

O planejamento de aulas é feito anualmente. Como são poucas aulas, me atento nos conteúdos mais cobrados nas provas do vestibular

8) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

De um modo geral sim, inicialmente a pandemia atrapalhou toda a organização, entretanto, consegui reorganizar o planejamento

9) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

Ter recursos para desenvolver aulas e atividades com qualidade

10) Que estratégias de superação destas dificuldades você busca utilizar?

A própria equipe colabora doando os materiais necessários para realização de aulas e atividades

11) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

É muito gratificante quando um aluno é aprovado para uma universidade, como consequência ele muda a sua realidade de vida. Além da aprovação trabalhamos com o desenvolvimento social, então mesmo que não seja aprovado é gratificante ver que o aluno aprendeu sobre cidadania, seus direitos e formou um pensamento crítico.

12) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Sim, a educação pública no país ainda é muito precarizada. Ajudar os jovens a estudar significa melhorar a qualidade da educação no Brasil. Essa prática também desperta o interesse pela leitura, acesso aos serviços, entre tantos outros

13) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza nesta instituição?

Procuramos desenvolver uma relação com os jovens que não seja meramente "conteudista", onde vida somente a aprovação. Tentamos colaborar com outros aspectos da cidadania, formar cidadãos conscientes e que entendem seus direitos e deveres é fundamental.

7.2.3

1) Qual o seu nome?

P.A. A.

2) Nome da instituição onde realiza atividades socioeducativas:

Providenciando o Futuro.

3) Qual a sua formação escolar?

- ☐ Fundamental incompleto/em curso
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto/em curso
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto/em curso
- ☒ Ensino superior completo
- ☐ Pós graduação
- ☐ Outro

4) O que te motiva a realizar este tipo de trabalho voluntário?

O auxílio ao próximo.

5) Quais os seus objetivos junto à criança ou ao jovem, nesta atividade?

Despertar o senso crítico aos meus alunos.

6) Na atividade que você desempenha nesta instituição, você tem contato com a família da criança/jovem? Como você percebe a expectativa da família em relação a esta atividade?

Não.

7) Como você realiza o planejamento das suas aulas?

Crio um programa anual, e de forma cronológica.

8) Você tem conseguido alcançar os objetivos que você pensou em seu planejamento? Caso sua resposta seja negativa, a que você atribuiria este fato?

Negativo. O período da pandemia nos prejudicou, em todos os sentidos.

9) Quais as maiores dificuldades que você encontra para desempenhar esta atividade?

A ansiedade, as dúvidas da realidade, e a mudança parava plataforma online.

10) Que estratégias de superação destas dificuldades você busca utilizar?

Buscar fontes de pesquisas on-line.

11) Que pontos positivos você observa no desenvolvimento de sua prática? Você consegue notar aspectos positivos no desenvolvimento escolar da criança? Como?

O senso crítico dos alunos. Eles conseguem compreender melhor o conteúdo, e a sua própria realidade.

12) Você considera que sua prática tem ou pode vir a ter algum impacto social? Comente, por favor:

Do ponto de vista individual, sim.

13) Você gostaria de comentar algum outro aspecto deste trabalho que você realiza nesta instituição?

Acredito que, mesmo com as dificuldades, estou conseguindo chegar ao objetivo.

Anexo 8

Questionário enviado às famílias que possuem filhos nas atividades de reforço escolar do Instituto Paulo e Estêvão

Foram enviados 14 questionários, feitos no Google Formulários, via whatsapp. Todas as perguntas eram discursivas. Recebemos 11 respostas. Vamos elencar todas as respostas dadas a cada pergunta. As respostas foram copiadas do modo como as mães as escreveram, sem correção de eventuais erros ortográficos.

1) O que motivou você a procurar o reforço escolar no Ipê para seu filho/sua filha?

1.1 - “Porque sinto que a minha filha precisa de uma ajuda. A cada ano vai ficando mais difícil e eu não consigo ajudar ela com vários exercícios.

Tem coisas que ela tem dificuldade”

1.2 - “Pra ele aprende mas”

1.3 - “Por o Miguel ser especial, na escola estava notando uma certa dificuldade dele de aprendizagem, achei que ele precisava de um apoio a mais, que no caso dele foi muito satisfatório essa ajuda do reforço.”

1.4 – “Para que ele possa aprender mais um pouco e ajudar a ele nas atividades de dever de casa”

1.5 – “Meus irmãos fazia aí ele queria ir junto fui botei ele”

1.6 – “Melhor aproveitamento adquirindo conhecimentos para obter classificação em concursos.”

1.7 – “A necessidade de ajuda, pois o Ensino Público está cada dia diminuindo o conteúdo no ensino, formando assim pessoas que escrevem errado pois não tem o costume de ler, fui procurar ajuda pros meus filhos pois me acho incapaz de conseguir focar a atenção deles sozinha sem a ajuda de um profissional”

1.8 – “Tem muita dificuldade algumas matérias”

1.9 – “A Sophia estava muito fraca nas matérias.”

1.10 – “Por causa que seu rendimento escolar não estava bom, e porque eu tinha dificuldade em explicar algumas tarefas.”

1.11 – “Minha falta de tempo e de sabedoria”

2) O que você espera como resultado desta atividade, do reforço escolar? Ou seja, quais são as suas expectativas?

- 2.1 – “Depois que ela entrou para o reforço ela melhorou bastante”
- 2.2 – “Que meu filho venha aprende tudo”
- 2.3 – “Eu vejo que ele evoluiu bastante, é espero que essa ajuda do reforço possa continuar auxiliando é ajudando ele mais e mais”
- 2.4 – “Que ele consiga fazer os deveres e tambem aprenda mas”
- 2.5 – “Ótima”
- 2.6 – “Esclareça as duvidas. Aproveita mais os conteúdos dos concursos. Obter classificação.”
- 2.7 – “Espero, que tenhamos resultados, por exemplo boas notas, comprometimento com os estudos, meus filhos saberem se expressar, tanto no falar corretamente quanto no escrever corretamente, desejo ajuda pra que eles possam participar de concurso para uma escola de melhor qualidade”
- 2.8 – “Melhora”
- 2.9 – “O reforço escolar tem ajudado muito minha filha no desempenho ela tem aprendido bastante.”
- 2.10 – “Esperei que seria otimo, e realmente minha filha desenvolveu e melhorou seu rendimento escolar”
- 2.11 – “Que minha filha melhore o aprendizado”

3) Quais as maiores dificuldades que você encontrou para ajudar seu filho/sua filha em casa, a partir das orientações que o professor do Ipê passou?

- 3.1 – “Ter”
- 3.2 – “Pq agora fico muito dever pra fazer”
- 3.3 – “Nenhuma”
- 3.4 – “Ele faz sozinho suas atividades”
- 3.5 – “Nada ainda por quer eu tive tempo de entra no link”
- 3.6 – “Orientar a manter disciplina nos horários fora do horário do reforço.”
- 3.7 – “A concentração, e a falta de uma rotina de estudo também por não ter como ficar sozinha com cada um pra fazer as atividades pois são de diferentes faixa etária”
- 3.8 – “Nunca estudei”

3.9 – “Na matéria de matemática”

3.10 – “Dificuldade em como explicar certas atividades e minha filha entender.”

3.11 – “Não teve dificuldade por que ela não mandava dever”

4) Para você, qual a importância da educação escolar na vida dos seu filho/sua filha?

4.1 – “E a base de tudo ! Para futuro ter um bom emprego, ser independente etc.. Sem estudo vc não é nada.”

4.2 – “Tudo se ele quiser ter um bom trabalho ele tem que estudar”

4.3 – “Total importância.”

4.4 – “O estudo é importante em vários sentidos se com estudo está difícil imagine sem”

4.5 – “Tudo”

4.6 – “É de suma importância. Tudo começa com educação, é a base pilar e alicerce para uma vida melhor.”

4.7 – “Total importância, uma importância fundamental”

4.8 – “Pra ter uma boa formação e profissão”

4.9 – “A educação escolar é uma base fundamental na vida da minha filha para que ela cresça com sabedoria e desenvoltura.”

4.10 – “Importante para ter uma boa colocação no mercado de trabalho, e no futuro ser bem sucedido, e ter uma qualidade de vida pois conhecimento nunca é demais.”

4.11 – “Para ter um futuro melhor”

5) O que você acha que pode ser melhorado na atividade do reforço escolar que o Ipê oferece?

5.1 – “Ter aula 2 vezes por semana”

5.2 – “Pra mim tá bom”

5.3 – “Somente o pouco tempo, que ele tem com a professora, acho que poderia ser um pouco mais.”

5.4 – “Pra mim está bom”

5.5 – “Falta nada tudo ótimo”

5.6 – “Aumento de dias durante a semana”

5.7 – “Se tiver como melhorar, gostaria que melhoraria frequência de aulas”

5.8 – “Pra mim está ótimo”

5.9 – “A atividade do reforço é excelente sem falar na professora que é muito atenciosa com os alunos sempre se preocupa em casa passo.”

5.10 – “Eu acredito que não é necessario melhorar pois obtem um excelente trabalho, muito bom so tenho que agradecer por tudo.”

5.11 – “Ter mais conteúdo”

6) Fora deste período de pandemia, seu filho/sua filha tem uma rotina de estudo em casa? Como é?

6.1 – “As vezes tem aula por aplicativo”

6.2 – “Todo semana tem atividade pra fazer”

6.3 – “Sim, Rotina normal de estudar é fazer os trabalhos elaborado pela professora da escola, é pela professora do ypé tbm.”

6.4 – “Nao esta estutando”

6.5 – “Vou falar verdade meu filho não tem não por quer eu não sei nem falar direito português maxina encima ele”

6.6 – “Sim”

6.7 – “Sim, mas essa fase aqui em casa está tumultuado”

6.8 – “Não”

6.9 – “Sim pela internet; apostilas e estuda em casa mesmo.”

6.10 – “Sim. Tem com as aulas de reforço no Ipê aprendemos a executar essa rotina em pratica. Tem um cronograma e um periodo da manha ou tarde executa os estudos no minimo 2 horas de estudo. Fazer leitura produzir textos etc...”

6.11 – “Não”

TATIANA CALDEIRA DE OLIVEIRA BARROS

"ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS NO TERCEIRO SETOR".

Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Data da defesa: 31/03/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Prof^o/a Martina Spohr

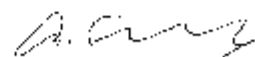

Martina Spohr
Orientador

P/ 
Jimmy Medeiros
Membro Interno

P/ 
Rejane Caroline Hoeveler
Membro Externo

Nos termos da Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20 e Portaria MEC nº 544 de 16/06/20 - DOU nº 114 de 17/06/20 - que dispõem sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.


Celso Corrêa Pinto de Castro
Diretor


Antonio de Araujo Freitas Junior
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV
Antonio F. N. de Araujo, PhD
Membro da Banca Examinadora e Assessor
Fundação Getúlio Vargas

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Barros, Tatiana Caldeira de Oliveira

Estratégias de superação : uma reflexão sobre práticas socioeducativas no
terceiro setor / Tatiana Caldeira de Oliveira Barros. – 2021.

128 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio
Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Martina Spohr.
Inclui bibliografia.

1. Organizações não-governamentais – Aspectos sociais. 2. Ação social –
Aspectos educacionais. 3. Educação não-formal. 4. Educação e Estado. 5.
Cidadania, I. Gonçalves, Martina Spohr. II. Escola de Ciências Sociais da
Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política
e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 370.193

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403